

Wênyka Preston Leite Batista da Costa

Jandeson Dantas da Silva

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Geison Calyo Varela de Melo

Iriane Teresa De Araújo

COMPORTAMENTO

FINANCEIRO



E TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NA **SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

MOSSORÓ/RN

2026

Wênyka Preston Leite Batista da Costa

Jandeson Dantas da Silva

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Geison Calyo Varela de Melo

Iriane Teresa De Araújo

COMPORTAMENTO FINANCEIRO



E TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NA **SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

MOSSORÓ/RN

2026

Editora Chefe: Wênyka Preston Leite Batista da Costa
Projeto Gráfico/Designer: Antônio Laurindo de Holanda Paiva
Filho e Edvaldo Rodrigues Júnior
Diagramação: Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Publicação: Centro Universitário Católica do Rio Grande do Norte.

Centro Universitário Católica do Rio Grande do Norte
Praça Dom João Costa, 511 - Bairro Santo Antônio.
Mossoró/RN | CEP 59.611-120 (84) 3318-7648
E-mail: propec@unicatolicadorn.com.br
Site: www.unicatolicadorn.com.br

Editoração:
Wênyka Preston Leite Batista da Costa
Ítalo Carlos Soares do Nascimento

**Catálogo da Publicação na Fonte
Associação Santa Teresinha de Mossoró
Biblioteca Dom Mariano Manzana**

U58

UniCatólica do Rio Grande do Norte.

Comportamento Financeiro e Transformações Econômicas na Sociedade Contemporânea [recurso eletrônico] / Organização de Wênyka Preston Leite Batista da Costa, Jandeson Dantas da Silva, Sérgio Luiz Pedrosa Silva, Ítalo Carlos Soares do Nascimento, Geison Calyo Varela de Melo, Iriane Teresa de Araújo. - Mossoró, RN: UniCatólica do RN, 2026.

Dados eletrônicos (1 arquivo PDF : ca 10890 Mb)

E-book com artigos completos, resultado da parceria interinstitucional do Grupo de Estudos em Gestão, Contabilidade e Tributos da UniCatólica e do Grupo de Pesquisa: Ensino e Pesquisa em Contabilidade, da UERN.

ISBN: 978-65-80565-23-8

I. Educação Financeira. 2. Sociedade Contemporânea. 3. Contabilidade - Finanças. I. Costa, Wênyka Preston Leite Batista da. II. Silva, Jandeson Dantas da. III. Silva, Sérgio Luiz Pedrosa. IV. Nascimento, Ítalo Carlos Soares do. V. Melo, Geison Calyo Varela de. VI. Araújo, Iriane Teresa de. VII. Título.

CDD: 657

Andreana Tavares Veloso - Bibliotecária - CRB 15/0999

Os conteúdos, a formatação de referências e as opiniões externadas nesta obra são de responsabilidade exclusiva dos autores de cada texto.

Todos os direitos de publicação e divulgação em língua portuguesa estão reservados ao Centro Universitário Católica do Rio Grande do Norte e aos organizadores da obra.



APRESENTAÇÃO

O e-book *Comportamento Financeiro e Transformações Econômicas na Sociedade Contemporânea* reúne uma coletânea de estudos que analisam a contabilidade e as finanças sob uma perspectiva ampliada, compreendendo-as como campos de conhecimento influenciados por fatores comportamentais, sociais, educacionais e econômicos. Ao ultrapassar a abordagem técnica, a obra propõe reflexões acerca do comportamento financeiro, educação financeira, gestão e bem-estar econômico, evidenciando o papel das decisões individuais e coletivas na dinâmica econômica contemporânea.

Composto por cinco capítulos, o e-book apresenta pesquisas desenvolvidas por docentes, pesquisadores e discentes vinculados a UniCatólica do Rio Grande do Norte, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e da Universidade Estadual do Vale do Acaráu (UVA). Os estudos contemplam desde a análise dos traços comportamentais e da educação financeira entre indivíduos economicamente estáveis e afetados, passando pelos impactos das apostas online na saúde e no comportamento financeiro, até discussões sobre determinantes do comportamento financeiro de profissionais contábeis, minorias sociais na formação acadêmica e a influência da contabilidade na gestão de micro e pequenas empresas.

As abordagens metodológicas adotadas nos capítulos são diversas, incluindo pesquisas quantitativas, qualitativas e de natureza bibliográfica, contribuindo para o aprofundamento das análises e para o fortalecimento do diálogo entre teoria e prática. Ao explorar temas como risco, endividamento, consumo, educação financeira, inclusão social e gestão, a obra evidencia a importância do comportamento



financeiro como elemento central para a compreensão das transformações econômicas vivenciadas pela sociedade.

Além de contribuir para a formação acadêmica e profissional nas áreas de Ciências Contábeis, Administração e campos afins, este e-book reafirma o compromisso da pesquisa científica com a compreensão crítica dos fenômenos econômicos e sociais contemporâneos. Ao integrar diferentes perspectivas analíticas, os estudos aqui apresentados ampliam o debate sobre bem-estar financeiro, tomada de decisão e responsabilidade econômica.

Espera-se que esta obra sirva como fonte de consulta para estudantes, pesquisadores e profissionais, bem como para todos aqueles interessados em compreender as relações entre comportamento financeiro e transformações econômicas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais consciente, equilibrada e socialmente responsável. Desejamos a todos uma excelente leitura.

Os organizadores





PREFÁCIO

Em um cenário marcado por transformações econômicas, sociais e comportamentais, compreender a forma como os indivíduos se relacionam com o dinheiro tornou-se um desafio para pesquisadores, educadores e formuladores de políticas públicas. O comportamento financeiro, influenciado por fatores cognitivos, emocionais, sociais e culturais, se tornou um elemento necessário para a análise de fenômenos como endividamento, consumo, planejamento financeiro e bem-estar econômico. Nesse contexto, o e-book *Comportamento Financeiro e Transformações Econômicas na Sociedade Contemporânea* reúne estudos que buscam ampliar essa compreensão, indo além das abordagens econômicas.

A obra apresenta uma coletânea de pesquisas desenvolvidas de forma colaborativa por docentes, pesquisadores e discentes da UniCatólica do Rio Grande do Norte, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), evidenciando a relevância da integração interinstitucional para o fortalecimento da produção científica regional. Essa parceria acadêmica possibilitou a construção de análises plurais e interdisciplinares, enriquecidas por diferentes olhares teóricos e metodológicos.

Os capítulos abordam temáticas atuais e socialmente relevantes, como traços comportamentais e educação financeira, endividamento e apostas online, determinantes do comportamento financeiro de profissionais contábeis, inclusão social no ensino superior e a influência da contabilidade na gestão de micro e pequenas empresas. As pesquisas adotam metodologias quantitativas, qualitativas e mistas, promovendo um diálogo consistente entre teoria e



prática e contribuindo para a compreensão das transformações econômicas vivenciadas na sociedade contemporânea.

Este e-book reafirma o compromisso das instituições envolvidas com a formação crítica, a produção do conhecimento científico e a responsabilidade social da universidade. Ao integrar diferentes áreas do saber, a obra destaca o papel da educação financeira e do comportamento financeiro como instrumentos fundamentais para a promoção da autonomia, da cidadania e do equilíbrio econômico.

Espera-se que os estudos aqui reunidos sirvam de referência para estudantes, pesquisadores e profissionais, além de estimular novas investigações e reflexões sobre os desafios financeiros contemporâneos. Que esta obra fortaleça o diálogo acadêmico e contribua para a construção de uma sociedade mais consciente, informada e financeiramente sustentável.



SUMÁRIO

Capítulo 01 - TRAÇOS COMPORTAMENTAIS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA: análise comparativa entre os indivíduos economicamente estáveis e os afetados..... 10

Vivian Kelly Barbosa de Sousa, Iriane Teresa de Araújo, Ítalo Carlos Soares do Nascimento e Geison Calyo Varela de Melo

Capítulo 02 - ENTRE O RISCO E O ENDIVIDAMENTO: O IMPACTO DAS APOSTAS ONLINE NA SAÚDE E NO COMPORTAMENTO FINANCEIRO DE APOSTADORES DE DIFERENTES CONTEXTOS SOCIOECONÔMICOS 38

Ariely Costa Medeiros, Wênkyka Preston Leite Batista da Costa, Jandeson Dantas da Silva, Sérgio Luiz Pedrosa Silva Ítalo Carlos Soares do Nascimento e Geison Calyo Varela de Melo

Capítulo 03 - DETERMINANTES DO COMPORTAMENTO FINANCEIRO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE FATORES COGNITIVOS, EDUCACIONAIS E SOCIOECONÔMICOS..... 73

Wênkyka Preston Leite Batista da Costa, Jandeson Dantas da Silva, Lyza Ádria Monte De Andrade, Sérgio Luiz Pedrosa Silva Ítalo Carlos Soares do Nascimento e Geison Calyo Varela de Melo.

Capítulo 04 - MINORIAS SOCIAIS NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS ESTUDANTES..... 110

Adrian Daniel de Medeiros, Alice Maria Da Silva Maia, Anne Katherine Góis De Albuquerque, Lyza Ádria Monte De Andrade, Maria Clara Barbosa Silva, Maria Rejane De Lima, Wênkyka Preston Leite Batista Da Costa e Jandeson Dantas Da Silva

Capítulo 05 - INFLUÊNCIA DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS 136

Júlio Chagas Medeiros de Melo, Sérgio Luiz Pedrosa Silva, Camila Karen Alves Pedrosa, Wênkyka Preston Leite Batista da Costa, Jandeson Dantas da Silva, Ítalo Carlos Soares do Nascimento e Geison Calyo Varela de Melo.





Capítulo 01

TRAÇOS COMPORTAMENTAIS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA: análise comparativa entre os indivíduos economicamente estáveis e os afetados

Vivian Kelly Barbosa de Sousa

Graduação em Ciências Contábeis

E-mail: viviankelly78@gmail.com

Iriane Teresa de Araújo

Doutorado em Administração

E-mail: irianearaujo@hotmail.com

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorado em Administração e Controladoria

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorado em Administração e Controladoria

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Resumo

O comportamento financeiro dos indivíduos é influenciado por fatores econômicos, educacionais e comportamentais, refletindo diretamente em sua condição de estabilidade ou vulnerabilidade financeira. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os traços comportamentais associados ao comportamento financeiro de indivíduos economicamente estáveis e daqueles economicamente afetados, buscando compreender os fatores que contribuem para o endividamento e a organização das finanças pessoais. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem quali-quantitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado aplicado a 99 respondentes. Os dados quantitativos foram analisados por meio de estatística descritiva, enquanto as respostas abertas foram tratadas por meio da análise de conteúdo. Os resultados demonstram que o endividamento está relacionado, principalmente, à ausência de controle financeiro e às necessidades cotidianas, mesmo entre indivíduos que afirmam realizar planejamento orçamentário. Observou-se ainda que o uso do cartão de crédito representa o principal fator de comprometimento da renda. Quanto aos traços comportamentais, os participantes demonstraram características como confiança, controle emocional e sociabilidade, sugerindo que o endividamento não está diretamente associado a fatores emocionais, mas à gestão



inadequada dos recursos financeiros. Por fim, o estudo conclui que a educação financeira desempenha papel fundamental na promoção do equilíbrio financeiro, sendo necessária a adoção de estratégias educativas voltadas à melhoria do planejamento e do controle das finanças pessoais. O presente estudo contribui para a sociedade e para a academia, mostrando a importância da educação financeira bem como de um planejamento financeiro.

Palavras-chaves: educação financeira; comportamento; indivíduo.

1 Introdução

A economia, em sua origem conceitual, está associada à ideia de “administração da casa”, derivada do termo grego *oikos*, que significa lar. Essa concepção evidencia que a gestão dos recursos financeiros não se restringe ao ambiente profissional ou organizacional, mas está presente em todos os âmbitos da vida do indivíduo, sobretudo no contexto pessoal e familiar. Nesse sentido, a administração das finanças pessoais envolve escolhas cotidianas relacionadas ao consumo, ao planejamento e ao uso responsável dos recursos, exigindo disciplina, organização e consciência financeira (Pelicioli, 2011).

Diante das crescentes transformações econômicas e sociais, a educação financeira passou a ocupar lugar de destaque no debate acadêmico e institucional. A ampliação do acesso ao crédito, a diversificação dos produtos financeiros e a complexidade das relações de consumo tornaram imprescindível o desenvolvimento de conhecimentos financeiros que auxiliem os indivíduos na tomada de decisões mais conscientes e responsáveis (Savoia; Saito; Santana, 2007). Nesse contexto, a educação financeira pode ser compreendida como um conjunto de saberes e competências que contribuem para escolhas mais racionais no uso do dinheiro, no consumo e no planejamento financeiro, promovendo maior estabilidade econômica e bem-estar social (Ferreira, 2017).



No contexto brasileiro, essa discussão torna-se ainda mais relevante em razão das desigualdades socioeconômicas, da concentração de renda e da elevada carga tributária. Associados à ausência de planejamento financeiro, esses fatores potencializam situações de vulnerabilidade econômica e endividamento, reforçando a necessidade de ações educativas voltadas ao fortalecimento das competências financeiras da população (Barbosa, 2016). O endividamento, por sua vez, configura-se como um fenômeno complexo e multifatorial, que vai além da insuficiência de renda, sendo influenciado por aspectos comportamentais, culturais e psicológicos (Brasolin, 2017).

A expansão do crédito e a facilidade de acesso a instrumentos financeiros, como cartões de crédito e financiamentos, têm contribuído para o aumento da inadimplência, gerando impactos não apenas econômicos, mas também emocionais, como ansiedade, estresse e insegurança financeira (Artifon; Piva, 2013). Nesse sentido, o comportamento financeiro assume papel central na compreensão das situações de estabilidade ou instabilidade econômica, uma vez que o consumo impulsivo, a busca por satisfação imediata e a ausência de controle financeiro podem comprometer o equilíbrio das finanças pessoais, independentemente do nível de renda.

Diante do exposto o presente trabalho buscou responder a seguinte pergunta: Quais traços comportamentais existem entre indivíduos economicamente estáveis e os afetados? Essa pesquisa tem como objetivo comparar os traços comportamentais dos indivíduos que estão economicamente afetados ou não.

Dessa forma, compreender os traços comportamentais associados ao comportamento financeiro torna-se fundamental para diferenciar indivíduos economicamente estáveis daqueles economicamente afetados. Indivíduos financeiramente estáveis



tendem a apresentar maior capacidade de planejamento, organização e controle dos gastos, enquanto aqueles economicamente afetados demonstram dificuldades em honrar compromissos financeiros e em adotar práticas de consumo consciente (Silva, 2020). A análise comparativa desses grupos justifica-se pela relevância social e acadêmica do tema, uma vez que permite ampliar o entendimento sobre os fatores que influenciam a condição financeira dos indivíduos e subsidiar estratégias educativas voltadas à promoção de comportamentos financeiros mais conscientes, à redução do endividamento e ao fortalecimento da autonomia financeira.

2 Referencial Teórico

2.1 Educação Financeira

A educação financeira tem como finalidade capacitar os indivíduos para gerir adequadamente seus recursos ao longo da vida, envolvendo não apenas conhecimentos técnicos, mas também atitudes, comportamentos e habilidades relacionadas ao uso do dinheiro (Mundy, 2008). Nesse sentido, a educação exerce papel fundamental na formação integral do ser humano, devendo ultrapassar os limites do ambiente escolar e estender-se aos diferentes espaços sociais (Nessi, 2021).

Através das habilidades conquistadas pela educação, é possível identificar um maior desenvolvimento no mercado financeiro e no bem-estar do indivíduo, uma vez que estarão com conhecimentos suficientes para se tornarem pessoas preparadas para o mercado e que terão maiores chances de se destacar, pois serão capazes de decidir quando gastar ou economizar (Silva, 2020).

O desenvolvimento da educação financeira é um processo demorado, pois para ter domínio sobre ele é necessário passar por fases, que são: conhecimento financeiro, disciplina e



conscientização, através disso o indivíduo poderá ter um norte para lidar com as situações do seu cotidiano. Esse conhecimento traz um melhor senso crítico para que as pessoas façam melhores escolhas, seja ela no consumo, em um investimento ou em situações de endividamento (Silva *et al.*, 2020)

O tema sobre a educação financeira destaca-se, pois observa-se que a maioria dos problemas relacionados a má gestão financeira são causados pela falta de conhecimento sobre a temática. Constata-se que uma das causas para o endividamento é o descontrole no uso de cartão de crédito, falta de noções sobre taxas de juros elevadas, dentre outras situações ocasionadas pela falta de compreensão das finanças básicas (Minella *et al.*, 2017)

A maior parte da população enfrenta dificuldades no controle de suas finanças pessoais, não possuindo clareza sobre quanto gasta, de que forma consome seus recursos e quais fatores influenciam seus padrões de consumo. Nesse cenário, observa-se a ausência de uma cultura de organização financeira e de hábitos voltados à poupança, o que contribui para o aumento do endividamento por meio de financiamentos e despesas incompatíveis com a renda disponível. Diante disso, torna-se fundamental compreender a relevância do controle financeiro e da análise das próprias despesas, bem como a necessidade de iniciar um planejamento financeiro, independentemente das particularidades e demandas de cada indivíduo (Luz; Ayres; Melo, 2019).

Sendo assim, a desmistificação da educação financeira constitui um processo complexo e dinâmico, influenciado por fatores comportamentais, culturais, econômicos e psicológicos, estando a qualidade de vida da população diretamente relacionada a uma condição saudável de organização financeira (Medeiros, 2021).



Para Cruz, *et.al* (2017), instigar a busca por orientações sobre um planejamento adequado e a forma que se utiliza os recursos financeiros, pode vir a auxiliar uma maior quantidade de pessoas que venham solucionar suas maiores dificuldades e permiti-las que possuam um melhor planejamento para o seu cotidiano. Esse conhecimento especializado transpõe ao ambiente escolar, não somente uma garantia de aprendizagem nas tradicionais disciplinas, mas os torna estudantes aptos a atividades cotidianas, assim assegurando o desenvolvimento de competências sociais (Hofmann, 2013).

2.2 Educação Financeira No Ensino

Os países menos desenvolvidos, apontam dificuldades em gerir os seus recursos causando prejuízos na sua educação financeira, crises, inflações, e outros vários fatores, contribuindo de forma negativa em seu desenvolvimento, interferindo também na educação de modo geral, incluindo na educação financeira (Cruz *et al.*, 2017).

Para Vieira *et al.* (2010), o tema relacionado sobre Educação Financeira ainda não é tão comentado e presente em nosso cotidiano quanto os países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos. No país existe uma grade curricular no ensino das escolas secundarias onde a disciplina é obrigatória para os estudantes.

Apesar do aumento dos debates sobre essa temática no Brasil, ainda há escassez de informações e ações sistematizadas voltadas à educação financeira. Esses conceitos deveriam ser trabalhados de forma mais efetiva também no ambiente escolar, a fim de promover maior compreensão e preparo dos estudantes para a gestão de suas finanças. Diante dessa lacuna, observa-se que muitas famílias não dispõem de conhecimentos suficientes para



manter uma vida financeira saudável e equilibrada (Kitana; Pacheco, 2018).

O modelo educacional brasileiro, de modo geral, pouco aborda a temática do dinheiro e dos conhecimentos relacionados às finanças, restringindo-se, na maioria das vezes, ao seu tratamento quantitativo em disciplinas voltadas ao ensino de cálculos matemáticos. Observa-se a ausência de iniciativas voltadas à construção de bases sólidas em gestão das finanças pessoais, bem como à reflexão sobre a relação entre o autoconhecimento, as emoções e o planejamento do futuro financeiro (Nessi, 2021).

A escola configura-se como um espaço fundamental para o desenvolvimento da consciência financeira dos estudantes, sobretudo no que se refere à administração responsável dos recursos. A falta de planejamento financeiro pode gerar impactos negativos não apenas no âmbito individual, mas também nas relações familiares e sociais. Por essa razão, é necessário que o planejamento financeiro seja estimulado desde a infância, permitindo que a criança compreenda a diferença entre desejos e necessidades e aprenda, de forma gradual, a organizar seus gastos, poupar, utilizar seus recursos de maneira consciente e exercer a solidariedade. Além disso, a educação financeira não deve se limitar ao ensino de conteúdos matemáticos, devendo ser trabalhada de forma interdisciplinar, integrando temas como ética, cidadania, preservação ambiental, análise crítica do consumo e responsabilidade nas escolhas cotidianas (Silva, R., 2019).

Dessa forma, o educador deve exercer o papel de instruir os estudantes a buscarem conquistar a sua autonomia moral, intelectual, social e afetiva, para que venha a compreender na sua totalidade (Aroeira, Soares, Mendes, 1996). Desenvolver hábitos que lhes gerem a capacidade de identificar as suas necessidades através do papel da



educação, irá permitir que tome decisões seguras, trazendo um melhor gerenciamento sobre as suas finanças, e melhores decisões, assim tornando-os adultos mais conscientes e capazes de lidar com suas emoções sobre a necessidade real de consumo e maiores planejamentos de seus objetivos (Silva, R, 2019)

Nesse sentido, é fundamental a criação de situações educativas que, respeitando os limites da vivência estudantil, atribuam maior relevância ao ensino financeiro. Nesse processo, cabe aos órgãos competentes assegurarem a continuidade e a ampliação da implantação da educação financeira, não apenas em instituições privadas, mas também em toda a rede pública de educação infantil, de modo a garantir o acesso equitativo a esse tipo de formação desde os primeiros anos escolares (Cruz *et al.*, 2017).

No sistema educacional brasileiro, não há uma exigência formal que determine a inclusão da Educação Financeira como componente obrigatório nas escolas. Embora o Ministério da Educação oriente que o ensino interdisciplinar contribua para o desenvolvimento de habilidades capazes de auxiliar os estudantes a lidar com situações pessoais e sociais ao longo da vida, observa-se que os conteúdos relacionados à educação financeira são trabalhados de forma implícita. Essa abordagem limita a possibilidade de os alunos refletirem de maneira prática sobre o uso do dinheiro, uma vez que se apoia em modelos genéricos que nem sempre dialogam com a realidade social e econômica vivenciada pela população (Savoia; Saito; Santana, 2007).

2.3 Bem-estar financeiro

A falta desse conhecimento pode trazer consequências irreversíveis, a maioria dos jovens parcelam suas compras ao invés de guardar o dinheiro, não possuem rotinas de



investimento ou poupança, uma pequena parcela que tem o costume de poupar, guarda o seu dinheiro em cofrinhos, o que reflete a falta de planejamento. Isto confirma-se pelo forte apelo consumista nos jovens (Gans *et al.*, 2016).

O consumo exacerbado sem consciência pode causar um endividamento, sem a educação financeira e com a falta de planejamento, tende a interferir na qualidade de vida dos indivíduos. A educação junto com o planejamento financeiro deve estar ao alcance de qualquer pessoa, para que elas venham a ser mais conscientes em suas decisões, e possuam uma melhor qualidade de vida (Silva *et al.*, 2020).

O consumismo dá início no século XIX devido aos avanços de produção sobre o sistema capitalista, mas somente foi impulsionado durante o século XX. Caracteriza-se como população consumista pelo desejo que ela possui de ampliar suas aquisições supérfluas, das grandes quantidades por produtos de luxo, que venha suprir suas satisfações, onde isso leva a um ciclo vicioso capaz de ser não esgotado, e no final o ato é somente o próprio desejo de consumo (Retondar, 2007).

O comportamento do ser humano baseia-se por vários fatores que o levam a ter desejos e necessidades, onde nas maiorias das vezes esses desejos requerem recursos financeiros para o seu alcance. À proporção que a sociedade cresce, os indivíduos reagem de formas diferentes ao seu consumo o que leva ao surgimento de finanças comportamentais afim de compreender o comportamento econômico e a tomada de decisão (Minella *et al.*, 2017).

Identificar os fatores para o aumento do consumismo é importante, pois com isso o ensino sobre as finanças tornou-se essencial no cotidiano de toda sociedade, o que é possível identificar a diferença significativa em sua vida. Estudos anteriores identificam que existe uma maior propensão no endividamento em pessoas solteiras comparados aos que estão



casados ou em uma união estável, também é possível observar que quanto maior a experiência de vida e a escolaridade, melhor será sua qualidade de vida financeira e o seu bem-estar (Carli, et al., 2017).

Devido ao forte estímulo causado pelo governo federal e das publicidades de consumo, provocou o crescimento exponencial de uma nova classe de consumo a participação em créditos para pessoa física, elevação do endividamento, o que gerou fortes crises financeira internacional no mercado causada pela facilidade ao crédito e a falta de conhecimentos e habilidades, que fazem como que o indivíduo repense de forma racional sobre os seus gastos (Martins, 2013).

Os comerciais nas mídias e a ampla oferta de crédito no mercado, acaba favorecendo as decisões de hoje e o amanhã. As escolhas acabam ocorrendo devido a rivalidade de interesses que estão presentes na mente, a fim de satisfazerem seus desejos, antecipando benefícios para desfrutarem de prazeres imediatos, que em sua maioria das vezes acabam sacrificando seu futuro por conta de um momento (Martins, 2013).

Identifica-se que pessoas com a saúde econômica estável possuem segurança financeira, bem como um nível de stress mais baixo e controle sobre seu gerenciamento monetário atual, e tendem a possuir baixos níveis de endividamento. Já ao que se refere aos indivíduos instáveis economicamente, é possível verificar que o alto consumo, afeta de forma negativa a avaliação do bem-estar financeiro presente, e suas perspectivas financeira futura, o que compreende que quanto maiores os níveis de endividamento, menor são a sua satisfação em relação ao seu bem-estar financeiro (Silva, 2020).

O bem-estar financeiro pode ser compreendido ou avaliado sobre como o indivíduo possui controle sobre a sua condição financeira atual ou através do seu comprometimento



de renda e seus planos para o futuro. A métrica baseia-se pelo nível de endividamento ou por fatores pessoais, comportamentais (Fraga et al., 2016).

Para Faveri e Knupp (2018), é possível identificar evidências empíricas feitas pelas finanças comportamentais, onde vem sendo demonstrado que indivíduos cometem atitudes que mudam seus direcionamentos no processo decisório, onde muitas das vezes acaba que as decisões nem sempre visam à otimização para a sua realização financeira.

Dessa forma, se ressalta que para que haja um comportamento financeiro que seja coeso, necessita-se de atitudes que direcione ao sucesso financeiro, o que se dão como exemplos para que atinja esse caminho: pagamentos das contas em dia, planejamento da aposentadoria, estabilização financeira, gestão financeira em situações de incerteza como doenças, mortes e crises financeiros, assim, afetando positivamente o bem-estar financeiro (Brugge et al., 2017).

Sua condição financeira está associada diretamente a sua saúde emocional, pois com a falta de recursos acarretar fatores que desmoralizam a dignidade do indivíduo, onde está a sujeito a fome, desemprego, habitação, o que levam a prejudicar a o seu desenvolvimento social. Devido a essas condições surge o trabalho da psicologia econômica que vem para promover saúde, trabalhando no desenvolvimento de compreensão sobre os impactos sobre atitudes sem planejamento, conhecimentos e habilidades, o que possibilita a transversalidade da psicologia e economia (Artifon; Piva, 2013)

3 Método

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, fundamentada em estudos anteriores que abordam a temática do comportamento financeiro e da educação



financeira. Conforme Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características de determinado grupo ou fenômeno, utilizando procedimentos padronizados de coleta de dados, o que se mostra adequado à proposta desta investigação.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa adota um método quali-quantitativo. A abordagem quantitativa justifica-se pelo uso de dados numéricos, obtidos por meio de questões fechadas, com aplicação de escala *Likert*, possibilitando a análise estatística das frequências e padrões de respostas. Já a abordagem qualitativa decorre da utilização de questões abertas, que permitem compreender percepções, experiências e significados atribuídos pelos participantes às suas vivências financeiras.

O estudo possui caráter transversal, uma vez que a coleta de dados foi realizada em um único momento, não havendo comparação entre diferentes períodos temporais. Essa característica permite captar um retrato da realidade investigada no período da aplicação do instrumento de pesquisa.

A população da pesquisa foi composta por 99 respondentes, selecionados por conveniência, constituída por indivíduos que possuem vivências econômicas no cotidiano. A escolha desse público justifica-se pela necessidade de compreender comportamentos financeiros em contextos reais de tomada de decisão, independentemente do nível de renda ou formação acadêmica.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário semiestruturado, elaborado com base nos estudos de Silva (2020) e Faveri e Knupp (2018). O instrumento é composto por 32 questões, sendo três abertas e 29 fechadas. As questões fechadas foram estruturadas em escala *Likert* de cinco pontos, variando de "discordo totalmente" (1) a "concordo totalmente" (5).



O questionário foi organizado em três blocos. O primeiro contemplou questões relacionadas às características sociodemográficas dos participantes. O segundo bloco teve como objetivo coletar informações sobre o nível de endividamento dos respondentes. O terceiro bloco buscou identificar os traços comportamentais e as características financeiras dos indivíduos economicamente estáveis e daqueles economicamente afetados.

Após a coleta dos dados, as respostas foram tabuladas com o auxílio do Microsoft Office Excel e, posteriormente, analisadas por meio do software SPSS, versão 22. Os resultados quantitativos foram organizados em tabelas, facilitando a visualização e a interpretação dos dados, sendo posteriormente confrontados com a literatura pertinente ao tema, a fim de alcançar os objetivos propostos pelo estudo.

No que se refere às questões abertas, os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados, possibilitando a compreensão dos significados subjacentes às respostas dos participantes.

4 Resultados e discussões

Nesta seção foram apresentados os dados que foram coletados por meio da aplicação do questionário, na qual foi elaborada e dividida em 3 partes sendo: a primeira parte realizada para identificar as características do grupo de amostra, a segunda parte tinha como objetivo entender o perfil de endividamento dos respondentes, e a terceira foi explorada os traços comportamentais e características dos indivíduos economicamente afetados ou não.

4.1 Caracterização da amostra



A análise apresenta a caracterização da amostra do estudo quanto aos itens: renda, faixa etária, formação, estado civil e filhos, na qual será apresentada na Tabela 1.

Tabela 1: Caracterização da amostra

Caracterização da amostra		Frequência	Porcentagem (%)
Possui renda	Não	10	10,01
	Sim	89	89,9
Faixa etária	Até 20 anos	8	8,1
	20 a 25 anos	55	55,6
	26 a 30 anos	15	15,2
	31 a 35 anos	6	6,1
	36 a 40 anos	5	5,1
	Acima de 40 anos	10	10,1
Formação	Ens. Médio Comp.	29	29,3
	Ens. Médio Incomp.	2	2
	Técnico	5	5,1
	Graduação	51	51,5
	Especialização	8	8,1
	Mestrado	2	2
	Doutorado	2	2
Estado Civil	Solteiro (a)	70	70,7
	Casado (a)	26	26,3
	Divorciado (a)	3	3
	Viúvo (a)	0	0
Possui Filhos	Não	69	69,7
	Sim	30	30,3

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com relação a renda dos respondentes, os dados mostram maior predominância nos participantes que possuem renda (89,9%) e os participantes que não possuem renda 10,1%, com desvio padrão de 0,3. Com relação à faixa etária, foi possível verificar que a idade predominante foi de 20 a 25 anos com 55,6% de percentual, onde os demais percentuais foram distribuídos nas demais faixas etárias. Já baseado na formação, graduação se destaca com 51,5% das respostas,



seguida do ensino médio completo (29,3%) e especialização (8,1%). Com relação ao estado civil dos participantes, predomina os solteiros (70,7%) seguido do casado com (26,3%), com uma dispersão de desvio padrão de 0,53. Em relação a filhos, percebe-se que (69,7%) não possuem filhos, já apenas 30,3% possuem, onde percebe-se um desvio padrão de 0,46 mostrando que existe uma grande variação no que se refere aos níveis de formação dos respondentes.

4.2 Perfil de endividamento

A tabela 2 apresenta os percentuais quando questionados aos participantes se eles se consideram endividados.

Tabela 2: Autoavaliação

Variáveis		Frequência	Porcentagem (%)
1. Me considero endividado	Não	51	51,5
	Sim	48	48,5

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

É possível notar que 51,1% não se consideram endividados, por outro lado, 48,5% se consideram. Para Silva et al. (2020) o consumo sem consciência tende a causar endividamento, o que pode explicar o resultado quanto aos que se consideram economicamente instáveis, que com a educação financeira e um bom planejamento é possível ser economicamente estável ocasionando uma melhor qualidade de vida.

Quando questionado aos participantes quais itens mais tinha comprometimento de suas rendas, foi possível identificar que 28,3% possuem com compras parceladas no cartão de crédito, 12,1% com parcelamento da fatura do cartão de crédito, e 16,2% responderam que não possuíam nenhum comprometimento com os itens que foram citados como: Juros de cheque especial, crediário em lojas, financiamentos e



empréstimo ou empréstimos com amigos. O que correlaciona quando questionados qual seu nível de comprometimento de renda, em porcentagem com os itens listados na questão como: cartão de crédito, empréstimos e financiamentos, 78,8% dos respondentes informaram que era com cartão de crédito, seguido de 11,1% com financiamentos e 10,1% com empréstimos.

Tal resultado, justifica-se pela pesquisa de Silva (2020) onde aponta o cartão de crédito com uma maior convergência no endividamento, que figurou o cartão de crédito, como um dos principais itens no que corresponde ao comprometimento de renda e na intenção para realização de novas dívidas. Quando indagado aos participantes o que os levaram a estarem endividados, foram levantados alguns motivos conforme apresentado no Figura 1.

Figura 1: Causas do endividamento



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O motivo mais citado para o endividamento foi necessidades, seguindo por aumentos nos insumos, aquisição de bens, falta de controle com os gastos, dentre outros conforme apresentado na Figura 1. Para Airtifon e Piva (2017), as causas citadas acontecem pela deficiência no planejamento financeiro, ou negligência. Ele explica que existem 2 tipos de devedores, definidos por: devedores ativos que são aqueles que estão preocupados com os seus status sociais, contraindo sempre novas dívidas e acabam perdendo



o controle e estão sempre endividados. Por outro lado, existem os devedores passivos, que acabam se endividando devido a impossibilidades de pagamentos de suas obrigações, decorrente de imprevistos, mas que apesar disso possuem uma maior chance de se recuperarem financeiramente.

A próxima análise traz dados sobre o tempo na qual encontram-se endividados e por quanto tempo ainda estarão com suas rendas comprometidas, os dados estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Endividamento

Variáveis		Frequência	Porcentagem (%)
1. Há quanto tempo possui dívidas?	0 a 12 meses	28	28,3
	2 a 3 anos	16	16,2
	4 a 5 anos	9	9,1
	6 a 7 anos	3	3
	Acima de 9 anos	2	2
	Não possui dívidas	2	2
	Outros	16	16,2
2. Por quanto tempo sua renda estará comprometida com essas dívidas?	0 a 12 meses	34	34,3
	2 a 3 anos	11	11,1
	4 a 5 anos	3	3
	6 a 7 anos	1	1
	Acima de 9 anos	9	9,1
	Não possui dívidas	2	2
	Não soube responder	3	3
	Outros	11	11,1

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quando questionados sobre há quanto tempo possuem dívidas, é possível identificar que 28,3% possuem dívidas num período de 12 meses, seguido de 2 a 3 anos 16,2%. Quando perguntado por quanto tempo sua renda ainda estará comprometida com essas o maior percentual foi para o período de 0 a 12 meses com 34,3%, bem como, 11,1% para o período de 2 a 3 anos e 9,1% acima de 9 anos.



Indagado aos participantes sobre o aumento do seu endividamento nos últimos dois meses e qual seria a somatória de suas dívidas, é possível identificarmos uma média entre os participantes que é apresentado na Tabela 4.

Tabela 4: Projeção da dívida

Variáveis	Média
Em termos percentuais, em quanto aumentou seu endividamento nos últimos dois meses?	40%
Somando todas as suas dívidas hoje, qual seria o valor aproximado?	R\$ 5.000,00

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Pode-se notar que em média houve um aumento em suas dívidas nos últimos 2 meses de 40% entre os participantes. Já referente ao acúmulo total de obrigações nos dias atuais, há uma média de 5.000,00, esses dados podem ser justificados pelos motivos de aquisição de novas contas no Quadro 1, que vai desde as necessidades básicas do dia a dia, até des controle em aquisições na busca por padrões de vida.

Os respondentes foram questionados se eram realizados orçamentos em suas dívidas, o resultado é apresentado na Tabela 5.

Tabela 5: Realizam orçamentos

Variáveis		Frequência	Porcentagem (%)
Você realiza orçamentos das suas dívidas?	Não	28	28,3
	Sim	67	67,7

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No total 67,7% dos participantes responderam que realizam orçamentos de suas dívidas, por outro lado, 28,3 informaram que não realizam orçamentos. Apesar da maior parte realizarem orçamentos, é possível identificar que mesmo



assim encontrasse num quadro de endividamento, o que justificado pela falta de educação financeira adequada.

Airtifon e Piva (2013) indagam que é necessária uma educação financeira adequada, para que haja mudanças no comportamento, levando o sujeito a tomar decisões em seu cotidiano com consciência.

4.3 Traços comportamentais e características dos indivíduos

Inicialmente, a Tabela 6 apresentará uma visão geral de como os participantes se veem financeiramente.

Tabela 6: Bem-estar financeiro

Variáveis	Descrição	Freq.	(%)
Estou me tornando financeiramente seguro.	Discordo totalmente	10	10,1
	Discordo parcialmente	17	17,2
	Indiferente	35	35,4
	Concordo parcialmente	21	21,2
	Concordo totalmente	15	15,2
Por causa da minha situação financeira, sinto que nunca terei as coisas que quero na vida.	Discordo totalmente	47	47,5
	Discordo parcialmente	20	20,2
	Indiferente	18	18,2
	Concordo parcialmente	6	6,1
	Concordo totalmente	8	8,1
Estou garantindo meu futuro financeiro.	Discordo totalmente	20	20,2
	Discordo parcialmente	20	20,2
	Indiferente	30	30,3
	Concordo parcialmente	17	17,2
	Concordo totalmente	11	11,1
Não estou em dia com minha vida financeira.	Discordo totalmente	30	30,3
	Discordo parcialmente	10	10,1



	Indiferente	18	18,2
	Concordo parcialmente	20	20,2
	Concordo totalmente	20	20,2
Eu alcançarei os objetivos financeiros que estabeleci para mim.	Discordo totalmente	12	12,1
	Discordo parcialmente	8	8,1
	Indiferente	24	24,2
	Concordo parcialmente	28	28,3
	Concordo totalmente	26	26,3
Minhas finanças controlam minha vida.	Discordo totalmente	22	22,2
	Discordo parcialmente	17	17,2
	Indiferente	30	30,3
	Concordo parcialmente	16	16,2
	Concordo totalmente	12	12,1
Eu economizei (ou serei capaz de economizar) dinheiro suficiente para durar até o final da minha vida.	Discordo totalmente	42	42,4
	Discordo parcialmente	23	23,2
	Indiferente	14	14,1
	Concordo parcialmente	12	12,1
	Concordo totalmente	5	5,1
Sempre que sinto possuir controle sobre minha vida financeira, acontece algo que atrapalha esse controle.	Discordo totalmente	15	15,2
	Discordo parcialmente	18	18,2
	Indiferente	23	23,2
	Concordo parcialmente	16	16,2
	Concordo totalmente	24	24,2
Eu serei financeiramente seguro (protegido) até o final da minha vida.	Discordo totalmente	35	35,4
	Discordo parcialmente	14	14,1
	Indiferente	23	23,2
	Concordo parcialmente	13	13,1



	Concordo totalmente	13	13,1
--	---------------------	----	------

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na primeira afirmação 35,4% dos respondentes relataram ser indiferente a estarem se tornando financeiramente seguros, quando indagado que por causa da situação financeira, sentem que nunca terão as coisas que querem na vida, é possível identificar que 47,2% discordam totalmente da informação. 30% informaram se sentirem indiferente quando afirmando que estariam garantindo o futuro financeiro, já 30,3% discordaram totalmente quando indagado que não estariam em dias financeiramente, seguido de 20,2% para concordo parcialmente, bem como a mesma porcentagem para concordo totalmente.

Onde 28,3% afirmam que concordam parcialmente que alcançarão os objetivos financeiros na qual foi estabelecido por eles mesmo. Afirmando que as finanças controlam suas vidas 30,3% resultaram que se sentem indiferente, já 42,2% discordaram totalmente que serão capazes de economizar dinheiro que durar até o final de suas vidas.

Sempre que começam a possuir controle da vida financeira, acontece algo que os atrapalha, 24,2% afirmaram que concordam totalmente, onde, 35,4% discordaram totalmente que se sentem financeiramente seguros até o final de suas vidas.

Na Tabela 7 apresentam afirmações na qual obtêm-se características dos indivíduos como forma de entender seus comportamentos em situações que exigem controle emocional.

Tabela 7: Traços comportamentais

Variáveis	Descrição	Freq.	(%)
Eu me vejo como alguém que possui uma imaginação ativa	Discordo totalmente	3	3
	Discordo parcialmente	9	9,1
	Indiferente	18	18,2



	Concordo parcialmente	29	29,3
	Concordo totalmente	39	39,4
Eu me vejo como alguém que possui poucos interesses artísticos	Discordo totalmente	27	27,3
	Discordo parcialmente	23	23,2
	Indiferente	25	25,3
	Concordo parcialmente	12	12,1
	Concordo totalmente	11	11,1
Eu me vejo como alguém que é rigoroso no trabalho	Discordo totalmente	4	4
	Discordo parcialmente	10	10,1
	Indiferente	24	24,2
	Concordo parcialmente	33	33,3
	Concordo totalmente	27	27,3
Eu me vejo como alguém que tende a ser preguiçoso	Discordo totalmente	32	32,3
	Discordo parcialmente	26	26,3
	Indiferente	25	25,3
	Concordo parcialmente	11	11,1
	Concordo totalmente	4	4
Eu me vejo como alguém que costuma ser confiante	Discordo totalmente	6	6,1
	Discordo parcialmente	5	5,1
	Indiferente	21	21,2
	Concordo parcialmente	31	31,3
	Concordo totalmente	35	35,4
Eu me vejo como alguém que é calmo, enfrenta bem o estresse	Discordo totalmente	12	12,1
	Discordo parcialmente	16	16,2
	Indiferente	28	28,3
	Concordo parcialmente	23	23,2
	Concordo totalmente	19	19,2



Eu me vejo como alguém que fica nervoso facilmente	Discordo totalmente	17	17,2
	Discordo parcialmente	24	24,2
	Indiferente	31	31,3
	Concordo parcialmente	12	12,1
	Concordo totalmente	14	14,1
Eu me vejo como alguém que é expansivo, sociável	Discordo totalmente	6	6,1
	Discordo parcialmente	6	6,1
	Indiferente	27	27,3
	Concordo parcialmente	26	26,3
	Concordo totalmente	32	32,3
Eu me vejo como alguém que é reservado	Discordo totalmente	16	16,2
	Discordo parcialmente	20	20,2
	Indiferente	29	29,3
	Concordo parcialmente	16	16,2
	Concordo totalmente	17	17,2

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quando indagado se eles se veem como alguém que possui imaginação ativa, 39,4% responderam que concordam totalmente, seguido de 29,3% que concordam parcialmente, na qual a afirmação caracteriza pessoas que são curiosas. Já os que se veem como alguém que possui poucos interesses artísticos, 27,3% responderam que discordam totalmente, seguido 25,3% com indiferente, que caracteriza aqueles que gostam de novidades e novas experiências, a divergência nas respostas, Faveri e Knupp (2018) explica que caracteriza pessoas com comportamento de falácia da conjunção, que é quando o indivíduo normalmente avalia que uma conjunção de dois eventos, na qual um seja mais provável de ocorrer do que outro.



Quando questionado se se veem como alguém que é rigoroso no trabalho, 33,3% concordaram parcialmente, já se eles se veem como alguém que tente a ser preguiçoso, 32,3% discordaram totalmente, as afirmações caracterizam pessoas com autocontrole, confiança e coerência. Nesse caso, Faveri e Knupp (2018) justifica que são pessoas que tendem a serem avessas ao risco quando escolhem o ganho certo, ou são atraídas pelo risco quando escolhem a persa certa, ou seja, pessoas que ou escolhem tudo ou nada.

Questionados se veem como alguém que costuma ser confiante, 35,4% concordaram totalmente, e na afirmação se eles se veem como alguém que é calmo, enfrenta bem o estresse, 28,3% informaram que era indiferente, já os que se veem como alguém que fica nervoso facilmente, foi indiferente para 31,3% dos respondentes. Essas características são de indivíduos que são gentis, empáticos, altruísticos, maduros, otimistas e calmos, para Faveri e Knupp (2018) esses indivíduos ignoram eventos inesperados que podem vir a ocorrer.

Já os que se veem como alguém que é expansivo, sociável, 32,3% afirmaram que concordam totalmente, e 29,3% responderam que concordavam totalmente que se veem como alguém que é reservado, esses indivíduos costumam ser ativos, engraçados e gentis. Faveri e Knupp (2018) justifica que são sujeitos que buscam pelo que se lhe oferecem constância e é possível chegar à realização.

5 Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar os traços comportamentais que diferenciam indivíduos economicamente estáveis daqueles economicamente afetados, considerando a relação entre comportamento financeiro, educação financeira e endividamento. A partir da análise dos dados coletados,



foi possível compreender que o endividamento observado entre os participantes não decorre predominantemente de fatores emocionais, mas está associado, sobretudo, às necessidades cotidianas e à ausência de controle financeiro efetivo, mesmo entre indivíduos que afirmam realizar algum tipo de planejamento orçamentário.

Os resultados evidenciam que o uso inadequado do crédito, especialmente do cartão de crédito, configura-se como um dos principais fatores de comprometimento da renda, seguido por financiamentos e empréstimos de curto prazo. Esse cenário revela fragilidades no nível de educação financeira dos participantes, indicando que o simples conhecimento sobre orçamento não é suficiente quando não acompanhado de práticas consistentes de controle e planejamento financeiro ao longo do tempo.

No que se refere aos traços comportamentais, os participantes demonstraram características positivas, como confiança, autocontrole emocional e sociabilidade, sugerindo que tais atributos, por si só, não garantem estabilidade financeira. Assim, o estudo reforça a compreensão de que o comportamento financeiro é influenciado por múltiplos fatores, envolvendo aspectos econômicos, educacionais e contextuais, o que demanda abordagens integradas para a promoção da saúde financeira.

Diante desse contexto, a pesquisa contribui para ampliar o debate acadêmico sobre comportamento financeiro e psicologia econômica, ao evidenciar a necessidade de ações educativas que ultrapassem a transmissão de conhecimentos teóricos e alcancem a mudança efetiva de comportamentos financeiros. Além disso, os achados possuem relevância social e prática, ao apontar a importância do fortalecimento da educação financeira como estratégia para a redução do endividamento e para a promoção de uma relação mais consciente e equilibrada dos indivíduos com o dinheiro.



Por fim, reconhece-se que as limitações relacionadas ao tamanho e ao tipo da amostra não permitem a generalização dos resultados, o que indica a necessidade de estudos futuros que aprofundem a análise dos traços comportamentais e de suas implicações na estabilidade financeira. Ainda assim, o estudo oferece subsídios relevantes para pesquisadores, educadores e gestores interessados em compreender e intervir nos fatores que influenciam o comportamento financeiro, contribuindo para o desenvolvimento de práticas mais eficazes de educação financeira e gestão das finanças pessoais.

Referências

- AROEIRA, M. L. C.; SOARES, M. I. B.; MENDES, R. E. A. **Didática de pré-escola: vida criança: brincar e aprender.** São Paulo: FTD, 1996
- ARTIFON, S.; PIVA, M. Endividamento nos dias atuais: fatores psicológicos implicados neste processo. **Endividamento e implicações psíquicas. Psicologia. pt**, p. 1-41, 2014.
- BARBOSA, J. P. A. **O Perfil da Educação Financeira, do Endividamento e do Planejamento Financeiro dos Discentes de Graduação da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados.** 2016. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourado, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 70 ed. São Paulo, 2011.
- BRUGGEN, E.C. HOGREVE, J. HOLMUND, M. KABADAYI, S. LOFGREN, M. Financial well-being: A conceptualization and research agenda. **Journal of business research.** 79 228- 237. Elsevier, 2017
- CARLI, T. C. **INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BEM-ESTAR PESSOAL.** 2017
- Cruz, Daniele Barbist, et al. **"Educação financeira para crianças e adolescentes na região metropolitana de Curitiba."** (2017).



FAVERI, Dinorá Baldo; DE SOUZA KNUPP, Paulo. Finanças comportamentais: relação entre traços de personalidade e vieses comportamentais. **BASE-Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos (ISSN: 1984-8196)**, v. 15, n. 1, p. 18-30, 2018.

FERREIRA, Juliana Cezario. A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL PARA A QUALIDADE DE VIDA. **Caderno de Administração**, São Paulo, v. 1, p. 1414-7394, 2017.

FRAGA, L.S. VIEIRA, K.M. CERETTA, P.S. PARABONI, A.L. Bem-estar financeiro: Uma análise sob a perspectiva da renda. **Revista de finanças Aplicadas**. V. 7, N.4, 2016. pp.1-28.

GANS, Evelyn Bugno Schibelbain et al. A importância da educação financeira para a estabilidade econômica e independência financeira de pessoas de baixa renda. **Revista da FAE**, v. 1, p. 93-102, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

HOFMANN, Ruth Margareth. **Educação financeira no currículo escolar**: uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e da França. 2017.

LUZ, Elton John Ferreira; AYRES, Marcos Aurélio Cavalcante; MELO, Maria Aldiléia Silva. Orçamento Familiar: uma análise acerca da educação financeira. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 12, p. 206-218, 2019.

MARTINS, Ana Quitéria Nunes et al. **A formação da Estratégia Nacional de Educação Financeira do governo brasileiro**. 2013.

MEDEIROS, Gustavo Luís Bezerra; DE MEDEIROS, Lara Navarro Pereira. Ausência de educação financeira no Brasil: O impacto à sociedade e a possibilidade de reversão. **Brazilian journal of development**, v. 7, n. 10, p. 101408-101417, 2021.

MINELLA, João Marcos et al. A influência do materialismo, educação financeira e valor atribuído ao dinheiro na propensão ao endividamento de jovens. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 18, 2017.

MUNDY, Shaun. Financial Education Programmes in school: Analysis of selected current programmes and literature draft Recommendations for best practices. **OCDE journal: General papers**, volume 2008/3. OCDE, 2008.



NESI, Hugo Norberto. **Educação financeira para jovens do campo**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

QUINTANA, Alexandre Costa; PACHECO, Katiani Velleda. Percepção dos estudantes do ensino fundamental sobre a educação financeira e o consumo consciente. **Educação Online**, v. 13, n. 27, p. 130-150, 2018.

SAVOIA, J. R. F; SAITO, A. T; SANTANA, F. A. Paradigmas da Educação Financeira no Brasil. **RAP**, Rio de Janeiro: Rap, v. 41, n. 6, p. 1121-41, 2017.

SILVA, Adriana Cristina et al. Qualidade de vida e endividamento. **Desafio Online**, v. 8, n. 2, 2020.

SILVA, Francisco Jader Barbosa. **A RELAÇÃO ENTRE O ENDIVIDAMENTO E O BEM-ESTAR FINANCEIRO**: um levantamento com discentes da ufc. 2020. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SILVA, Raquel Aparecida da. **Educação Financeira**: da escola para a vida. 2019.

PELICIOLOI, Alex Ferranti. **A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA FORMAÇÃO DE JOVENS**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação em Ciências e Matemática, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amancio; BATAGLIA, Regiane Tardiolle Manfre; SEREIA, Vanderlei José. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. **Revista de Administração Unimep**, v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011.





Capítulo 02

ENTRE O RISCO E O ENDIVIDAMENTO: O IMPACTO DAS APOSTAS ONLINE NA SAÚDE E NO COMPORTAMENTO FINANCEIRO DE APOSTADORES DE DIFERENTES CONTEXTOS SOCIOECONÔMICOS

Ariely Costa Medeiros

Graduação em Ciências Contábeis pela UERN

E-mail: arielycosta@alu.uern.br

Wênyka Preston Leite Batista da Costa

Pós-doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: wenykaleite@uern.br

Jandeson Dantas da Silva

Doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: jandesondantas@uern.br

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Doutorado em Geografia

E-mail: sergiopedrosa@uern.br

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorado em Administração e Controladoria

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorado em Administração e Controladoria

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Resumo

O estudo teve como objetivo analisar de que forma as apostas online influenciam a saúde e o comportamento financeiro de apostadores, considerando os riscos de endividamento e vulnerabilidade emocional. A pesquisa, realizada no primeiro semestre de 2025, adotou uma abordagem quantitativa e descritiva, com aplicação de um questionário estruturado a 97 participantes usuários de plataformas de apostas online. O instrumento abordou aspectos como perfil socioeconômico, comportamento nas apostas, saúde financeira, alfabetização financeira e vieses cognitivos. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e correlação de Pearson, permitindo identificar padrões de comportamento e relações entre variáveis. Os resultados indicaram que a maioria dos apostadores são jovens do sexo masculino e com renda de até dois salários-mínimos. Constatou-se que 30,93% apostam diariamente e que muitos acreditam que as apostas podem gerar



ganhos financeiros, revelando envolvimento de risco. Houve correlação positiva entre a frequência de apostas e sintomas de ansiedade, além de associação entre perdas financeiras, piora do padrão de vida e sofrimento psicológico. Embora os participantes afirmem conhecer os riscos, apresentaram comportamentos influenciados por vieses cognitivos como otimismo, ilusão de controle e excesso de confiança. O estudo contribui teoricamente ao integrar finanças comportamentais e educação financeira na compreensão do comportamento dos apostadores e, praticamente, ao oferecer subsídios para ações educativas e políticas públicas preventivas. Contudo, apresenta limitações quanto ao tempo disponível para a coleta e ao número reduzido de respondentes. Sugere-se que pesquisas futuras ampliem a amostra e adotem abordagens longitudinais para aprofundar a análise.

Palavras-chave: Apostas online. Saúde financeira. Endividamento. Finanças comportamentais.

1 Introdução

As apostas sempre estiveram presentes na sociedade, desde os primeiros registros de jogos de azar em civilizações antigas até os modernos cassinos. De acordo com Pio *et al.* (2024), há evidências de que as práticas de apostas remontam a um período anterior ao desenvolvimento da escrita. Para Araújo e Sousa (2025), a expansão da *internet*, aliada ao avanço das plataformas digitais, permitiu a adaptação de modalidades tradicionais, como cassinos e loterias, ao ambiente *online*, ampliando consideravelmente seu alcance.

Atualmente, as apostas *online* abrangem diversas modalidades, incluindo apostas esportivas, cassinos virtuais e jogos de azar, movimentando bilhões de reais anualmente no Brasil e no mundo. Segundo um levantamento da empresa americana Comscore (2024), especializada em análise de dados digitais, o Brasil ocupou a terceira posição no *ranking* mundial de apostas *online* em 2023, com um volume financeiro que ultrapassou 50 bilhões de reais. Para Silva e Rezende (2024), essa evolução no comportamento do consumidor está



diretamente relacionada ao impacto das tecnologias digitais e dos algoritmos na tomada de decisão.

Além disso, o comportamento dos apostadores é frequentemente influenciado por vieses cognitivos e mecanismos de recompensa imediata. Um estudo realizado por Carvalho (2024) revelou que a maioria dos apostadores esportivos tem entre 18 e 30 anos. Esse público, altamente ativo no consumo de conteúdo digital, é mais suscetível à influência social, o que pode levá-lo a ingressar nesse mercado. Influenciadores digitais, ao promoverem atividades de apostas em suas postagens, contribuem para a normalização e glamourização da prática, aumentando a participação, especialmente entre os jovens. Para Bolat et al. (2025), o uso de música, humor e endossos de celebridades torna as apostas mais atraentes para esse público, que muitas vezes tem dificuldades para compreender as complexidades envolvidas. Esse cenário cria uma percepção de facilidade e recompensa rápida, incentivando o envolvimento contínuo sem uma avaliação crítica dos riscos envolvidos.

Pesquisas recentes apontam que o desenvolvimento de comportamentos compulsivos relacionados às apostas está diretamente associado a padrões de tomada de decisão enviesados, falta de educação financeira e uma cultura crescente de hiperconsumo e imediatismo (Shahvari, 2023). Segundo Griffiths (2019), as plataformas de apostas são desenhadas para maximizar o engajamento, utilizando recursos de design comportamental, como recompensas variáveis, bônus de entrada e notificações constantes, que estimulam o sistema de recompensa cerebral e podem induzir a padrões de comportamento de risco.

No contexto brasileiro, o relatório "A Epidemia das Bets", produzido pelo Instituto Locomotiva (2024), demonstrou que 86% dos apostadores estão endividados, enquanto 63% possuem restrições no CPF, demonstrando a



gravidade do comprometimento da saúde financeira. O mesmo relatório destaca que 37% dos apostadores utilizaram recursos destinados à alimentação, aluguel ou contas essenciais para realizar apostas, o que reflete um quadro preocupante de vulnerabilidade financeira crescente.

Para Festa (2023) e Fernandes, Lynch e Netemayer (2014), a alfabetização financeira desempenha papel fundamental na mitigação de comportamentos de risco. Sendo assim, indivíduos com baixo nível de conhecimento financeiro tendem a subestimar riscos, superestimar ganhos e apresentar maiores índices de endividamento, impulsividade e dificuldade no planejamento financeiro.

Dessa forma, a busca por ganhos rápidos, muitas vezes associada às apostas, contrasta com os princípios de segurança financeira, que envolvem planejamento, reserva de emergência, controle de gastos e consumo consciente (OECD, 2018). O descompasso entre esses princípios e o comportamento de risco adotado em ambientes de apostas digitais tem contribuído para o agravamento do quadro de endividamento e insegurança financeira, especialmente entre os jovens.

Com base no exposto, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: De que forma as apostas online impactam o comportamento financeiro e a saúde financeira de apostadores de diferentes contextos socioeconômicos?

O objetivo geral do estudo é analisar o impacto das apostas online na saúde e no comportamento financeiro de apostadores de diferentes contextos socioeconômicos, com ênfase nos riscos financeiros e no endividamento decorrentes dessa prática. Este trabalho busca preencher uma lacuna existente na literatura, que ainda explora de maneira fragmentada os efeitos das apostas no comportamento econômico e na saúde financeira dos indivíduos.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender o impacto das apostas online na saúde e no



comportamento econômico de apostadores de diferentes contextos socioeconômicos, considerando o crescimento acelerado desse mercado e seus efeitos sociais. Considerando que a facilidade de acesso, os estímulos constantes das plataformas digitais e a influência de vieses cognitivos (como a ilusão de controle e o viés do otimismo) têm levado indivíduos a subestimar riscos, superestimar ganhos e adotar comportamentos financeiros de alto risco (Kahneman, 2012; Thaler, 2015; Griffiths, 2019).

Além disso, a baixa alfabetização financeira agrava esse cenário, limitando a capacidade dos indivíduos de gerenciar seus recursos, avaliar riscos e tomar decisões conscientes, o que contribui para quadros de endividamento, inadimplência e instabilidade financeira (Fernandes, Lynch e Netemayer, 2014; OECD, 2018; Shahvari, 2023). Diante dos dados apresentados por pesquisas recentes, que evidenciam o elevado nível de endividamento e restrições financeiras entre apostadores (Instituto Locomotiva, 2024) a presente pesquisa torna-se socialmente relevante ao buscar gerar reflexões e propor caminhos para a construção de estratégias educativas e preventivas que promovam saúde financeira, consumo consciente e a mitigação de comportamentos de risco associados às apostas.

2 Referencial Teórico

2.1 Panorama das apostas online e perfil de apostadores

As apostas fazem parte da história há milhares de anos, sendo uma prática muito antiga cuja origem exata é desconhecida. Assim como outras expressões culturais, como a música, a dança e a pintura rupestre, as apostas surgiram de forma natural entre os primeiros grupos humanos. Há indícios de que elas já eram praticadas ainda no período



paleolítico, muito antes do surgimento da escrita ou de registros formais (Mota, 2022; Pio et al., 2024). Mesmo de forma simples, as apostas já traziam uma ideia de recompensa e estavam ligadas a comportamentos que envolviam algum tipo de valor, o que se aproxima do que hoje entende-se como ganho financeiro.

Com o passar dos séculos, essa prática foi se desenvolvendo e se adaptando às transformações sociais, econômicas e tecnológicas. Durante muito tempo, as apostas ocorreram majoritariamente em espaços físicos, como cassinos, bingos e casas especializadas, exigindo a presença do jogador no local. No entanto, ao final do século XX, essa configuração começou a mudar com o advento da internet. Segundo Chagas (2016), o desenvolvimento das tecnologias da informação, aliado ao rápido processamento de dados e ao avanço da globalização, proporcionou ao mercado de jogos de azar uma expansão sem precedentes. Essa nova conjuntura permitiu que os jogos se consolidassem também no ambiente digital, dando início a uma nova fase marcada pela ampliação do alcance comercial e pela consolidação das apostas online como prática global.

No início dos anos 2000, surgiram as primeiras plataformas digitais voltadas a apostas e jogos online. Conforme destacam Marinho e Gomes (2024), o surgimento das casas de apostas online representou uma transformação significativa no cenário dos jogos de azar, tornando o acesso mais prático e ampliando a base de usuários. O apostador já não precisava estar fisicamente presente em um local específico para participar: bastava ter acesso à internet por meio de computadores ou dispositivos móveis. Com isso, o mercado se tornou mais acessível e dinâmico, influenciado diretamente pela evolução tecnológica.

No Brasil, esse movimento se intensificou a partir de 2018, com o rápido crescimento do número de operadoras



atuando no país. Gonçalves (2025) observa que, até 2023, cerca de 300 empresas já exploravam o mercado de apostas online no Brasil. A recente sanção da Lei nº 14.790/2023, que regulamenta a modalidade lotérica de apostas de quota fixa, busca reorganizar esse setor, estabelecendo regras mais rígidas, exigindo autorização prévia e prevendo penalidades severas, como multas de até R\$ 2 bilhões para empresas que operem sem licença, (Souza, 2023).

O crescimento expressivo do setor no país tem sido acompanhado de debates sobre seus impactos sociais e econômicos. Leites (2025) aponta que, somente em 2023, o mercado movimentou entre R\$ 60 bilhões e R\$ 100 bilhões, o equivalente a quase 1% do PIB brasileiro. Ainda segundo o autor, embora esse avanço represente uma oportunidade econômica, ele tem gerado consequências preocupantes, sobretudo entre as camadas mais vulneráveis da população. Um estudo da PwC Strategy& do Brasil Consultoria Empresarial Ltda (2024) revelou que os jogos de azar já correspondem a 76% dos gastos das classes mais baixas com lazer e cultura, o que evidencia um padrão de consumo arriscado e o potencial agravamento de quadros de endividamento e dependência.

Esse cenário de popularização das apostas online no Brasil, impulsionado por campanhas publicitárias agressivas e pela promessa de ganhos fáceis, abre caminho para discussões mais aprofundadas sobre o perfil dos apostadores. Compreender quem são esses indivíduos e suas motivações é essencial para avaliar os impactos sociais e econômicos da atividade.

Ressalta-se ainda que com o avanço das plataformas digitais e a popularização das apostas online, é possível observar o surgimento de um perfil típico entre os apostadores brasileiros. De acordo com a pesquisa realizada pelo IPEC (2024), 59% dos jogadores são homens e 41% são mulheres. A idade média dos apostadores é de 32 anos, sendo



que 61% deles estão na faixa entre 18 e 34 anos, o que demonstra o apelo das apostas junto ao público jovem. Dentre os jogadores ativos do gênero de apostas esportivas online, 14% afirmaram jogar diariamente, enquanto outros 50% disseram jogar de uma a seis vezes por semana. Nos casos de apostas em cassinos e bingos online, a frequência diária é um pouco maior: 17% jogam todos os dias, e outros 39% entre uma a seis vezes por semana (IPEC, 2024).

Já do ponto de vista econômico, conforme revela a pesquisa do DataSenado (2024), a maioria dos apostadores afirma exercer atividade remunerada (68%), enquanto 27% estão fora da força de trabalho e apenas 5% se declaram “desocupados”. No que diz respeito à renda, 52% recebem até dois salários-mínimos por mês, 35% ganham entre dois e seis salários-mínimos, e apenas 13% afirmaram receber acima desse valor. Quanto aos gastos com apostas, a maior parte dos brasileiros declarou ter desembolsado até R\$ 500 em sites ou aplicativos na internet, e somente 3% disseram ter gasto mais que isso. Ainda segundo o levantamento, cerca de 12% dos brasileiros afirmaram ter feito algum tipo de aposta esportiva nos últimos 30 dias.

Além dos dados já mencionados, um estudo conduzido por Araújo (2024) na cidade de Naviraí (MS) foi constatado que os solteiros representam a maioria dos apostadores, totalizando 66% dos respondentes. Os casados correspondem a 32%, enquanto os divorciados representam apenas 2%. Esses dados indicam que, nesse município, indivíduos solteiros têm maior participação em apostas online em comparação aos demais estados civis.

Do ponto de vista psicológico e econômico, as Finanças Comportamentais oferecem uma lente fundamental para entender esse fenômeno. Segundo Kahneman (2012) e Thaler (2015), indivíduos são guiados não apenas pela lógica, mas também por emoções e heurísticas, levando-os a tomar



decisões financeiras enviesadas. No contexto das apostas, destacam-se vieses como: ilusão de controle, viés do otimismo e falácia do jogador. No primeiro viés o comportamento do indivíduo é superestimar a própria capacidade de prever resultados, já no segundo o viés o indivíduo passa a acreditar que as chances de ganhar são maiores do que realmente são e na falácia do jogador ele passa a acreditar que uma sequência de perdas aumenta a probabilidade de um ganho futuro.

Essa conjuntura revela não apenas a popularidade crescente das apostas online, mas também os riscos financeiros associados a esse comportamento. Segundo Pompian (2012), os indivíduos podem ser classificados em diferentes perfis comportamentais no campo financeiro: os preservadores, que evitam riscos; os seguidores, que baseiam suas decisões em opiniões de terceiros; os independentes, que tomam decisões baseadas em suas próprias análises; e os acumuladores, que assumem grandes riscos em busca de altos retornos.

2.2 Impactos das apostas na saúde financeira e bem-estar econômico

O avanço das apostas online tem provocado efeitos preocupantes na saúde financeira dos indivíduos, especialmente entre jovens, que representam a maior parcela dos apostadores. A literatura aponta que os efeitos não se limitam ao campo econômico, mas se estendem ao bem-estar emocional, social e à saúde mental, criando um ciclo de vulnerabilidade financeira e psicológica (Araújo et al., 2022; Cattani et al., 2023).

De acordo com o Instituto Locomotiva (2024), 86% dos apostadores estão endividados, e 64% possuem o nome negativado, enquanto 37% comprometem recursos destinados a



necessidades básicas, como moradia e alimentação, para apostar, já 13% dos apostadores relataram ter os ganhos superiores as perdas (Crepaldi, 2024). Este quadro demonstra que as apostas deixam de ser uma atividade recreativa e passam a ser fator agravante de vulnerabilidade econômica e social.

Os impactos financeiros são potencializados pela baixa alfabetização financeira dos indivíduos, associada a uma cultura de imediatismo e busca por ganhos rápidos. Estudos como o de Cattani *et al.* (2023) revela que a falta de planejamento financeiro, combinada ao uso impulsivo do crédito e à ausência de controle orçamentário, contribui diretamente para o aumento do endividamento. Além disso, há uma dificuldade generalizada em construir reservas de emergência, o que agrava o ciclo de instabilidade econômica.

Além do comprometimento da renda, o desequilíbrio financeiro impacta a saúde mental, conforme ressalta Araújo *et al.* (2022) ao apontar que a deterioração da saúde está diretamente associada ao aumento dos níveis de ansiedade, estresse e até quadros depressivos. Nesse sentido, o autor também demonstra que o bem-estar financeiro atua como mediador entre a diversificação financeira, a qualidade de vida e a saúde mental, sendo que a fragilidade financeira amplia os riscos de transtornos emocionais.

Santos, França e Batista (2024) reforçam que a ausência de planejamento financeiro não apenas compromete a capacidade de pagamento, mas também impacta as oportunidades de desenvolvimento pessoal, acesso à educação, moradia digna e realização de projetos de vida. O cenário se torna ainda mais preocupante quando se observa que o estresse financeiro é fator de risco para doenças emocionais e psíquicas, afetando diretamente a qualidade de vida dos indivíduos.

Outro fator relevante é a percepção de que muitos apostadores recorrem às apostas como estratégia para suprir



carências econômicas, agravando sua situação financeira. Esse ciclo é alimentado por vieses comportamentais como a ilusão de controle, excesso de confiança e viés de otimismo, que fazem o apostador superestimar sua capacidade de obter ganhos e subestimar os riscos (Kahneman, 2012; Luiz et al., 2024). Portanto, as apostas online não afetam apenas a liquidez financeira, mas também comprometem dimensões subjetivas do bem-estar, como segurança, autonomia, estabilidade emocional e capacidade de lidar com adversidades econômicas. Esses efeitos, quando associados a um ambiente de baixa educação financeira, criam um contexto de fragilidade econômica e social que demanda intervenções, tanto na esfera da educação quanto em políticas públicas de regulação, prevenção e mitigação dos danos financeiros e emocionais causados pelas apostas online.

2.2 Alfabetização financeira, finanças comportamentais e tomada de decisão

A alfabetização financeira e as finanças comportamentais constituem pilares fundamentais na compreensão do comportamento financeiro dos indivíduos. Dessa forma, a alfabetização financeira vai além do domínio de conceitos econômicos básicos, ela envolve um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que capacitam os indivíduos a tomarem decisões financeiras conscientes, planejadas e responsáveis, promovendo assim sua saúde financeira e seu bem-estar econômico (OECD, 2015; Lusardi e Mitchell. 2017).



Estudos como o de Oliveira *et al.* (2024) identificam que fatores como materialismo, atitude financeira, planejamento, controle e economia financeira são determinantes diretos do comportamento financeiro pessoal. Indivíduos que desenvolvem atitudes mais prudentes em relação ao dinheiro tendem a reduzir o endividamento e a melhorar sua segurança financeira. Por outro lado, baixos níveis de alfabetização financeira estão associados à maior propensão ao consumo impulsivo, à dificuldade de planejamento e ao endividamento excessivo.

No contexto das apostas online, essa situação se agrava. A ausência de conhecimento sobre probabilidades, gestão de riscos e impacto do uso de crédito facilita a adoção de comportamentos de risco. Segundo Cattani *et al.* (2023), a falta de planejamento financeiro, combinada à pressão social, ao fácil acesso ao crédito e ao desconhecimento das consequências econômicas, contribui para um ciclo de endividamento entre os jovens.

As finanças comportamentais, fundamentadas nos estudos de Kahneman e Tversky (1979) por meio da Teoria dos Prospectos, demonstram que as decisões financeiras dos indivíduos nem sempre seguem uma lógica estritamente racional. Ao contrário do que pressupõem os modelos tradicionais de economia, as pessoas são frequentemente influenciadas por heurísticas e vieses cognitivos que distorcem sua percepção de risco, probabilidade e recompensa, especialmente em contextos de incerteza como o das apostas online.

Nesse contexto, os apostadores costumam ser guiados por diferentes vieses cognitivos. O viés de otimismo faz com que superestimem suas chances de ganhar, ignorando as reais probabilidades. A ilusão de controle leva-os a acreditar que podem influenciar resultados que, na verdade, são aleatórios. Já o viés de ancoragem faz com que baseiem suas



decisões em informações iniciais irrelevantes, como uma aposta anterior. O viés de disponibilidade ocorre quando lembranças recentes ou marcantes, como um ganho expressivo que pesam mais do que dados estatísticos. Por fim, o excesso de confiança surge após vitórias sucessivas, levando o indivíduo a acreditar que sua sorte continuará e a correr riscos cada vez maiores (Silva, 2023).

Essa combinação de vieses não apenas interfere no julgamento financeiro, mas também potencializa comportamentos de risco no ambiente das apostas online, favorecendo ciclos de perda, endividamento e comprometimento da saúde financeira e emocional. De acordo com Silva, (2023), os indivíduos tomam decisões financeiras enviesadas especialmente em cenários de incerteza e risco, como no ambiente das apostas online. Esse comportamento é potencializado por mecanismos de reforço intermitente presentes nas plataformas digitais, que combinam algoritmos, marketing persuasivo e estratégias de gamificação para manter os usuários engajados.

Além disso, o estudo de Oliveira *et al.* (2024) mostra que o materialismo e o consumo como forma de compensação emocional estão diretamente ligados à baixa educação financeira. Pessoas com esse perfil tendem a buscar satisfação imediata por meio de compras ou apostas, o que aumenta sua vulnerabilidade econômica. Assim, fortalecer a alfabetização financeira dos jovens torna-se fundamental não apenas para aprimorar o planejamento e o controle dos recursos, mas também para desenvolver habilidades socioemocionais que permitam reconhecer e lidar com seus próprios vieses cognitivos nas decisões de consumo e investimento. Essa integração entre educação financeira e autoconhecimento comportamental é essencial para evitar o endividamento e promover uma relação mais saudável com o dinheiro e com as apostas online.



2.4 Pesquisas anteriores

Diversos estudos recentes têm se dedicado a investigar os impactos financeiros das apostas online em diferentes contextos do Brasil, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada desse fenômeno.

Araújo (2024) realizou uma pesquisa com foco nos apostadores de jogos esportivos e cassinos online na cidade de Naviraí (MS), buscando traçar o perfil desses indivíduos. Os resultados mostraram que 52% dos apostadores relataram ter acumulado perdas superiores aos ganhos, sendo que 11% admitiram já ter deixado de pagar contas essenciais para continuar apostando, o que evidencia o potencial comprometimento financeiro associado à prática.

Na cidade de Florianópolis, Carvalho (2024) analisou o processo decisório dos apostadores e suas consequências nas finanças pessoais. O estudo revelou que 55,3% dos entrevistados afirmaram ter perdido mais dinheiro do que ganharam em apostas, demonstrando um padrão de decisões econômicas que tende ao prejuízo, mesmo entre os que se consideram estrategistas ou experientes.

Já uma pesquisa de abrangência nacional, realizada pela FEBRABAN em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Instituto IPESPE (2024), buscou compreender as percepções, hábitos e atitudes da população brasileira sobre as apostas esportivas online. Os dados revelaram que 79% dos entrevistados acreditam que esse tipo de aposta causa mais problemas financeiros do que resolve, enquanto apenas 13% afirmam ver nas apostas uma solução para dificuldades econômicas. Esse dado reforça a ideia de que, na percepção coletiva, os riscos superam amplamente os benefícios financeiros.



Entre as pesquisas que abordam o impacto financeiro das apostas online no Brasil, destaca-se a Análise Técnica nº 119/2024 do Banco Central do Brasil, que investigou a movimentação financeira no setor e o perfil dos apostadores, com atenção especial aos riscos socioeconômicos associados. O estudo revelou que, apenas no mês de agosto de 2024, mais de 5 milhões de beneficiários do programa Bolsa Família realizaram algum tipo de aposta online, o que corresponde a cerca de 24% do total de beneficiários. Desses, aproximadamente 4 milhões eram os responsáveis pelos núcleos familiares, ou seja, 80% dos apostadores do grupo. Em muitos desses casos, os valores apostados representavam entre 15% e 30% da renda mensal da família, o que evidencia um comprometimento significativo da renda básica destinada à sobrevivência.

Reforçando esse panorama, Oliveira et al. (2025) realizaram um estudo focado no comportamento de consumo dos apostadores brasileiros, com atenção especial aos impactos financeiros do uso recorrente das plataformas. Os autores identificaram que 33% dos entrevistados afirmaram já ter recorrido a cartões de crédito ou empréstimos bancários para continuar apostando, mesmo após perdas financeiras anteriores. Esse comportamento revela um padrão de consumo impulsivo, em que o desejo de recuperar prejuízos leva ao comprometimento de recursos originalmente destinados a despesas essenciais. O estudo conclui que essas práticas aumentam o risco de endividamento.

3 Método

A pesquisa é classificada quanto aos objetivos como descritiva, pois objetiva identificar, caracterizar e analisar os fatores que influenciam o comportamento financeiro dos indivíduos que realizam apostas online, bem como compreender os impactos dessa prática na saúde



financeira. Conforme Nunes, Nascimento e Alencar (2016), esse tipo de estudo busca descrever as características de um fenômeno, sendo adequado para investigações que visam mapear comportamentos, atitudes e percepções.

O estudo adota uma abordagem quantitativa, que permite mensurar e analisar, de forma objetiva, os dados coletados, possibilitando a identificação de padrões e relações entre variáveis relacionadas ao comportamento financeiro, à saúde financeira, à alfabetização financeira e à prática de apostas online. Segundo Andrade (2010), a pesquisa quantitativa proporciona maior objetividade na análise, utilizando instrumentos estruturados que garantem a precisão e a confiabilidade dos resultados.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa se enquadra na modalidade de levantamento (survey), que, de acordo com Gil (2017), consiste na coleta de informações diretamente de um grupo de pessoas, por meio da aplicação de questionários, possibilitando uma análise estatística dos dados obtidos. O levantamento foi realizado com indivíduos que utilizam plataformas de apostas *online*, sendo o questionário aplicado de forma digital, com divulgação em redes sociais e grupos *online* voltados para o público apostador. A participação foi voluntária, anônima e condicionada ao aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

O instrumento de coleta de dados é um questionário estruturado, composto por cinco blocos: perfil socioeconômico dos respondentes, comportamento nas apostas online, saúde financeira e bem-estar econômico, alfabetização financeira e tomada de decisão e vieses cognitivos e comportamento de risco (Quadro 1). As questões dos blocos 2, 3, 4 e 5 estão organizadas em uma escala *Likert*



de cinco pontos, que permite captar o grau de concordância dos participantes em relação às afirmações propostas.

Quadro 1: Instrumento de pesquisa

CONSTRUTOS	AFIRMATIVAS	EMBASAMENTO TEÓRICO
Comportamento nas Apostas Online	Costumo realizar apostas online com frequência.	IPEC (2024); Instituto Locomotiva (2024); Araújo et al. (2022); Oliveira et al. (2025); Griffiths (2019); Shahvari (2023).
	Acredito que as apostas podem ser uma forma de ganhar dinheiro.	
	Já apostei valores maiores do que planejava inicialmente.	
	Costumo tentar recuperar perdas realizando novas apostas.	
	Sinto ansiedade, estresse ou irritação quando fico sem apostar.	
	Já escondi de amigos ou familiares o valor que gasto com apostas.	
	Apostar tem afetado negativamente minha situação financeira.	
Saúde Financeira e Bem-Estar Econômico	Consigo pagar minhas contas em dia.	Festa (2023); OECD (2018); Cattani et al. (2023); Oliveira et al. (2025); Santos et al. (2024); Fernandes, Lynch e Netemayer. (2014); Locomotiva (2024).
	Tenho controle dos meus gastos mensais.	
	Possuo uma reserva financeira para emergências	
	Minha situação financeira gera estresse, ansiedade ou preocupação.	
	Sinto segurança e liberdade para tomar decisões financeiras.	
	Meu padrão de vida piorou devido a dívidas ou dificuldades financeiras.	
Alfabetização Financeira e Tomada de Decisão	Sei fazer um planejamento financeiro mensal.	OECD (2018); Fernandes, Lynch e Netemayer. (2014); Festa (2023); Lusardi e Mitchell (2017); Oliveira et al. (2022); Cattani et al. (2023); Shahvari (2023); Guimarães (2024).
	Costumo pesquisar antes de tomar decisões financeiras.	
	Compreendo conceitos como juros, risco, inflação e probabilidade.	
	Sinto-me seguro(a) nas minhas decisões financeiras.	
	Tenho clareza sobre os riscos financeiros envolvidos nas apostas.	
	Acredito que, com mais conhecimento financeiro, poderia evitar problemas financeiros atuais.	
Vieses Cognitivos e	Acredito que tenho controle sobre os resultados das minhas apostas.	Kahneman (2012); Thaler (2015); Pompian (2012);



Comportamento de Risco	Acredito que minha sorte pode mudar após uma sequência de perdas.	Griffiths (2019); Luiz et al. (2024); Shahvari (2023); Silva e Rezende (2024)
	Dou mais importância aos últimos ganhos do que às perdas anteriores.	
	Acredito que, após alguns ganhos, minhas chances de ganhar continuam altas.	
	Tomo decisões financeiras rápidas, sem avaliar os riscos.	
	Acredito que ganhar nas apostas é mais fácil do que realmente é.	

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A população da pesquisa é composta por indivíduos que realizam apostas online, abrangendo diferentes modalidades, como apostas esportivas e cassinos virtuais. A amostra foi não probabilística, por conveniência, composta por participantes acessíveis que aceitarem responder ao questionário durante o período de coleta, correspondendo a 97 participantes.

O estudo possui um recorte transversal, ou seja, os dados serão coletados em um único momento no tempo, proporcionando uma análise da situação atual dos respondentes.

O tratamento dos dados foi realizado por meio de estatística descritiva, utilizando cálculos de frequências absolutas, relativas e percentuais, além da correlação de Pearson por meio do software JASP. Os resultados foram apresentados em tabelas, facilitando a interpretação dos dados e a visualização dos padrões identificados.

4 Resultados e discussões

Inicialmente, buscou-se identificar o perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa, demonstrando às condições de gênero, faixa etária, estado civil e escolaridade dos respondentes, apresentados na Tabela 1.



Tabela 1: Perfil dos respondentes

Perfil	Classificações	Frequência	Percentual (%)
Gênero	Feminino	32	32,99
	Masculino	65	67,01
	Total	97	100,0
Faixa Etária	Até 20 anos	11	11,34
	Entre 21 a 25 anos	48	49,48
	Entre 26 a 30 anos	20	20,62
	Entre 31 a 35 anos	11	11,34
	Entre 36 a 40 anos	4	4,12
	Entre 41 a 45 anos	3	3,09
	Total	97	100
Estado Civil	Casado(a)	73	75,26
	Solteiro(a)	16	16,49
	União estável	6	6,19
	Divorciado	2	2,06
	Total	97	100
Escolaridade	Ensino Médio	26	26,80
	Superior incompleto	45	46,39
	Superior completo	17	17,53
	Pós Graduação	9	9,28
	Total	97	100
Ocupação	Trabalha	68	70,10
	Não Trabalha	23	23,71
	Estudo	6	6,19
	Total	97	100
Renda	Até 1 Salário Mínimo	38	39,18
	De 1 a 2 Salários Mínimos	29	28,87
	De 2 a 5 Salários Mínimos	19	19,59
	Acima de 5 Salários Mínimos	12	12,37
	Total	97	100

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nesta pesquisa, verificou-se que a maioria dos apostadores é do sexo masculino (67,01%), resultado que se aproxima do levantamento do IPEC (2024), no qual 59% dos jogadores também eram homens, embora neste caso a diferença entre os gêneros seja mais acentuada, uma vez que as mulheres representam apenas 32,99%, em comparação aos 41% da pesquisa nacional. Quanto à faixa etária, observou-se maior concentração entre 21 e 25 anos (44,33%), seguida pela faixa de 26 a 30 anos (20,61%), o que evidencia a predominância de jovens adultos. Esse achado corrobora os dados do IPEC (2024), que identificou que 61% dos apostadores estão entre 18 e 34 anos, embora neste estudo a presença de indivíduos mais jovens seja ainda mais expressiva. No tocante ao estado civil, a maioria dos



participantes declarou-se casada (75,26%), o que diverge dos resultados encontrados por Araújo (2024), em que os solteiros representaram 66% dos respondentes, indicando diferenças contextuais que sugerem que as apostas não se restringem a um único perfil conjugal. Em relação à escolaridade, verificou-se predominância do ensino médio (50,52%), seguido por níveis de formação superior, com apenas 9,28% declarando possuir pós-graduação.

Além disso, constatou-se que 70,10% exercem atividade remunerada, percentual semelhante ao identificado pelo DataSenado (2024), em que 68% dos apostadores estavam economicamente ativos. Por fim, no que se refere à renda, 68,04% dos participantes declararam receber até dois salários-mínimos, percentual superior ao registrado pelo DataSenado (2024), no qual 52% estavam nessa faixa, o que sugere que a prática das apostas tende a ser mais frequente entre indivíduos de menor renda, reforçando a vulnerabilidade financeira desse público.

Na sequência, analisou-se a variável relacionada ao tempo e à frequência de envolvimento com as apostas, permitindo identificar padrões de prática entre os respondentes, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2: Comportamento das apostas

Comportamento das apostas	Classificação	Frequência	Percentual (%)
Faixa de tempo que aposta	Até 1 ano	39	40,20
	1 a 2 anos	15	15,46
	3 a 4 anos	16	16,49
	5 a 6 anos	18	18,56
	7 a 8 anos	3	3,09
	9 a 10 anos	4	4,12
	Mais de 10 anos	2	2,06
Frequência de apostas	Diariamente	30	30,93
	Semanalmente	28	28,87
	Mensalmente	12	12,37
	Esporadicamente	27	27,84

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No que diz respeito ao tempo de envolvimento com as apostas, verificou-se que 40,20% dos respondentes afirmaram



apostar há até um ano, seguidos por 18,56% que já estão envolvidos entre cinco e seis anos e 16,49% entre três e quatro anos. Esse resultado indica que uma parcela expressiva iniciou sua participação recentemente, o que está em consonância com Marinho e Gomes (2024), ao ressaltarem que a expansão das plataformas digitais tornou o acesso às apostas mais prático e ampliou a base de usuários.

Quanto à frequência, observou-se que 30,93% dos participantes afirmaram apostar diariamente, 28,87% semanalmente, 12,37% mensalmente e 27,84% de forma esporádica. Esses achados contrastam com o levantamento do IPEC (2024), no qual apenas 14% dos jogadores relataram jogar todos os dias, enquanto 50% afirmaram jogar de uma a seis vezes por semana. Nota-se, portanto, que neste estudo a proporção de apostadores diários é mais que o dobro da registrada em nível nacional, sugerindo um padrão de envolvimento mais intenso.

Em seguida, foi realizada a média das variáveis da pesquisa, agrupadas de acordo com a natureza das questões. Cabe destacar que as respostas foram mensuradas em escala Likert de 1 a 5, em que valores mais próximos de 1 indicam baixa concordância e de 5, alta concordância. Assim, inicialmente foram analisadas as médias referentes ao comportamento de apostas, conforme observado na Tabela 3.

Tabela 3: Comportamento de apostas

Questão	Média
2.1 Costumo realizar apostas online com frequência.	3,46
2.2 Acredito que as apostas podem ser uma forma de ganhar dinheiro.	3,63
2.3 Já apostei valores maiores do que planejava inicialmente.	3,64
2.4 Costumo tentar recuperar perdas realizando novas apostas.	3,16
2.5 Sinto ansiedade, estresse ou irritação quando fico sem apostar.	1,98
2.6 Já escondi de amigos ou familiares o valor que gasto com apostas.	3,19
2.7 Apostar tem afetado negativamente minha situação financeira.	2,13

Fonte: Dados da pesquisa (2025).



Por meio dos dados apresentados, observa-se que os respondentes apresentam médias moderadas a altas em itens como realizar apostas com frequência (3,46), acreditar que as apostas podem gerar ganhos (3,63) e apostar valores acima do planejado (3,64), demonstrando um padrão de envolvimento arriscado. Além disso, a tendência de recuperar perdas (3,16) e a prática de ocultar gastos de familiares ou amigos (3,19) indicam sinais de perda de controle e estigmatização do comportamento. Por outro lado, os participantes relatam de forma menos intensa tanto os impactos emocionais diretos (1,98) quanto os efeitos financeiros percebidos (2,13), sugerindo uma diferença entre a prática e o reconhecimento dos danos. Esses achados confirmam que, embora exista consciência parcial dos riscos, prevalecem vieses cognitivos e heurísticas como a falácia do jogador e a ilusão de controle, discutidos por Kahneman e Tversky (1979) que explicam a persistência em apostar mesmo diante de perdas recorrentes. Além disso, o padrão identificado dialoga com Griffiths (2019), que ressalta o papel do reforço intermitente das plataformas digitais na manutenção do comportamento de risco, destacando que a expansão das apostas online no Brasil encontra terreno fértil entre jovens de baixa renda, combinando vulnerabilidade financeira e exposição emocional, fatores que potencializam o risco de endividamento progressivo.

Em continuidade, apresentam-se as médias das variáveis referentes a situação financeira dos respondentes (Tabela 4).

Tabela 4 - Situação financeira

Questão	Média
3.1 Consigo pagar minhas contas em dia.	4,51
3.2 Tenho controle dos meus gastos mensais.	4,18
3.3 Possuo uma reserva financeira para emergências.	3,43
3.4 Minha situação financeira gera estresse, ansiedade ou preocupação.	2,75
3.5 Meu padrão de vida piorou devido a dívidas ou perdas financeiras.	1,89



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os resultados sobre a situação financeira indicam que a maioria dos apostadores acredita manter certo equilíbrio, destacando-se as médias para “Consigo pagar minhas contas em dia” (4,51) e “Tenho controle dos meus gastos mensais” (4,18). Contudo, observa-se fragilidade em aspectos relacionados ao planejamento, como a baixa média para “Possuo uma reserva financeira para emergências” (3,43), além da percepção de estresse financeiro (2,75) e do impacto negativo no padrão de vida (1,89). Esses achados dialogam com Araújo (2024), que apontou que 11% dos apostadores já deixaram de pagar contas essenciais para continuar jogando, e com o Instituto Locomotiva (2024), que identificou altos índices de endividamento (86%) e negativação (64%) entre apostadores. Além disso, a média de 2,75 referente ao estresse financeiro corrobora Araújo et al. (2022), que associam a instabilidade financeira ao aumento da ansiedade e de quadros depressivos, reforçando que, mesmo diante da percepção de controle, há sinais de vulnerabilidade financeira entre os participantes.

Em seguida, foi observado o nível de conhecimento e segurança financeira declarado pelos respondentes, abrangendo práticas de planejamento, tomada de decisão e compreensão dos riscos envolvidos nas apostas, conforme ilustrado na Tabela 5.

Tabela 5 - Conhecimento e segurança financeira

Questão	Média
4.1 Sei fazer um planejamento financeiro mensal.	3,97
4.2 Costumo pesquisar antes de tomar decisões financeiras.	4,15
4.3 Compreendo conceitos como juros, risco, inflação e probabilidade.	3,95
4.4 Sinto-me seguro(a) nas minhas decisões financeiras.	3,9
4.5 Tenho clareza sobre os riscos financeiros envolvidos nas apostas.	4,68
4.6 Acredito que, com mais conhecimento financeiro, poderia evitar problemas financeiros atuais.	4,16

Fonte: Dados da pesquisa (2025).



Os resultados apontam que os participantes demonstram razoável nível de conhecimento e percepção financeira, com destaque para as médias “Tenho clareza sobre os riscos financeiros envolvidos nas apostas” (4,68) e “Costumo pesquisar antes de tomar decisões financeiras” (4,15). Contudo, indicadores como “Sei fazer um planejamento financeiro mensal” (3,97) e “Sinto-me seguro(a) nas minhas decisões financeiras” (3,9) evidenciam fragilidades na organização e confiança nas escolhas. Esses achados estão em consonância com Santos, França e Batista (2024), que enfatizam que a ausência de planejamento compromete não apenas a estabilidade financeira, mas também o desenvolvimento pessoal e a realização de objetivos de longo prazo. Do mesmo modo, a percepção de insegurança identificada na pesquisa relaciona-se às observações de Silva. (2023), segundo as quais, em contextos de incerteza como o das apostas online, os indivíduos tendem a tomar decisões enviesadas, ampliando a probabilidade de perdas e a vulnerabilidade econômica. Por fim, foi investigado as crenças e vieses cognitivos associados às apostas, a fim de compreender como percepções individuais podem influenciar a persistência ou intensificação da prática, como exposto na Tabela 6.

Tabela 6 - Crenças e vieses em apostas

Questão	Média
5.1 Acredito que tenho controle sobre os resultados das minhas apostas.	3,1
5.2 Acredito que minha sorte pode mudar após uma sequência de perdas.	2,28
5.3 Dou mais importância aos últimos ganhos do que às perdas anteriores.	2,68
5.4 Acredito que, após alguns ganhos, minhas chances de ganhar continuam altas.	2,59
5.5 Tomo decisões financeiras rápidas, sem avaliar os riscos.	2,31
5.6 Acredito que ganhar nas apostas é mais fácil do que realmente é.	2,3

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os resultados da Tabela 6 mostram que os participantes não demonstraram forte adesão a crenças distorcidas sobre



as apostas, apresentando médias baixas em afirmações como “Acredito que minha sorte pode mudar após uma sequência de perdas” (2,28) e “Acredito que ganhar nas apostas é mais fácil do que realmente é” (2,3). Ainda assim, a crença em ter certo controle sobre os resultados (3,1) e a valorização dos ganhos recentes em relação às perdas (2,68) indicam a presença de vieses cognitivos que podem influenciar a persistência em apostar. Esses achados aproximam-se dos resultados de Araújo (2024) e Carvalho (2024), que identificaram que mais da metade dos apostadores relataram perdas superiores aos ganhos, reforçando que tais crenças favorecem decisões que tendem ao prejuízo. Além disso, a pesquisa da FEBRABAN, CNI e IPESPE (2024) apontou que 79% da população enxerga as apostas como causadoras de mais problemas financeiros do que soluções, e 41% afirmaram já ter sentido culpa ou arrependimento após apostar, o que se conecta à percepção limitada e enviesada identificada entre os respondentes deste estudo.

Em seguida, foi realizada a correlação de Pearson considerada como uma medida estatística que busca avaliar a intensidade e a direção da relação linear entre duas variáveis quantitativas. Segundo Dancey e Reidy (2019), valores próximos de 0 indicam correlação fraca ou inexistente, enquanto valores próximos de +1 ou -1 demonstram correlações fortes, positivas ou negativas, respectivamente. Dessa forma, permite compreender se e em que medida uma variável pode variar em associação com outra, sem, contudo, estabelecer uma relação causal direta.

No presente estudo, a correlação de Pearson foi utilizada para analisar a associação entre frequência e tempo de envolvimento com apostas online e os impactos financeiros e psicológicos relatados pelos respondentes. As variáveis explicativas foram a frequência (esporádico, mensal, semanal, diário) e o faixa de tempo da aposta (até



1 ano, 1 a 2 anos, 3 a 4 anos etc.), enquanto as variáveis de impacto incluíram indicadores de endividamento e de saúde mental: percepção de piora do padrão de vida, reconhecimento de impacto financeiro imediato e relato de ansiedade ou estresse relacionados às apostas, conforme demonstrado na Tabela 7.

Tabela 7 - Correlação de Pearson

Variáveis Cruzadas	Correlação (r)	Interpretação
Frequência de apostas × Ansiedade/estresse ao não apostar (2.5)	0,33	Correlação positiva moderada: quanto mais frequente a aposta, maior a ansiedade.
Frequência de apostas × Impacto financeiro imediato (2.7)	0,12	Correlação fraca positiva: frequência está levemente ligada à percepção de impacto financeiro.
Frequência de apostas × Piora do padrão de vida (3.5)	-0,02	Sem correlação relevante.
Impacto financeiro imediato (2.7) × Piora do padrão de vida (3.5)	0,58	Correlação positiva forte: prejuízos financeiros estão fortemente associados à piora da qualidade de vida.
Impacto financeiro imediato (2.7) × Ansiedade/estresse (2.5)	0,61	Correlação positiva forte: quem percebe impacto financeiro também apresenta mais sofrimento emocional.
Piora do padrão de vida (3.5) × Ansiedade/estresse (2.5)	0,58	Correlação positiva forte: endividamento e sofrimento emocional caminham juntos.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Por meio dos resultados evidenciados nesta análise, destaca-se que existe uma correlação positiva moderada entre a frequência de apostas e a ansiedade/estresse ao ficar sem apostar (2.5), com coeficiente de $r = 0,33$. Esse achado sugere que quanto mais os indivíduos se envolvem em apostas de maneira frequente, maior a tendência de apresentarem sintomas emocionais como ansiedade e irritação. Em contrapartida, a correlação entre a frequência e a percepção de impacto financeiro imediato (2.7) foi fraca e positiva ($r = 0,12$), e praticamente nula entre frequência e a piora do padrão de vida (3.5) ($r = -$



0,02). Isso significa que, embora a frequência esteja associada a sinais emocionais de dependência, ainda não se observa uma associação linear clara entre frequência e prejuízos financeiros percebidos. Esse resultado pode ser explicado pelo perfil predominante da amostra (jovens, solteiros, com renda limitada) que tende a minimizar ou postergar a percepção dos danos financeiros de longo prazo.

Por outro lado, quando se analisam as variáveis de impacto entre si, observa-se um padrão mais robusto. Houve correlações fortes e positivas entre: impacto financeiro imediato e piora do padrão de vida ($r = 0,58$), impacto financeiro imediato e ansiedade/estresse ($r = 0,61$), e piora do padrão de vida e ansiedade/estresse ($r = 0,58$). Esses resultados reforçam que, quando os indivíduos passam a reconhecer efetivamente os efeitos financeiros negativos das apostas, esses efeitos estão intimamente associados a sofrimento psicológico e à deterioração da qualidade de vida.

Essa interpretação encontra respaldo na literatura de finanças comportamentais e psicologia do consumo. Kahneman e Tversky (1979) descrevem, na Teoria da Perspectiva, que indivíduos tendem a assumir mais riscos quando enfrentam perdas, fenômeno que se expressa em condutas como tentar recuperar valores perdidos ou apostar acima do planejado, ambos identificados na pesquisa. Griffiths (2019) acrescenta que as plataformas de apostas utilizam mecanismos de reforço intermitente, que não apenas mantêm os indivíduos engajados, mas também os expõem a ciclos de ansiedade, o que ajuda a explicar a correlação positiva encontrada entre frequência de apostas e sofrimento emocional.

No contexto brasileiro, o Instituto Locomotiva (2023) evidencia que a expansão das apostas online está diretamente relacionada ao aumento do endividamento em grupos



vulneráveis, em especial jovens de baixa renda. Os dados deste estudo confirmam essa relação ao mostrar que, ainda que a frequência não esteja fortemente correlacionada com prejuízos financeiros autorrelatados, quando tais prejuízos são reconhecidos eles aparecem de forma consistente junto a sinais de estresse e piora do padrão de vida. Isso indica a existência de um ciclo financeiro-emocional, ou seja, a prática frequente gera ansiedade, que, por sua vez, alimenta maior propensão ao jogo, até que os prejuízos financeiros se tornam evidentes e passam a caminhar lado a lado com sofrimento psicológico.

A análise da correlação de Pearson evidencia que a frequência de apostas online está mais diretamente relacionada ao impacto emocional do que ao reconhecimento imediato de perdas financeiras, mas, uma vez que o endividamento se manifesta, ele aparece fortemente associado à piora da qualidade de vida e à saúde mental fragilizada, demonstrando que as apostas online impactam de forma complexa tanto a saúde financeira quanto a saúde psicológica dos indivíduos, especialmente no público jovem.

5 Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o impacto das apostas online na saúde e no comportamento financeiro de apostadores de diferentes contextos socioeconômicos, com destaque para os riscos de endividamento e vulnerabilidade emocional. O objetivo foi atingido ao identificar, por meio da aplicação de questionários a 97 participantes, padrões de comportamento que evidenciam envolvimento de risco, como a prática frequente de apostas, a crença na possibilidade de ganhos fáceis e a tendência a apostar acima do planejado. Os resultados também mostraram correlação entre a frequência das apostas e sintomas emocionais como ansiedade, além da



associação entre perdas financeiras, piora do padrão de vida e sofrimento psicológico.

Do ponto de vista teórico, o estudo avança em um campo ainda incipiente no Brasil, ao integrar conceitos de finanças comportamentais e educação financeira para explicar a persistência dos apostadores em padrões de risco. Dessa forma, contribui para ampliar a literatura acadêmica ao explorar a interação entre vieses cognitivos, saúde financeira e bem-estar psicológico em um contexto contemporâneo e de rápido crescimento.

No âmbito prático, estudo oferece subsídio para o desenvolvimento de estratégias de educação financeira, destacando a relevância do planejamento e da consciência crítica frente às promessas de ganhos rápidos. Além disso, fornecem elementos que podem orientar instituições financeiras, escolas e universidades na construção de programas preventivos, capazes de reduzir a exposição ao endividamento e fortalecer o controle orçamentário individual.

Na perspectiva social, a pesquisa ressalta a necessidade de políticas públicas de regulação e conscientização sobre os riscos das apostas online, enfatizando a necessidade de ações que visem proteger a população, sobretudo os contextos jovem e de baixa renda, mais suscetível à vulnerabilidade econômica e emocional. Ao promover reflexões sobre consumo consciente, saúde financeira e bem-estar psicológico, o estudo se torna um instrumento relevante para fomentar debates sociais e propor caminhos que discorram sobre os impactos negativos das apostas no cotidiano dos indivíduos e da coletividade.

Entretanto, apesar das contribuições a pesquisa apresenta limitações, sobretudo quanto ao tamanho da amostra, que contou com 97 respondentes, número que poderia ser ampliado para fortalecer a representatividade dos



resultados. Além disso, o estudo concentrou-se em um recorte específico, não abrangendo diferentes regiões brasileira.

Diante disso, sugere-se que futuras pesquisas ampliem o número de participantes e investiguem diferentes contextos regionais e sociais, de modo a aprofundar a compreensão do fenômeno. Recomenda-se também a realização de estudos longitudinais que permitam observar a evolução dos impactos das apostas ao longo do tempo. Tais iniciativas podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e para o fortalecimento da educação financeira como estratégia preventiva.

Referências

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO, K. H.; SOUSA, W. K. O impacto da lacuna normativa no mercado de apostas virtuais. **Recima21**, v. 6, n. 1, 2025. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v6i1.61420>. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/6142>. Acesso em: 2 abr. 2025.

ARAÚJO, M. P. de. **Análise do perfil dos apostadores em jogos esportivos e cassinos online**: um estudo quantitativo em Naviraí (MS). 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Naviraí, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/jspui/retrieve/20eaca7d-8d8f-4617-a49e-3ec18bf0a0e0/6153.pdf>. Acesso em: 12 maio 2025

ARAÚJO, Flávia Barbosa de Brito; ROGERS, Pablo; PEIXOTO, Fernanda Maciel; ROGERS, Dany. Diversificação de ativos, bem-estar financeiro, qualidade de vida e saúde mental: estudo no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, Brasil, v. 33, n. 90, p. e1470, 2022. DOI: 10.1590/1808-057x20221470.en. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rcf/article/view/204242>.. Acesso em: 19 jul. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Análise técnica sobre o mercado de apostas online no Brasil e o perfil dos apostadores**: Estudo Especial nº 119/2024. Brasília: BCB, 2024.



BOLAT, E.; PANOURGIA, C.; YANKOUSKAYA, A.; KELLY, M. Influencer-Driven Gambling Content and Its Impact on Children and Young People: A Scoping Study. **Current Addiction Reports**, v. 12, n. 3, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40429-025-00616-z>. Acesso em: 2 abr.2025

CARVALHO, B. L. **O impacto das apostas esportivas nas finanças pessoais**: uma análise do apostador esportivo em Florianópolis. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2024.

CATTANI, Damaris; CAMARGO, Bruna; ZANATTA, Jocias Maier; HALBERSTADT, Ismael. Análise do comportamento financeiro do jovem universitário frente ao planejamento e endividamento pessoal. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 14, 2023. DOI: 10.59306/reen.v14e32021221-248. Acesso em: 2 abr 2025.

CHAGAS, J. M. **A (im)possibilidade de regulamentação das apostas esportivas no ordenamento jurídico brasileiro**. 2016. Monografia (Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/166160> Acesso em: 24 abr. 2025

COMSCORE. **Gambling - digital e social insights**. Apresentado por Bianca Scatamburlo. Webinar realizado em 19 jun. 2023. Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Insights/Apresentacoes-e-documentos/2023/Gambling-digital-e-social-insights>. Acesso em: 11 maio 2025.

CREPALDI, R. Lucro de até R\$ 20 mil por mês? Veja as histórias de apostadores esportivos. **E-Investidor**, 2024. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br>. Acesso em: 26 abr. 2025.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia**. 7. ed. Porto Alegre: Penso, 2019.

DATASENADO. Mais de 22 milhões de pessoas apostaram nas 'bets' no último mês. **Senado Federal**, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/10/01/mais-de-22-milhoes-de-pessoas-apostaram-nas-bets>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FEBRABAN; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS; IPESP. **Estudo nacional sobre bets**: percepções



e atitudes sobre apostas esportivas online. 2024. Disponível em: <https://cmsarquivos.febraban.org.br>. Acesso em: 12 maio 2025.

FERNANDES, Daniel; LYNCH, John G.; NETEMEYER, Richard G. Financial literacy, financial education, and downstream financial behaviors. **Management Science**, v. 60, n. 8, p. 1861-1883, ago. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259763070_Financial_Literacy_Financial_Education_and_Downstream_Financial_Behaviors. Acesso em: 6 jul. 2025.

FESTA, D. D. Saúde financeira: análise sob as dimensões de segurança, habilidade, comportamento e liberdade financeira. **Studies in Health Sciences**, v. 3, n. 1, 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GONÇALVES, V. A importância da educação financeira na era das bets. **E-Investidor**, 2025. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br>. Acesso em: 25 abr. 2025.

GRIFFITHS, M. D. Gambling addiction and its treatment within the UK: An overview of the role of cognitive behavioural therapy and social support systems. **Addictive Behaviors Reports**, v. 9, 2019, 100-205.

GUIMARÃES, L. A matemática das apostas esportivas: entenda as odds das bets e como elas não favorecem você. **E-Investidor**, 2024. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br>. Acesso em: 01 abr. 2025.

INSTITUTO LOCOMOTIVA. **A Epidemia das Bets: Impactos emocionais, sociais e financeiros das apostas esportivas online no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://static.poder360.com.br>. Acesso em: 14 abr. 2025.

IPEC. **Mais de 16% dos torcedores brasileiros já apostaram em partidas de futebol, mostra Pesquisa O GLOBO/Ipsos-Ipec**. O Globo, Rio de Janeiro, 6 set. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/futebol-2025/noticia/2025/09/06/homens-jovens-de-baixa-renda-e-do-interior-sao-os-maiores-usuarios-das-bets-mostra-pesquisa.ghml>. Acesso em: 24 abr. 2025.

KAHNEMAN, D. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.



KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect theory: An analysis of decision under risk. **Econometrica**, v. 47, n. 2, p. 263-291, 1979.

LEITES, R. Sites de apostas no Brasil: o impacto dos jogos de azar no bolso. **E-Investidor**, 2025. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br>. Acesso em: 25 abr. 2025.

LUIZ, A. et al. A influência dos fatores emocionais no comportamento financeiro de jovens. **Revista Educação, Contemporaneidade e Inovação**, v. 4, n. 1, 2024, p. 1-16.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and financial decision-making in older adults. **Management Science**, v. 59, n. 2, p. 379-399, 2017.

MARINHO, P. H. S.; GOMES, M. P. Regulamentação dos cassinos e casas de apostas online no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 6, p. 2001-2015, 2024.

MOTA, L. A. F. **Impacto da legalização dos cassinos e jogos de azar no Brasil**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2022. Acesso em: 14 abr. 2025.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; ALENCAR, Maria Aparecida Carvalho de. Pesquisa científica: conceitos básicos. **ID on line. Revista de psicologia**, [S. l.], v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016. DOI: 10.14295/online.v10i1.390. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/390>. Acesso em: 19 out. 2025.

OECD. **Toolkit for Measuring Financial Literacy and Financial Inclusion**. Paris: OECD, 2018.

OLIVEIRA, Lucas Felipe Tertulino; SANTOS, Rayssa de Sousa; NASCIMENTO, João Carlos Hipólito Bernardes do; CASTRO, Maurício Mendes Boavista de; MENDES, Maria de Lourdes de Melo Salmito; SILVA, Kalsel Arcangelo Ferreira e. Perspectivas dos estudos sobre as apostas online e jogos de azar no Brasil: revisão integrativa da literatura. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 7, n. 1, p. 1-31, abr. 2025. DOI: 10.61164/rnm.v7i1.3780. Acesso em: 23 maio 2025

PIO, Rodrigo Pereira; RUWEL, Andressa Goldman; DAITSCHMAN, Deborah; SOUZA, Caroline Souza de; MOURA, Helena Ferreira; KESSLER, Felix Cristiano Paim; KESSLER, Felix Henrique



Paim. **Apostas esportivas problemáticas: uma nova tendência global num mundo de alta tecnologia:** Baseado em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/273802> - TCC Especialização Residência Médica em Psiquiatria (Adição) - Rodrigo Pereira Pio. Debates em Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1-20, 2024. DOI: 10.25118/2763-9037.2024.v14.1352. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/1352>. Acesso em: 2 abr. 2025.

POMPIAN, M. M. **Behavioral Finance and Wealth Management: How to Build Investment Strategies That Account for Investor Biases.** 2. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2012.

PWC BRASIL. **O impacto das apostas esportivas no consumo.** Strategy& - PwC, 2024.

SANTOS, R.; FRANÇA, J.; BATISTA, J. O impacto do endividamento no bem-estar financeiro: uma análise com jovens brasileiros. **Revista Foco**, v. 15, n. 20, p. 50-65, 2024.

SILVA, E. C. da; REZENDE, P. I. da S. A regulamentação das apostas esportivas no Brasil: a Lei nº 14.790 de 29 de dezembro de 2023. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 10, 2024.

SILVA, Caio Souza da. **Duas décadas de pesquisa em finanças comportamentais:** um estudo bibliométrico. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/38281/1/2023_CaioSouzaDaSilva_tcc.pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.

SHAHVARI, Nastaran. Educação financeira, fatores econômicos e decisões de investimento: um estudo com investidores individuais no Irã. **Revista Internacional de Inovação em Gestão, Economia e Ciências Sociais**, v. 3, n. 3, p. 10-21, nov. 2023. DOI: 10.59615/ijimes.3.3.10. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/375342535_Financial_Literacy_Economics_Factors_and_Investing_Decisions_A_Study_of_Individual_Investors_in_Iran. Acesso em: 15 maio 2025.

SOUZA, R. **A psicologia financeira em jogos de apostas:** desmistificando o conceito de investimento e alertando sobre os riscos. Governo Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor>. Acesso em: 20 abr. 2025.



THALER, R. H. **Misbehaving:** The Making of Behavioral Economics. New York: W. W. Norton & Company, 2015.





Capítulo 03

DETERMINANTES DO COMPORTAMENTO FINANCEIRO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE FATORES COGNITIVOS, EDUCACIONAIS E SOCIOECONÔMICOS

Wênyka Preston Leite Batista Da Costa

Pós-doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: wenykaleite@uern.br

Jandeson Dantas Da Silva

Doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: jandesondantas@uern.br

Lyza Ádria Monte De Andrade

Graduanda em Ciências Contábeis pela UERN

E-mail: lyza20240051039@alu.uern.br

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Doutorado em Geografia

E-mail: sergiopedrosa@uern.br

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorado em Administração e Controladoria

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorado em Administração e Controladoria

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Resumo

O comportamento financeiro dos profissionais contábeis tem despertado interesse crescente na literatura, especialmente diante das transformações econômicas e sociais que impactam a tomada de decisão financeira. Embora esses profissionais possuam formação técnica voltada à gestão e ao controle de recursos, estudos recentes indicam que fatores cognitivos, educacionais e socioeconômicos exercem influência significativa sobre suas atitudes e práticas financeiras. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar os determinantes do comportamento financeiro dos profissionais contábeis, a partir de uma análise bibliográfica das pesquisas publicadas entre 2022 e 2025. A metodologia adotada caracteriza-se como descritiva, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, com base em artigos científicos selecionados no Portal de Periódicos da



CAPES. Os resultados evidenciam que o comportamento financeiro é determinado por um conjunto de fatores inter-relacionados, destacando-se a alfabetização financeira, os vieses cognitivos, a formação educacional, a estabilidade ocupacional e o bem-estar financeiro. Observa-se, ainda, que o conhecimento técnico não é suficiente para garantir decisões financeiras equilibradas, uma vez que aspectos emocionais e contextuais interferem no processo decisório, mesmo entre profissionais qualificados. Conclui-se que a compreensão integrada desses determinantes contribui para o avanço da contabilidade comportamental e da educação financeira, oferecendo subsídios para a formulação de estratégias formativas e institucionais voltadas ao fortalecimento do autocontrole, da racionalidade decisória e do bem-estar econômico dos profissionais contábeis.

Palavras-chave: Comportamento financeiro. Profissionais contábeis. Determinantes. Educação financeira. Contabilidade comportamental.

1 Introdução

O comportamento financeiro tem se consolidado como um campo relevante de investigação nas Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo diante das transformações econômicas, tecnológicas e sociais que impactam as formas de consumo, investimento e planejamento financeiro. Em contextos marcados por instabilidade econômica, ampliação do acesso ao crédito e maior complexidade das decisões financeiras, torna-se imprescindível compreender os fatores que influenciam a forma como os indivíduos lidam com seus recursos (Xiao, 2008; Robb, Woodyard, 2011). Nesse sentido, o comportamento financeiro não pode ser compreendido exclusivamente sob a ótica da racionalidade econômica tradicional, uma vez que envolve a interação entre fatores cognitivos, educacionais e socioeconômicos (Kahneman, 2012; Thaler, 2016).

A literatura aponta que o comportamento financeiro é determinado por múltiplos fatores. A alfabetização financeira e a formação educacional exercem influência direta sobre atitudes relacionadas ao planejamento, ao



controle de gastos e à tomada de decisão consciente (Savoia, Saito, Santana, 2007; Potrich, Vieira, Kirch, 2015). Entretanto, estudos vinculados às finanças comportamentais demonstram que vieses cognitivos, heurísticas e emoções afetam significativamente as decisões financeiras, conduzindo indivíduos a escolhas nem sempre racionais, mesmo quando possuem conhecimento técnico sobre finanças (Kahneman, Tversky, 1979; Barberis, 2018).

No contexto da contabilidade, essa discussão assume relevância específica ao considerar os profissionais contábeis como sujeitos que atuam diretamente com informações financeiras, patrimoniais e decisórias. Parte-se, frequentemente, da premissa de que a formação técnica desses profissionais favorece comportamentos financeiros mais equilibrados e racionais. Todavia, evidências empíricas indicam que os profissionais da contabilidade também estão sujeitos a limitações cognitivas, influências emocionais e condicionantes socioeconômicos, o que pode gerar discrepâncias entre o conhecimento adquirido e as práticas financeiras adotadas em sua vida pessoal (Lizote, Verdinelli, Silva, 2016; Motter, 2018; Guzatti, Peres, 2022; Queiroz, Costa, Silva, 2023). Esses achados reforçam a necessidade de analisar o comportamento financeiro desse grupo sob uma perspectiva ampliada e interdisciplinar.

Além dos aspectos cognitivos e educacionais, fatores socioeconômicos, como renda, estabilidade ocupacional, contexto institucional e bem-estar financeiro, também se apresentam como determinantes relevantes do comportamento financeiro (Flores, Vieira, 2013; Philippas, Avdoulas, 2020). Estudos indicam que indivíduos inseridos em contextos de maior estabilidade econômica tendem a apresentar melhores níveis de alfabetização financeira, maior autocontrole e decisões mais prudentes, refletindo positivamente na qualidade de vida e na saúde financeira (Floriano, et al.,



2023; Diniz, 2023). Contudo, mesmo entre profissionais com elevada qualificação técnica, essas variáveis interagem de forma complexa com fatores cognitivos e educacionais, influenciando as atitudes e decisões financeiras (Costa, et al., 2022; Rabelo, Lima, Lima, 2024).

Diante desse cenário, formula-se a seguinte problemática de pesquisa: quais são os determinantes do comportamento financeiro dos profissionais contábeis, considerando os fatores cognitivos, educacionais e socioeconômicos evidenciados na literatura recente? Assim, o objetivo deste artigo consiste em analisar os determinantes do comportamento financeiro dos profissionais contábeis, a partir de uma análise bibliográfica das pesquisas publicadas entre 2022 e 2025, buscando identificar e sistematizar as evidências científicas relacionadas à influência desses fatores nas atitudes e decisões financeiras desse grupo profissional.

Ao propor essa análise, o estudo pretende contribuir para o avanço do debate sobre comportamento financeiro e contabilidade comportamental, oferecendo subsídios teóricos para a compreensão das práticas financeiras no âmbito profissional e pessoal dos contadores. Ademais, os achados podem apoiar a formulação de estratégias educacionais, ações formativas e políticas institucionais voltadas ao fortalecimento da alfabetização financeira, do autocontrole decisório e do bem-estar econômico entre os profissionais da área contábil.

2 Referencial Teórico

2.1 Comportamento Financeiro dos Profissionais Contábeis

A contabilidade é reconhecida como ciência essencial para a gestão financeira, tanto organizacional quanto



pessoal. Nesse contexto, o comportamento financeiro de profissionais da contabilidade se torna objeto de pesquisas, a fim de analisar como esse grupo lida com planejamentos, investimentos, consumo e controle de recursos. De acordo com Silva (2022), os princípios da contabilidade aplicados às finanças individuais favorecem um melhor planejamento, proporcionando maior controle sobre receitas e despesas. Contudo, a ausência desse controle conduz ao endividamento, impactando negativamente em diferentes dimensões da vida pessoal e profissional.

Embora os contadores possuam maior familiaridade com práticas de registro e análise, nem sempre esse conhecimento técnico é aplicado de maneira disciplinada na vida financeira cotidiana. Um dos fatores que explicam essa inconsistência é a influência dos vieses cognitivos no processo decisório. Segundo Queiroz et al. (2023), ao analisar o comportamento de profissionais contábeis pela ótica da Teoria do Prospecto, verificou-se que esses indivíduos tendem a se avessos ao risco em cenários de perdas, comportamento que, conforme Kahneman e Tversky (1979), é típico da maioria dos investidores, mas que pode ser agravado pela familiaridade com dados financeiros, levando a decisões excessivamente cautelosas ou emocionalmente enviesadas.

Além disso, Floriano et al. (2023) demonstraram que a estabilidade financeira exerce influência direta sobre o nível de alfabetização financeira dos indivíduos. Em seu estudo, observou-se que os servidores públicos, por possuírem maior estabilidade ocupacional, apresentaram melhor desempenho nos indicadores de alfabetização e bem-estar financeiro em comparação a trabalhadores no setor privado. Tais resultados reforçam a importância de fatores externos, como segurança profissional e renda estável, na formação de atitudes financeiras mais quocientes, o que



também pode impactar o comportamento de profissionais contábeis.

Ademais, estudos realizados com docentes e profissionais da área apontam a tendência ao conservadorismo financeiro. Por exemplo, Guzatti e Peres (2022) identificaram que os docentes de Ciências Contábeis possuem perfil majoritariamente conservador, com preferência por investimentos de baixo risco. Esse comportamento, embora prudente, pode limitar oportunidades de crescimento patrimonial. De modo semelhante, Costa (2025), ao analisar profissionais da cidade de Natal, constatou que o perfil predominante é o conservador, embora fatores como idade, renda e formação acadêmica exerçam influência direta na propensão ao risco e na diversificação de investimentos. Em paralelo, Campos *et al.* (2022) analisaram estudantes e profissionais da contabilidade em cenários de investimento e observaram diversidade nas escolhas, mas confirmaram que a maioria ainda prefere estratégias cautelosas.

Complementarmente, Campos, Confessor e Amorim (2022) identificaram que estudantes de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de duas universidades públicas apresentaram perfis financeiros semelhantes, com tendência a aplicação práticas de conceitos de educação financeira, como manutenção de reservas de emergência, controle de caixa e gestão de gastos. Esses resultados mostram que, mesmo em fase de formação, há indícios de comportamento financeiro equilibrado entre os futuros profissionais da área contábil, ainda que limitados pela renda e por fatores institucionais.

O comportamento financeiro também é afetado pelo contexto educacional e pela formação acadêmica. Conforme demonstram Godoi e Pereira (2024), embora o ensino de Ciências Contábeis contribua para o desenvolvimento de habilidades financeiras, sua aplicação prática no cotidiano



dos alunos ainda encontra barreiras de ordem social e cultural. Da mesma forma, Souza e Diascânio (2024) verificaram que a disciplina de Finanças Pessoais da UFRJ favorece melhorias nos hábitos de poupança e organização financeira entre os estudantes. Esses achados indicam que o conhecimento financeiro, por si só, não é suficiente; é preciso associá-lo a mudanças de comportamento e à construção de hábitos econômicos sustentáveis. Nessa mesma linha, Marques *et al.* (2024) ampliam esse debate ao evidenciar que o baixo desempenho de graduandos em conhecimento financeiro reflete em fragilidade de hábitos, mas, à medida que esse conhecimento aumenta, a tendência é de melhoria significativa na conduta econômica. Entre os profissionais já atuantes, pesquisas evidenciam uma preocupação crescente com a educação financeira. Silva e Sena (2022) observaram que a maioria gasta menos do que ganha, além de já ter participado de palestras e cursos sobre finanças pessoais, o que reforça a prática positiva de controle.

Por outro lado, Oliveira (2023), ao estudar profissionais de instituições bancárias, concluiu que, embora possuam alto nível de conhecimento, ainda preferem a poupança como principal forma de investimento. Esse achado indica que a postura conservadora não se limita a contadores, mas permeia também outros profissionais de finanças. De modo complementar, Amorim *et al.* (2025) ressaltam que a utilização de instrumentos práticos de planejamento, como planilhas de fluxo de caixa, auxilia famílias e indivíduos a estabelecerem metas de consumo e evitar decisões impulsivas, reforçando a aplicabilidade de ferramentas contábeis no cotidiano.

Ainda segundo Fontes (2023), baseado na Teoria da Contabilidade Mental, o conhecimento financeiro influencia diretamente na tomada de decisões. Entretanto, muitos profissionais ainda se baseiam em esquemas mentais simplificados, o que, embora útil, pode ser insuficiente em



contextos complexos. Esse resultado contribui para explicar por que profissionais com domínio técnico podem ainda tomar decisões inconsistentes: a organização mental, embora útil, pode ser insuficiente diante de cenários complexos que exigem registros formais e análises comparativas.

2.2 Aspectos psicológicos, sociais e determinantes do comportamento financeiro

Além das questões técnicas e formativas, os aspectos psicológicos e sociais também exercem papel significativo na maneira como os profissionais da contabilidade se relacionam com suas finanças. Nesse sentido, Cristo *et al.* (2024), ao estudarem os discentes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), identificaram que os estudantes vêm adotando práticas de administração das finanças pessoais, em sua maioria mantendo algum controle de gastos. Contudo, verificou-se que o cartão de crédito é amplamente utilizado como meio de pagamento, além de observar que quanto menor a renda, maior o comprometimento com despesas, sinalizando dificuldades na manutenção do equilíbrio financeiro. Esses achados reforçam a importância de ampliar iniciativas de educação financeira voltadas especificamente para jovens, incluindo os em formação na área contábil.

Aspectos emocionais e psicológicos também têm peso considerável. Rabelo, Lima e Lima (2024) investigam variáveis como ansiedade, impulsividade e tensão financeira, concluindo que tais fatores afetam diretamente o comportamento financeiro dos brasileiros, incluindo profissionais da área contábil. Essa perspectiva demonstra que o comportamento econômico é multidimensional, ultrapassando os limites do conhecimento técnico.

Por outro lado, fatores externos, como crises econômicas, também interferem sobre esse comportamento. Por



exemplo, Souza *et al.* (2022), ao analisar acadêmicos de contabilidade da Universidade Federal do Amazonas, verificam que a maioria foi indiretamente afetada por contextos de instabilidade o que reforça a vulnerabilidade desse grupo frente a choques internos. De mesmo modo, Santos *et al.* (2023), ao estudarem acadêmicos paraibanos de Ciências Contábeis, confirmam a presença de práticas conservadoras entre estudantes, que tendem a realizar investimentos de baixo retorno e organizar seus recursos de forma simples, com uso de cadernos e planilhas. Apesar disso, os resultados revelaram ausência de comportamento de consumismo descontrolado, o que sugere certo nível de disciplina financeira.

Em uma perspectiva mais ampla, Costa *et al.* (2022) identificaram cinco determinantes centrais do comportamento financeiro; materialismo, controle, economia, planejamento e atitude, que ajudam a explicar os diferentes perfis encontrados nos estudos. A partir desses fatores, pode-se compreender por que, mesmo em uma categoria profissional com maior domínio teórico, persistem escolhas conservadoras, resistência ao risco e vulnerabilidade emocional diante das finanças.

3 Método

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, de natureza bibliográfica e com abordagem qualitativa. Segundo Gil (2019), as pesquisas descritivas têm como objetivo principal observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos, sem manipulá-los, buscando compreender suas causas e consequências. Assim, este estudo visa descrever e analisar as evidências já produzidas sobre o comportamento financeiro de profissionais contábeis,



considerando aspectos técnicos, psicológicos e sociais envolvidos nas decisões financeiras.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de interpretar e compreender as informações obtidas nas publicações analisadas, priorizando a profundidade da compreensão em detrimento da quantificação dos dados. Conforme Minayo (2017), a pesquisa qualitativa preocupa-se com o significado e a subjetividade dos fenômenos, permitindo uma análise mais ampla das percepções e interpretações presentes nas fontes.

Trata-se ainda de uma pesquisa bibliográfica, uma vez que se fundamenta na análise de materiais já publicados, como artigos científicos, teses, dissertações e livros, que discutem o comportamento financeiro e os fatores que o influenciam no contexto contábil. Para a seleção do material, utilizou-se como base de pesquisa o Periódico CAPES, por sua ampla indexação de produções científicas nacionais e internacionais.

A busca foi realizada no dia 26/09/2025, utilizando como palavra-chave "comportamento financeiro dos profissionais contábeis". Foram considerados apenas artigos publicados entre os anos de 2022 e 2025, de modo a contemplar pesquisas recentes e alinhadas à temática proposta. Dessa forma, foram selecionados 20 artigos para composição da amostra desta pesquisa. Após a identificação inicial, os estudos foram analisados quanto à relevância, metodologia, objetivos e principais resultados, compondo o referencial teórico e a análise integrativa do presente trabalho.

4 Resultado e discussões

Neste tópico se apresentam os resultados obtidos a partir da revisão da literatura e das análises realizadas, onde observou-se um crescente interesse científico em

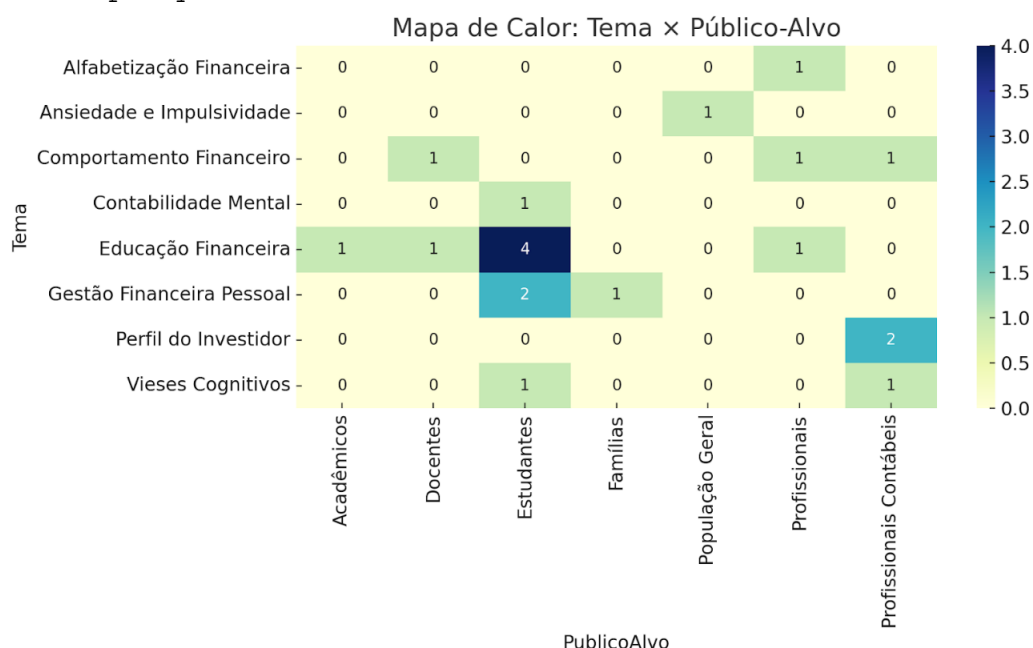


compreender os fatores que influenciam o comportamento financeiro de indivíduos e grupos, sobretudo aqueles com formação contábil ou atuação na área financeira. Essa temática tem se mostrado relevante diante das transformações econômicas e sociais contemporâneas, que exigem maior autonomia, planejamento e responsabilidade na gestão dos recursos pessoais.

Os estudos evidenciam que o comportamento financeiro é determinado por um conjunto de variáveis interligadas (cognitivas, emocionais, educacionais e socioeconômicas) que impactam diretamente as decisões de consumo, investimento e poupança.

Neste sentido, inicialmente foram evidenciados os temas abordados nos artigos e os referidos público-alvo das pesquisas por meio do mapa de calor, permitindo compreender o panorama geral das pesquisas sobre comportamento e educação financeira, demonstrando as tendências temáticas e a relação entre os assuntos abordados e os públicos-alvo investigados (Gráfico 1).

Gráfico 01: Mapa de calor dos temas abordados e públicos-alvo da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).



A análise das publicações por tema mostra que a educação financeira é o foco predominante das pesquisas, refletindo o interesse em compreender como o conhecimento financeiro influencia o comportamento e a tomada de decisão, sobretudo entre estudantes universitários. Em seguida aparecem temas como comportamento financeiro e gestão financeira pessoal, que ampliam o debate ao incluir aspectos psicológicos, como impulsividade e ansiedade, além das práticas de controle e planejamento das finanças.

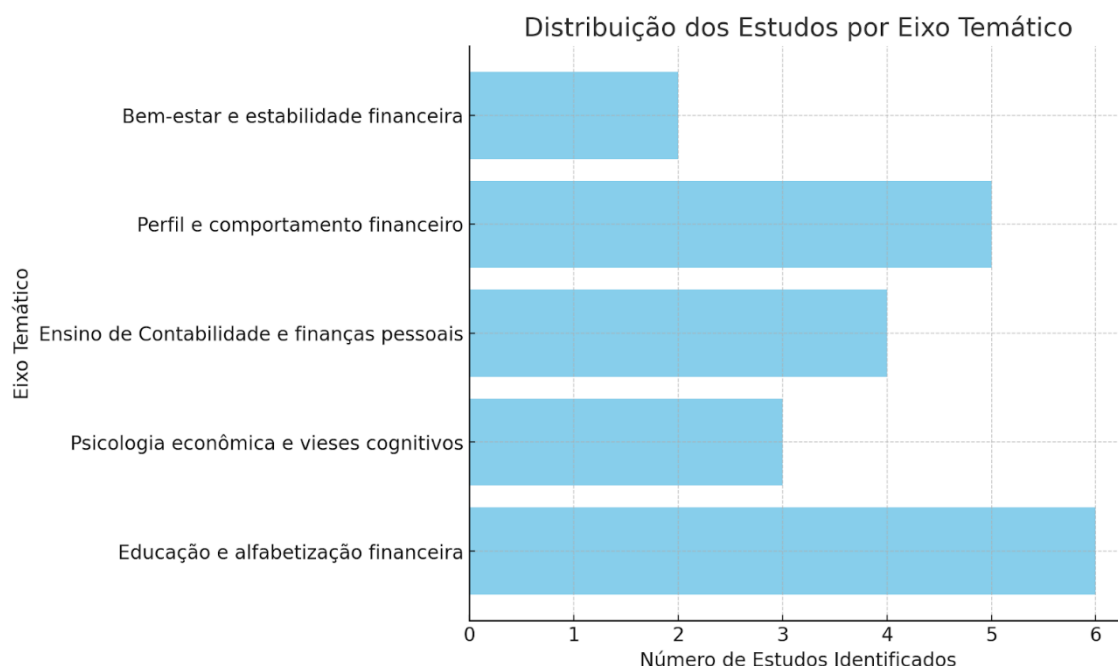
Temas mais específicos, como viés cognitivo, contabilidade mental e teoria do prospecto, são menos frequentes, mas indicam um avanço teórico e metodológico na área, aproximando a contabilidade da psicologia econômica.

O mapa de calor enfatiza que os estudantes são o público mais investigado, seguidos por profissionais e docentes da área contábil. Isso demonstra o papel das universidades na promoção da alfabetização financeira, embora ainda haja pouca produção voltada a famílias e outros grupos sociais. De modo geral, observa-se um amadurecimento das pesquisas, com maior integração entre educação, comportamento e emoções nas finanças pessoais.

Em seguida, com base na leitura dos artigos e nas evidências dos textos analisados, é possível agrupar os estudos em cinco eixos temáticos principais, cada um com enfoques teóricos, resultados e lacunas específicas, conforme demonstrado no Gráfico 2.



Gráfico 2 - Distribuição dos estudos por eixo temático.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Por meio dos achados, constatou-se a distribuição dos estudos em cinco eixos temáticos, sendo o primeiro eixo, agrupou as pesquisas na temática de educação e alfabetização financeira, reúne estudos que discutem o papel do conhecimento financeiro na formação de hábitos e comportamentos saudáveis. Autores como Potrich, Vieira, Kirch, Lusardi e Mitchell destacam que a educação financeira vai além da transmissão de conteúdos técnicos, envolvendo dimensões cognitivas e comportamentais que afetam diretamente a capacidade de planejamento e de tomada de decisão. Os resultados apontam que indivíduos mais alfabetizados financeiramente são menos propensos ao endividamento e demonstram maior segurança nas decisões econômicas. No entanto, há carência de estudos voltados a públicos não acadêmicos, como famílias e trabalhadores informais, o que evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas à formação financeira em contextos diversos.



O segundo eixo, demonstrou os estudos da área de psicologia econômica e viés cognitivo, é fortemente embasado nas contribuições de Kahneman e Tversky, criadores da Teoria do Prospecto. Trabalhos como o de Queiroz, Costa, Silva e Silva (2023) e de Lucena e Fernandes (2011) exploram como heurísticas e emoções afetam o julgamento contábil e financeiro. Observa-se que profissionais contábeis, apesar de tecnicamente preparados, também são suscetíveis a vieses como o excesso de confiança e a aversão à perda. As pesquisas sugerem maior integração entre contabilidade e psicologia, com o uso de abordagens experimentais e métodos mistos que permitam compreender as motivações subjetivas das decisões econômicas.

O eixo ensino de contabilidade e finanças pessoais reúne estudos sobre o impacto do ensino superior na formação de competências financeiras. Pesquisas como as de Silva et al. (2017) e Motter (2018) mostram que a inclusão de disciplinas e projetos de extensão voltados à educação financeira promove mudanças positivas no comportamento de estudantes de Ciências Contábeis. O enfoque teórico recai sobre a aprendizagem significativa e o papel do ensino como agente transformador. Apesar dos resultados promissores, as lacunas indicam a necessidade de estratégias pedagógicas mais interdisciplinares e de avaliações longitudinais estruturadas para medir os efeitos duradouros dessas práticas.

O eixo perfil e comportamento financeiro aborda a relação entre fatores emocionais e atitudes financeiras. Autores como Dew e Xiao (2011), Robb e Woodyard (2011) e Tang (2018) descrevem que variáveis como impulsividade, ansiedade e autocontrole determinam padrões de consumo e poupança. No contexto brasileiro, estudos de Lizote et al. (2016) e Silva e Beiruth (2016) reforçam que o comportamento financeiro é influenciado por aspectos culturais e pela



experiência profissional. As contribuições apontam que o fortalecimento do autocontrole e da educação emocional pode melhorar o bem-estar e reduzir comportamentos de risco, embora sejam escassas as análises longitudinais que acompanhem a evolução dessas variáveis ao longo do tempo.

Por fim, o eixo bem-estar e estabilidade financeira trata da interação entre segurança econômica, alfabetização financeira e qualidade de vida. Pesquisas como as de Diniz (2023), Philipphas e Avdoulas (2020) e Flores e Vieira (2013) sustentam que a estabilidade financeira é determinante para o bem-estar, afetando diretamente a saúde mental e a satisfação pessoal. Os resultados demonstram que trabalhadores estáveis, especialmente servidores públicos, tendem a apresentar melhor gestão de recursos e menor vulnerabilidade a crises financeiras. Ainda assim, faltam investigações que integrem a dimensão psicológica do bem-estar com indicadores de renda e desigualdade.

Em continuidade, o quadro 1 apresenta as principais pesquisas identificadas na literatura recente, destacando seus objetivos e metodologias, com o intuito de oferecer uma visão comparativa e integrativa sobre o tema.



Quadro 1 - Pesquisas identificadas sobre a temática

TÍTULO	OBJETIVOS	AUTORES E ANO
A Contabilidade e o Gerenciamento das Finanças Pessoais.	Discorrer sobre a importância da contabilidade na gestão das finanças pessoais.	Silva (2022).
Teoria do Prospecto: Um Estudo da Influência dos Vieses Cognitivos no Julgamento dos Profissionais Atuantes na Área Contábil.	Analisar como os vieses cognitivos influenciam no julgamento dos profissionais atuantes na área contábil perante as informações das demonstrações financeiras de acordo com a Teoria do Prospecto.	Queiroz et al. (2023).
Comportamento Financeiro Pessoal: Uma Análise do Perfil dos Docentes de Ciências Contábeis.	Diagnosticar o perfil financeiro dos docentes de Ciências Contábeis da Universidade do Estado de Mato Grosso, no campus de Tangará da Serra- MT.	Guzatti e Peres (2022).
Comportamento Decisório de Alunos e Profissionais Contábeis em Cenários sobre Investimentos.	Descrever o comportamento decisório de alunos e profissionais contábeis em cenários sobre investimentos.	Campos et al. (2022).
Análise de Perfil Investidor dos Profissionais de Contabilidade de Natal.	Compreender o perfil de investidor dos profissionais de contabilidade da cidade de Natal, bem como identificar os principais fatores que contribuem para sua definição.	Costa (2025).
Análise da Contribuição do Ensino do Curso de Ciências Contábeis na Gestão Financeira Pessoal dos Acadêmicos da UEG - Unidade Jaraguá.	Analisar a contribuição do ensino de Ciências Contábeis na gestão financeira pessoal dos acadêmicos da Universidade Estadual de Goiás, unidade Jaraguá	Godoi e Pereira (2024).
Finanças Pessoais: Um Estudo da Gestão Financeira Pessoal dos Profissionais Contábeis da Cidade de Salvador - BA	Analisar a percepção dos profissionais contábeis de Salvador - BA em relação às suas finanças pessoais.	Silva e Sena (2022)



A Estabilidade Financeira Impacta o Nível de Alfabetização Financeira dos Indivíduos?	Analisar a influência da estabilidade financeira na alfabetização financeira dos indivíduos.	Floriano et al. (2023)
A Disciplina Finanças Pessoais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e a Sua Influência nos Hábitos Financeiros dos Estudantes Deste Curso.	Analisar se a disciplina Finanças Pessoais do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) influencia os hábitos financeiros dos estudantes deste curso, tornando-os consumidores mais conscientes e com atitudes financeiras mais otimizadas.	Souza e Diascânio (2024)
Determinantes da Educação Financeira: Evidências de um Estudo com Especialistas Financeiros.	Identificar o nível de educação financeira dos especialistas em finanças.	Jacob et al. (2025)
Discussões da educação financeira entre os estudantes de ensino superior dos cursos administração, ciências contábeis e ciências econômicas de duas Universidades Públicas	Identificar as discussões da educação financeira destes estudantes nas Universidade Estadual da Paraíba e Universidade Federal de Campina Grande.	Campos, Confessor e Amorim (2022)
Noções de Contabilidade no Gerenciamento Pessoal: Benefícios para as finanças familiares	Apresentar a importância da contabilidade na gestão financeira de pessoas físicas, de modo a demonstrar o funcionamento prático das referências contábeis.	Silva et al. (2025)
A Influência da Educação Financeira no Processo Decisório: Um Ensaio Baseado na Teoria da Contabilidade Mental.	Verificar a influência do conhecimento financeiro no processo de tomada de decisão sob o aspecto da teoria da contabilidade mental.	Fontes (2023).
Alfabetização Financeira dos Profissionais que Atuam em Instituições Bancárias.	Identificar como este profissional conduz suas finanças pessoais.	Oliveira (2023).



Determinantes do Comportamento Financeiro Pessoal: Um Estudo Com Cidadãos Brasileiros.	Identificar os determinantes do comportamento financeiro pessoal na perspectiva de cidadãos brasileiros.	Costa et al. (2022).
A Influência da Ansiedade, Atitude, Tensão e Impulsividade no Comportamento Financeiro.	Explorar a relação entre ansiedade financeira, atitude financeira, tensão financeira e impulsividade nas compras dentro do comportamento financeiro dos brasileiros.	Rabelo, Lima e Lima (2024).
Conhecimento Financeiro em Estudantes de Graduação: Impactos no Comportamento Financeiro e Implicações Para a Educação Superior	Identificar o impacto do conhecimento financeiro no comportamento dos alunos de graduação do Brasil.	Marques et al. (2024)
Comportamento financeiro dos discentes de graduação em ciências contábeis de uma universidade pública na Amazônia Oriental	Analisar o comportamento financeiro dos discentes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)	Cristo et al. (2024)
O efeito da crise econômica sobre as finanças pessoais dos acadêmicos de Administração, Contabilidade e Economia da Universidade Federal do Amazonas	Analisar o perfil socioeconômico dos discentes que cursam o 7º período de administração, contabilidade e economia	Monteiro Júnior et al. (2022)
A influência da educação financeira: uma análise das decisões financeiras dos acadêmicos do curso de ciências contábeis em instituições de ensino superior pública da Paraíba	Identificar o nível de educação financeira obtido pelos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis em instituições de ensino superior com relação à atitudes de consumo, investimento e poupança.	Santos et al. (2023)

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Com base nos artigos apresentados buscou-se discorrer acerca das contribuições de cada pesquisa, dessa forma, o artigo de Silva (2022), contribui significativamente ao evidenciar a relevância da contabilidade como ferramenta de apoio à educação e à gestão financeira individual.



Fundamentado em uma revisão integrativa de literatura, o estudo demonstra que o domínio de princípios contábeis auxilia na elaboração de planejamento e orçamentos pessoais, promovendo maior controle sobre receitas e despesas, bem como decisões financeiras mais conscientes. Além disso, ressalta que a contabilidade favorece a compreensão da relação entre bens, direitos e obrigações, fortalecendo o comportamento financeiro responsável e o bem-estar econômico. Assim, a pesquisa reforça a importância da educação financeira desde os estágios iniciais da vida como meio de prevenir o endividamento e fomentar a autonomia financeira.

Em uma perspectiva mais ampla, Queiroz *et al.* (2023) apresentam contribuições relevantes para o campo da contabilidade comportamental ao demonstrar empiricamente como os vieses cognitivos, especialmente os efeitos certeza, reflexão e isolamento, interferem nas decisões e julgamentos dos profissionais contábeis. Fundamentado na Teoria do Prospecto de Kahneman e Tversky (1979), o estudo revela que os indivíduos tendem a ser avessos ao risco em cenários de ganhos e propensos ao risco em cenários de perdas, evidenciando que fatores psicológicos e emocionais afetam diretamente o processo decisório contábil. Portanto, a pesquisa destaca a importância de compreender tais influências para aprimorar o julgamento profissional, reduzir interferências cognitivas e fortalecer uma prática contábil mais racional, ética e consciente.

Reforçando a interface entre conhecimento técnico e prática, Guzatti e Peres (2022), ressaltam em seu estudo o entendimento da relação entre conhecimento contábil e comportamento financeiro ao investigar o perfil de docentes da área contábil sob a ótica da educação financeira e da gestão de recursos pessoais. A pesquisa evidencia que o domínio de conceitos contábeis favorece práticas financeiras



mais conscientes, como o planejamento orçamentário e o controle de gastos, influenciando positivamente a tomada de decisão e a estabilidade econômica individual. Além disso, o estudo reforça a importância que o nível de instrução e o grau de envolvimento com a contabilidade impactam diretamente a forma como os docentes lidam com finanças, demonstrando a relevância da educação financeira como instrumento de autonomia e equilíbrio financeiro.

Na análise do comportamento decisórios em situações de risco, Campos *et al.* (2022) apresentam uma contribuição relevante ao analisar como o conhecimento técnico e os vieses comportamentais influenciam o processo decisório de alunos e profissionais da contabilidade em situações de risco e investimento. O estudo, com base na Teoria das Finanças Comportamentais, mostra que fatores emocionais e cognitivos interferem nas escolhas racionais, revelando tendências de aversão ou propensão ao risco conforme o contexto de ganho ou perda. Dessa forma, o artigo destaca a necessidade de integração entre aspectos psicológicos e contábeis na formação e prática profissional, promovendo decisões mais racionais, seguras e alinhadas a objetivos financeiros sustentáveis.

Com foco em um segmento específico da atuação profissional, Costa (2025) contribui ao identificar as características predominantes do perfil de investidor entre profissionais contábeis da cidade de Natal, explorando variáveis como gênero, faixa etária, renda e formação acadêmica. Por meio de uma abordagem quantitativa, o estudo demonstra que o perfil conservador é predominante, sendo influenciado por fatores como menor renda e menor experiência no mercado financeiro. Além disso, constatou-se que profissionais com maior formação acadêmica tendem a adotar perfis mais diversificados e arrojados. Assim, a pesquisa oferece subsídios para compreender como elementos



socioeconômicos e profissionais moldam o comportamento financeiro, reforçando a importância da educação financeira e da contabilidade como base para decisões de investimento mais conscientes.

No que concerne à formação acadêmica, o artigo de Godoi e Pereira (2024), demonstra empiricamente como o ensino contábil influencia o desenvolvimento de habilidades financeiras entre estudantes. A pesquisa, de abordagem quantitativa e qualitativa, evidencia que o aprendizado das disciplinas contábeis proporciona maior capacidade de planejamento, controle de despesas e tomada de decisões financeiras conscientes. Apesar disso, o estudo identifica desafios na aplicação práticas dos conceitos contábeis, apontando que fatores culturais e sociais ainda limitam a integração dessas práticas ao cotidiano. O trabalho conclui que a educação contábil desempenha um papel essencial na formação de uma gestão financeira pessoal eficiente, sugerindo o aprimoramento das metodologias, de ensino e a adoção de estratégias pedagógicas que ampliam a confiança e a autonomia financeira dos acadêmicos.

Complementarmente a análise do comportamento dos profissionais contábeis, Silva e Sena (2022) demonstraram a relevância da educação financeira e do conhecimento contábil para a organização e o controle das finanças pessoais. A pesquisa revela que os profissionais contábeis de Salvador apresentam práticas financeiras conscientes, como gastar menos do que ganham e evitar compras impulsivas, destacando a importância da contabilidade como ferramenta auxiliar na gestão patrimonial individual. O estudo evidencia ainda que o domínio de conceitos contábeis e a participação em cursos ou palestras sobre finanças ampliam o conhecimento e a responsabilidade financeira, promovendo uma vida financeira mais equilibrada e sustentável.



Em perspectiva que correlaciona o contexto laboral e as finanças, Floriano *et al.* (2023), apresentam uma contribuição relevante ao investigar a relação entre estabilidade financeira, alfabetização financeira e bem-estar econômico entre servidores públicos e empregados assalariados. A pesquisa evidencia que a estabilidade oriunda do emprego público influencia positivamente o nível de alfabetização financeira, refletindo em maior controle orçamentário e atitudes mais racionais em relação ao consumo. Além disso, os resultados indicam que servidores públicos possuem médias mais elevadas em conhecimento e comportamento financeiro, o que contribui para melhor bem-estar financeiro e menor propensão ao endividamento. O estudo destaca a importância da segurança ocupacional e da educação financeira como fatores determinantes para decisões financeiras conscientes e sustentáveis, sugerindo a necessidade de políticas de incentivo à formação financeira contínua para diferentes grupos sociais.

Avançando na investigação sobre a influência curricular, a pesquisa de Souza e Diascânio (2024) oferece uma relevante contribuição ao demonstrar que a inclusão da disciplina de Finanças Pessoais na grade curricular impacta positivamente os hábitos financeiros dos alunos, tornando-os consumidores mais conscientes e com maior capacidade de planejamento e poupança. A pesquisa evidencia que os estudantes que cursaram a disciplina desenvolvem maior organização financeira, preocupação com aposentadoria e propensão ao consumo racional, confirmando a relevância da educação financeira na formação contábil e na preparação para decisões financeiras mais assertivas.

Aprofundando a discussão sobre especialistas, o artigo de Jacob *et al.* (2025), aprofunda a compreensão sobre o nível de educação financeira mesmo entre profissionais especializados, revelando que, apesar da formação técnica,



há disparidades significativas quanto à responsabilidade e à sabedoria financeira. A análise por clusters evidência diferentes perfis de comportamento financeiro, destacando que a educação formal não garante necessariamente práticas conscientes de gestão do dinheiro. O estudo contribui ao reforçar a necessidade de políticas de educação financeira contínua, voltadas inclusive para especialistas do setor, a fim de promover maior racionalidade e equilíbrio nas decisões financeiras.

Em um estudo transversal com estudantes, Campos, Confessor e Amorim (2022) investigam a relação entre estabilidade financeira, alfabetização financeira e bem-estar econômico entre servidores públicos e empregados assalariados. A pesquisa evidencia que a estabilidade oriunda do emprego público influencia positivamente o nível de alfabetização financeira, refletindo em maior controle orçamentário e atitudes mais racionais em relação ao consumo. Além disso, os resultados indicam que servidores públicos possuem médias mais elevadas em conhecimento e comportamento financeiro, o que contribui para melhor bem-estar financeiro e menor propensão ao endividamento. O estudo destaca a importância da segurança ocupacional e da educação financeira como fatores determinantes para decisões financeiras conscientes e sustentáveis, sugerindo a necessidade de políticas de incentivo à formação financeira contínua para diferentes grupos sociais.

Com uma aplicação de caráter prático, Amorim *et al.* (2025) trazem uma contribuição prática ao apresentar como a aplicação de princípios contábeis pode auxiliar o controle financeiro de famílias e indivíduos. Por meio de modelos de planejamento e fluxo de caixa, o estudo mostra que o uso de ferramentas contábeis adaptadas à realidade pessoal permite maior clareza sobre receitas e despesas, evita decisões impulsivas e promove estabilidade financeira. O trabalho



reforça a importância da contabilidade como instrumento de educação e organização financeira, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade econômica familiar.

Explorando as bases cognitivas das decisões, a pesquisa de Fontes (2023) oferece uma contribuição expressiva ao examinar como o nível de conhecimento financeiro interfere nas decisões individuais sob a prisma da contabilidade mental. Fundamentado em pesquisa bibliográfica e empírica, o estudo analisou o comportamento de 93 alunos do curso de Administração, identificando que a maioria possui conhecimentos financeiros básicos e tende a organizar mentalmente suas ações, o que demonstra a presença de viés cognitivo na tomada de decisão. Os achados evidenciam que o viés da contabilidade mental atua como um processo de codificação e caracterização de informações financeiras que, embora frequentemente inconscientes, afeta significativamente o julgamento e o comportamento econômico dos indivíduos. Assim, a pesquisa reforça a importância da educação financeira como instrumento de mitigação de vieses cognitivos, promovendo decisões mais racionais, coerentes e alinhadas à estabilidade financeira e ao bem-estar econômico.

Dando continuidade à análise da relação entre cognição e prática, o artigo de Oliveira (2023), apresenta uma contribuição relevante ao investigar o nível de alfabetização financeira entre colaboradores de instituições bancárias privadas na cidade de Foz do Iguaçu (PR), considerando três construtos fundamentais: conhecimento, atitude e comportamento financeiro. A pesquisa, de abordagem quantitativa e descritiva, revelou que os profissionais possuem alto nível de conhecimento financeiro, mas níveis médios de atitude e comportamento, demonstrando uma lacuna entre saber e aplicar os conceitos na prática cotidiana. Os



resultados indicam que, embora o domínio técnico sobre finanças esteja consolidado, há necessidade de desenvolver atitudes mais voltadas à poupança e ao planejamento financeiro pessoal. Dessa forma, o estudo contribui ao evidenciar que a alfabetização financeira, ainda que elevada em termos de conhecimento, depende do equilíbrio entre cognição e comportamento para promover decisões mais conscientes, sustentáveis e alinhadas ao bem-estar econômico individual.

Em uma análise abrangente dos fatores influentes, o estudo de Costa et al. (2022) apresenta contribuição significativa ao identificar os fatores que influenciam o comportamento financeiro dos indivíduos, destacando variáveis como materialismo, controle financeiro, economia financeira, planejamento e atitude financeira. A pesquisa, de natureza quantitativa e descritiva, demonstrou que o conhecimento financeiro exerce influência direta sobre o planejamento e o controle das finanças pessoais, reforçando a educação financeira como um fator determinante para decisões econômicas mais conscientes. Os resultados revelaram que o materialismo e as compras impulsivas se encontram entre os principais preditores do endividamento, ao passo que o domínio de conceitos financeiros favorece o autocontrole e o equilíbrio orçamentário. Dessa forma, o estudo expande a compreensão sobre os determinantes do comportamento financeiro, sugerindo necessidade de políticas públicas e práticas educacionais voltadas ao fortalecimento da alfabetização financeira, da autonomia econômica e do bem-estar social dos cidadãos brasileiros.

No que concerne aos aspectos psicoemocionais, Rabelo, Lima e Lima (2024) investigam como fatores psicológicos e emocionais interferem no comportamento financeiro dos indivíduos, particularmente no contexto brasileiro. A pesquisa, de abordagem quantitativa e transversal,



identificou variáveis como atitude financeira e comportamento financeiro, e entre tensão financeira e ansiedade. Os resultados demonstram que atitudes positivas em relação ao dinheiro contribuem para uma gestão financeira mais responsável, enquanto níveis elevados de ansiedade e impulsividade tendem a prejudicar o controle orçamentário e favorecer decisões irracionais. O estudo destaca que a ansiedade financeira medeia parcialmente a relação entre tensão e comportamento financeiro, indicando que aspectos emocionais podem comprometer a racionalidade das decisões econômicas. Assim, o trabalho enriquece a literatura sobre finanças comportamentais ao integrar variáveis psicológicas e emocionais ao estudo da educação e do comportamento financeiro, evidenciando a necessidade de estratégias que contemplem o equilíbrio emocional como componente essencial da educação financeira e da promoção do bem-estar econômico.

Em um recorte específico para o ensino superior, a pesquisa de Marques *et al.* (2024) analisa a influência do conhecimento financeiro sobre o comportamento de alunos de graduação em instituições de ensino superior no Brasil. A pesquisa, de abordagem quantitativa, revelou que os estudantes apresentam um baixo nível de conhecimento financeiro, o que impacta negativamente suas práticas de controle de gastos e formação de reservas de emergência. Os resultados indicaram que o incremento de conhecimento financeiro está positivamente associado a comportamentos mais responsáveis e à tomada de decisões mais conscientes, como poupar e planejar financeiramente. Adicionalmente, o estudo evidencia a fragilidade da abordagem da educação financeira nas grades curriculares do ensino superior e defende a inserção do tema como eixo transversal nas universidades. Dessa forma, a pesquisa contribui teórica e pragmaticamente ao reforçar a importância da alfabetização financeira como elemento crucial para o desenvolvimento de



atitudes econômicas sustentáveis, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de políticas públicas e educacionais mais eficazes voltadas à formação financeira dos jovens brasileiros.

Com foco nos discentes de Contábeis e o contexto regional, o artigo de Cristo *et al.* (2024), apresenta uma contribuição relevante ao examinar o modo como estudantes do curso de Ciências Contábeis gerenciam seus recursos financeiros, considerando o contexto socioeconômico da região amazônica. A pesquisa, de natureza qualitativa, constatou que, embora os discentes possuam algum conhecimento sobre práticas de controle financeiro, ainda enfrentam dificuldades em aplicar técnicas de planejamento e gestão eficazes, o que se reflete em comportamentos como o uso excessivo de crédito e a ausência de reserva de emergência. Os resultados indicam que a renda limitada e a falta de educação financeira formal contribuem para comportamentos econômicos menos conscientes, reforçando a necessidade de uma abordagem educacional mais prática e contínua sobre finanças pessoais. Assim, o estudo destaca o papel fundamental das universidades na promoção da alfabetização financeira e no fortalecimento de competências que favoreçam o equilíbrio orçamentário e a tomada de decisões financeiras responsáveis entre os futuros profissionais contábeis.

No estudo dos impactos do contexto macroeconômico, Monteiro Júnior *et al.* (2022) examinaram as consequências da crise econômica brasileira nas práticas financeiras de estudantes universitários. A pesquisa, de natureza quantitativa e descritiva, demonstrou que a instabilidade econômica afetou diretamente o poder de compra, a capacidade de poupança e o comportamento de consumo dos discentes, induzindo a adoção de estratégias de contenção de gastos e readequação orçamentária. Os resultados indicam que, apesar



de o conhecimento teórico sobre gestão financeira ser detido pelos acadêmicos, muitos enfrentam dificuldades na sua aplicação prática, mormente diante de cenários de incerteza econômica. O estudo reforça que a educação financeira constitui um fator determinante para o enfrentamento de crises, pois contribui para o desenvolvimento de habilidades de planejamento e controle financeiro, essenciais para a manutenção do equilíbrio econômico pessoal. Dessa forma, o trabalho amplia a compreensão sobre a vulnerabilidade financeira de jovens universitários e ressalta a importância da formação contábil e econômica na construção de atitudes financeiras mais resilientes e conscientes.

Por fim, Santos *et al.* (2023) apresenta uma contribuição significativa ao investigar como o nível de educação financeira interfere nas decisões econômicas dos estudantes de Ciências Contábeis de universidades públicas. A pesquisa, de natureza quantitativa e descritiva, revelou que os discentes possuem conhecimentos teóricos sobre finanças pessoais, mas apresentam dificuldades em aplicar esses conceitos na prática cotidiana, especialmente em relação ao planejamento financeiro e ao controle de gastos. Os resultados indicam que a falta de hábitos financeiros organizados e o baixo estímulo à educação financeira formal afetam diretamente a capacidade de poupança e o comportamento de consumo. Assim, o estudo reforça a necessidade de incluir conteúdos de educação financeira de forma transversal e prática nos cursos de graduação, a fim de desenvolver competências voltadas à tomada de decisão consciente, à responsabilidade econômica e ao fortalecimento da estabilidade financeira entre os futuros profissionais da área contábil.

Por meio das análises realizadas nos artigos, apresentam-se em seguida as lacunas e a agenda de pesquisa, buscando aprofundamento da temática. Dessa forma, a



principal lacuna observada nas pesquisas sobre educação e comportamento financeiro é a concentração das amostras em estudantes universitários. Trabalhos como os de Potrich, Vieira e Kirch (2015) e Savoia, Saito e Santana (2007) reforçam a importância da educação financeira formal, mas também indicam que ela deve ser ampliada para diferentes públicos. Assim, a agenda de pesquisa deve incluir estudos aplicados a famílias, trabalhadores autônomos, servidores públicos e comunidades em vulnerabilidade social. Tais investigações poderiam analisar como a renda, a escolaridade e os valores culturais interferem na assimilação do conhecimento financeiro, contribuindo para políticas públicas mais eficazes de inclusão e alfabetização financeira.

Outra limitação recorrente é a ausência de estudos longitudinais, o que impede a compreensão da evolução dos comportamentos financeiros ao longo do tempo. Autores como Kahneman e Tversky (1979) e Lizote, Verdinelli e Silva (2016) sugerem que as decisões financeiras são influenciadas por experiências acumuladas e percepções de risco, variáveis que mudam com o tempo. Portanto, a agenda de pesquisa deve contemplar abordagens longitudinais e comparativas, acompanhando a permanência dos efeitos da educação financeira e o impacto de crises econômicas sobre o comportamento e o bem-estar financeiro. Essa perspectiva também permitiria identificar padrões geracionais e o papel das mudanças socioeconômicas na tomada de decisão.

Do ponto de vista metodológico, a literatura mostra um predomínio de estudos quantitativos descritivos, baseados em questionários. Pesquisas como as de Motter (2018) e Fontes (2021) revelam a importância de dados numéricos, mas autores como Thaler (2016) e Kahneman (2012) defendem a combinação de métodos experimentais e qualitativos para compreender o processo decisório em profundidade. A agenda de pesquisa,



nesse sentido, pode avançar na aplicação de desenhos experimentais que testem o impacto de heurísticas e emoções em decisões contábeis e financeiras, além de explorar entrevistas e estudos de caso que revelem a dimensão subjetiva das decisões econômicas. Também se sugere o uso de métodos mistos, que unam análises estatísticas com dados comportamentais e narrativos.

Nos estudos sobre vieses cognitivos e psicologia econômica, a lacuna está na ausência de investigações aplicadas ao contexto profissional. Embora a literatura internacional de Kahneman, Tversky e Thaler seja consolidada, ainda são raros os estudos empíricos no Brasil que examinam esses fenômenos entre contadores, gestores e consultores financeiros. Pesquisas como as de Queiroz, Costa e Silva (2023) apontam caminhos iniciais, mas a agenda futura deve incluir experimentos com profissionais da área contábil para medir e mitigar vieses como o excesso de confiança e o viés da confirmação. Isso poderia contribuir para a formação ética e técnica dos profissionais e para a melhoria da qualidade das decisões em ambientes corporativos.

Outro ponto relevante é a relação entre bem-estar financeiro, estabilidade e saúde mental. Autores como Xiao (2008), Robb e Woodyard (2011) e Floriano et al. (2023) indicam que o equilíbrio emocional está intimamente ligado à estabilidade financeira e à percepção de segurança econômica. Contudo, no contexto brasileiro, essa interface ainda é pouco explorada. Assim, a agenda de pesquisa deve avançar na construção de modelos que integrem indicadores de saúde emocional, satisfação e renda, investigando como fatores psicológicos, culturais e econômicos interagem na definição do bem-estar. Estudos dessa natureza podem apoiar políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental financeira e à prevenção do endividamento.



Por fim, há uma lacuna relevante na realização de estudos comparativos e interculturais. Pesquisas de Lusardi e Mitchell (2011) mostram que o comportamento financeiro varia conforme as condições institucionais e culturais de cada país. A agenda de pesquisa deve, portanto, incluir comparações entre diferentes regiões brasileiras e entre países da América Latina, buscando compreender como variáveis culturais e políticas econômicas influenciam a alfabetização financeira e o comportamento econômico. Essa ampliação de escopo pode fortalecer o diálogo entre a literatura nacional e internacional e favorecer o desenvolvimento de estratégias adaptadas a diferentes realidades.

Em relação a análise das metodologias empregadas nos estudos, constatou-se a predominância de pesquisas descritivas, sustentadas majoritariamente por levantamentos (surveys) e aplicação de questionários estruturados, como observado em trabalhos de Queiroz *et al.* (2023), Campos *et al.* (2022), Costa (2025), Silva e Sena (2022), Floriano *et al.* (2023), Jacob *et al.* (2025), Rabelo, Lima e Lima (2024), Costa *et al.* (2022), Marques *et al.* (2024) e Santos *et al.* (2023), que utilizam abordagens quantitativas com análises estatísticas simples ou avançadas, incluindo técnicas multivariadas e modelagem por equações estruturais. Paralelamente, identificam-se pesquisas que adotam abordagens qualitativas, especialmente revisões integrativas, como em Silva (2022) e Amorim *et al.* (2025), bem como estudos que combinam enfoques quali-quantitativo, como os de Godoi e Pereira (2024), Cristo *et al.* (2024) e Souza e Diascânio (2024), que integram questionários, entrevistas e análise interpretativa. De modo geral, as pesquisas utilizaram em sua maioria o método quantitativo e do uso do questionário como instrumento principal, ao mesmo tempo em que demonstra um movimento crescente em direção a métodos



mistos e a análises estatísticas mais robustas, refletindo a busca por maior profundidade e rigor na investigação do comportamento financeiro.

5 Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar os determinantes do comportamento financeiro dos profissionais contábeis, a partir de uma análise bibliográfica das pesquisas publicadas entre 2022 e 2025, considerando fatores cognitivos, educacionais e socioeconômicos. A partir da revisão sistematizada da literatura recente, foi possível compreender que o comportamento financeiro desse grupo profissional constitui um fenômeno complexo e multidimensional, que não se limita ao domínio técnico proporcionado pela formação contábil.

Os resultados evidenciam que, embora os profissionais contábeis apresentem maior familiaridade com práticas de planejamento, controle e gestão financeira, o conhecimento técnico, isoladamente, não garante comportamentos financeiros equilibrados. Fatores cognitivos, como vieses de julgamento, heurísticas e emoções, exercem influência significativa sobre as decisões financeiras, confirmando os pressupostos das finanças comportamentais e da contabilidade comportamental. Assim, mesmo profissionais qualificados demonstram suscetibilidade a decisões influenciadas por aspectos subjetivos, especialmente em contextos de incerteza ou pressão econômica.

No que se refere aos determinantes educacionais, a literatura analisada aponta que a alfabetização financeira e a formação acadêmica contribuem positivamente para o desenvolvimento de hábitos financeiros mais conscientes, como o planejamento orçamentário e o controle de gastos. Entretanto, os estudos revelam que a efetividade desse



conhecimento depende da capacidade de aplicá-lo na prática cotidiana, sendo necessária a integração entre conteúdos técnicos e o desenvolvimento de competências comportamentais e emocionais. Esse achado reforça a importância de estratégias formativas que transcendam a dimensão cognitiva e promovam mudanças efetivas de comportamento.

Quanto aos fatores socioeconômicos, os resultados indicam que variáveis como renda, estabilidade ocupacional e bem-estar financeiro influenciam diretamente o comportamento financeiro dos profissionais contábeis. Observou-se que contextos de maior estabilidade econômica tendem a favorecer decisões mais prudentes e maior controle financeiro, enquanto situações de instabilidade ampliam a vulnerabilidade a comportamentos impulsivos e ao uso inadequado do crédito. Tais evidências demonstram que o comportamento financeiro é moldado pela interação entre condições estruturais e características individuais.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o fortalecimento do diálogo entre contabilidade, psicologia econômica e educação financeira, ao evidenciar que a compreensão do comportamento financeiro dos profissionais contábeis exige uma abordagem interdisciplinar. A articulação entre os eixos temáticos identificados nos resultados: educação financeira, vieses cognitivos, formação contábil, perfil financeiro e bem-estar econômico, amplia o entendimento sobre os fatores que condicionam a tomada de decisão financeira nesse grupo.

Em termos práticos, os achados sugerem a necessidade de aprimoramento das ações educacionais e institucionais voltadas aos profissionais contábeis, incorporando conteúdos de educação financeira aplicada, contabilidade comportamental e gestão emocional das finanças. Instituições de ensino, conselhos profissionais e organizações podem utilizar essas evidências para desenvolver programas



formativos que promovam maior autocontrole decisório, racionalidade econômica e bem-estar financeiro.

Como limitações, destaca-se o fato de o estudo se basear exclusivamente em dados secundários, provenientes da literatura analisada, o que impede inferências empíricas diretas sobre o comportamento financeiro dos profissionais contábeis. Ademais, o recorte temporal adotado pode ter restringido a inclusão de estudos relevantes de outros períodos. Nesse sentido, recomenda-se que pesquisas futuras avancem por meio de investigações empíricas, com uso de métodos quantitativos, qualitativos ou mistos, bem como estudos longitudinais que permitam acompanhar a evolução do comportamento financeiro ao longo do tempo. Sugere-se, ainda, a ampliação das análises para diferentes contextos regionais e comparações interculturais, a fim de aprofundar a compreensão dos determinantes do comportamento financeiro no campo contábil.

Referências

BARBOSA CAMPOS, V.; LEITE BATISTA DA COSTA, W. P.; DANTAS DA SILVA, J.; PEDROSA SILVA, S. L.; FÉLIX JÚNIOR, L. A. O comportamento decisório de alunos e profissionais contábeis em cenários sobre investimentos. **Omnia Sapientiae**, Mossoró, RN, v. 2, n. 1, p. 37-57, 2022. Disponível em: <https://omniasapientiae.emnuvens.com.br/omnia/article/view/33>. Acesso em: 25 out. 2025.

CAMPOS, E. M.; CONFESSOR, K. L. A.; AMORIM, B. P. Discussões da educação financeira entre os estudantes de ensino superior dos cursos administração, ciências contábeis e ciências econômicas de duas Universidades Públicas. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 13, p. e504111335705, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i13.35705. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/35705>. Acesso em: 25 out. 2025.

COSTA, D. S. **Análise de perfil do investidor dos profissionais de contabilidade de Natal**. 2025. 45 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025. Disponível em:



<https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/26098b8c-d934-48c9-9db3-bd6da32db80b/content>. Acesso em: 25 out. 2025.

CRISTO, K. N. et al. Comportamento financeiro dos discentes de graduação em ciências contábeis de uma universidade pública na Amazônia Oriental. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. e3374, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n3-178. Disponível em:

<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/3374>. Acesso em: 25 out. 2025.

DA SILVA, C. G. et al. A influência da educação financeira: uma análise das decisões financeiras dos acadêmicos do curso de ciências contábeis em instituições de ensino superior pública da Paraíba. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 16, n. 9, p. 17746-17760, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.9-235. Disponível em:

<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2269>. Acesso em: 25 out. 2025.

DE AMORIM FLORIANO, P. et al. A estabilidade financeira impacta o nível de alfabetização financeira dos indivíduos? Does financial stability impact the financial literacy level of individuals? **Revista Visão: Gestão Organizacional**, Caçador (SC), Brasil, v. 12, n. 2, p. e3228-e3228, 2023. DOI: 10.33362/visao.v12i2.3228. Disponível em:

<https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/3228>. Acesso em: 25 out. 2025.

FONTES, S. V. A influência da educação financeira no processo decisório: um ensaio baseado na teoria da contabilidade mental. **RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades**, UFAM, v. 7, n. 2, p. 321-334, jul.-dez. 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/12912>. Acesso em: 25 out. 2025.

GUZATTI, N. C.; DE ABREU PERES, L. C. Comportamento financeiro pessoal: uma análise do perfil dos docentes do curso de Ciências Contábeis. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 141-159, 2022. DOI: 10.30681/ruc.v11i21.6105. Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/6105>. Acesso em: 25 out. 2025.

JACOB, D. A. et al. Determinantes da educação financeira: evidências de um estudo com especialistas financeiros. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 5, n. 5, p. e8122, 2025. DOI: 10.56083/RCV5N5-055. Disponível em:



<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/8122>. Acesso em: 25 out. 2025.

LIMA, C.; LIMA, T.; RABELO, B. A influência da ansiedade, atitude, tensão e impulsividade no comportamento financeiro. **Aracê**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 18896-18916, 2024. DOI: 10.56238/arev6n4-462. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/2600>. Acesso em: 25 out. 2025.

MARQUES, N. de S. et al. Conhecimento financeiro em estudantes de graduação: impactos no comportamento financeiro e implicações para a educação superior. **Administração: Ensino e Pesquisa**, [S. l.], v. 24, n. 3, 2024. DOI: 10.13058/raep.2023.v24n3.2430. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/2430>. Acesso em: 25 out. 2025.

MONTEIRO JÚNIOR, R. W. R. et al. O efeito da crise econômica sobre as finanças pessoais dos acadêmicos de Administração, Contabilidade e Economia da Universidade Federal do Amazonas. **UFAM Business Review - UFAMBR**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 20-43, 2022. DOI: 10.47357/ufambr.v4i1.6264. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/ufambr/article/view/6264>. Acesso em: 25 out. 2025.

OLIVEIRA, R. O. de. Literacia financeira de profissionais que atuam em instituições bancárias. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 12, n. 9, p. e3012943063, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i9.43063. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/43063>. Acesso em: 25 out. 2025.

OLIVEIRA, S. P. de et al. Determinantes do comportamento financeiro pessoal: um estudo com cidadãos brasileiros. **RACEF - Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, [Ribeirão Preto], v. 13, n. 1, p. 178-197, 2022. Disponível em: <https://racef.fundace.org.br/index.php/racef/article/view/903>. Acesso em: 25 out. 2025.

PEREIRA, L. F. B.; GODOI, I. R. Análise da contribuição do ensino do curso de ciências contábeis na gestão financeira pessoal dos acadêmicos da UEG - Unidade Jaraguá. 2024. 33 f. **Artigo Científico (Ciências Contábeis) - Universidade Estadual de Goiás, Jaraguá**, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ueg.br/jspui/handle/riueg/5762>. Acesso em: 25 out. 2025.



QUEIROZ, Í. C. de O. et al. Teoria do prospecto: um estudo da influência dos vieses cognitivos no julgamento dos profissionais atuantes na área contábil. **RACEF - Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace, Ribeirão Preto**, v. 14, n. 3, p. 79-96, 2023. DOI: <https://doi.org/10.13059/racef.v14i3.1090>. Acesso em: 25 out. 2025.

SILVA, A. O. dos A.; SENA, T. R. Finanças pessoais: um estudo da gestão financeira pessoal dos profissionais contábeis da cidade de Salvador - BA. **CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 10, n. 1, p. 22-40, jan.-jun. 2023. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/contabilometria/article/view/2632>. Acesso em: 25 out. 2025.

SILVA, D. D. et al. Noções de contabilidade no gerenciamento pessoal: benefícios para as finanças familiares. **GETEC**, v. 24, p. 25-42, jul. 2025. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/3941>. Acesso em: 25 out. 2025.

SILVA, P. C. C. da. A contabilidade e o gerenciamento das finanças pessoais. **Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 23-30, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i12.7968. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7968>. Acesso em: 25 out. 2025.

SOUZA, E. A. de; DIASCÂNIO, J. M. A disciplina finanças pessoais do curso de graduação em ciências contábeis e a sua influência nos hábitos financeiros dos estudantes deste curso. **Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 1440-1452, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i1.13036. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13036>. Acesso em: 25 out. 2025.





Capítulo 04

MINORIAS SOCIAIS NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS ESTUDANTES

Adrian Daniel de Medeiros

Graduando em Ciências Contábeis pela UERN
E-mail: adrian20240042693@alu.uern.br

Alice Maria Da Silva Maia

Graduanda em Ciências Contábeis pela UERN
E-mail: alice20240042755@alu.uern.br

Anne Katherine Góis De Albuquerque

Graduanda em Ciências Contábeis pela UERN
E-mail: anne20240042998@alu.uern.br

Lyza Ádria Monte De Andrade

Graduanda em Ciências Contábeis pela UERN
E-mail: lyza20240051039@alu.uern.br

Maria Clara Barbosa Silva

Graduanda em Ciências Contábeis pela UERN
E-mail: maria20240051610@alu.uern.br

Maria Rejane De Lima

Graduanda em Ciências Contábeis pela UERN
E-mail: maria20240051315@alu.uern.br

Wênkyka Preston Leite Batista Da Costa

Pós-doutorado em Ciências Contábeis
E-mail: wenykaleite@uern.br

Jandeson Dantas Da Silva

Doutorado em Ciências Contábeis
E-mail: jandesondantas@uern.br

Resumo

A diversidade nos cursos de Ciências Contábeis ainda enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à inserção e permanência de minorias sociais. Este estudo teve como objetivo identificar o perfil desses grupos em um curso de Ciências Contábeis e analisar como o pertencimento a minorias influencia a trajetória acadêmica dos estudantes. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa, com 54 discentes de uma universidade pública,



utilizando questionário fechado adaptado de Rodrigues, Nganga e Moreira (2023). Os resultados revelaram predominância de jovens entre 18 e 24 anos, maioria feminina e branca, com significativa parcela oriunda de escolas públicas e de famílias com renda de até três salários-mínimos. Observou-se ainda baixa experiência profissional, especialmente na área contábil, além de indícios de sentimentos relacionados à síndrome do impostor, como dificuldade em aceitar elogios, insegurança diante das conquistas e percepção de inferioridade em relação aos colegas. Esses achados reforçam a necessidade de políticas institucionais que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso de estudantes de grupos minoritários. A pesquisa contribui para a literatura ao dar visibilidade a uma temática ainda pouco explorada na área contábil, além de oferecer subsídios práticos para universidades e gestores educacionais. Como limitação, destaca-se a amostra restrita, o que demanda futuras investigações em diferentes contextos e com métodos mistos, capazes de aprofundar a compreensão das experiências vividas por esses estudantes.

Palavras-chave: Diversidade; Minorias sociais; Ciências Contábeis; Inclusão acadêmica

1 Introdução

A diversidade nos espaços acadêmicos é um tema de crescente relevância nos debates contemporâneos, e a área da contabilidade não é exceção. Estudos recentes, como o apresentado por Freitas, Maiellaro e Carvalho (2021), enfatizam a necessidade da diversidade nesses ambientes, destacando seus benefícios. No âmbito acadêmico, a diversidade cria um ambiente acolhedor e inclusivo, onde todos os alunos se sentem valorizados e respeitados, reduzindo os índices de *bullying* e promove uma cultura de respeito mútuo, enriquecendo o ambiente escolar e preparando os alunos para atuarem em um mundo globalizado e plural.

Além disso, a diversidade também traz benefícios nos ambientes de trabalho, como aponta Ferreira (2007), pois equipes diversas tendem a ser mais inovadoras, criativas e eficazes, melhorando a resolução de problemas e tomada de decisões. Portanto, a diversidade é fundamental para criar



ambientes acadêmicos e profissionais saudáveis, inclusivos e produtivos. Esses estudos tornam claro como é essencial promover e valorizar a diversidade em todos os níveis, desde a educação até o mercado de trabalho, pois ela é um fator chave para o sucesso em todos os âmbitos.

No entanto, a representação e a abordagem sobre o tema de minorias sociais nas ciências contábeis ainda é algo escasso e que enfrenta desafios, limitando o potencial de inovação e criatividade nesse campo. Essa dificuldade pode ser atribuída a fatores históricos e culturais, como a percepção da profissão contábil como um ambiente homogêneo e conservador, dominado por homens brancos heterossexuais. Essa visão influencia a escolha de carreira, dificultando a inclusão de outros grupos sociais e afetando negativamente suas expectativas e oportunidades (Nganga e Moreira, 2023). Além disso, sendo um curso que historicamente tem se voltado mais para questões mais técnicas e teóricas, temas como diversidade e inclusão acabam sendo pouco abordados ou simplesmente deixado de lado pela maioria dos alunos e dos próprios profissionais da área, o que limita a compreensão dos desafios enfrentados por minorias sociais e dificulta a implementação de medidas para promover a equidade (Silva e Zanata, 2021).

Diante do exposto, o estudo possui o seguinte questionamento de pesquisa: qual o perfil das minorias sociais no curso de Ciências Contábeis? Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa é identificar o perfil das minorias sociais no curso de ciências contábeis e avaliar se pertencer a grupos minoritários influencia, de alguma forma, na formação dos estudantes.

O estudo justifica-se pela relevância social e acadêmica do tema, uma vez que a presença de minorias na universidade ainda é marcada por desafios de permanência, preconceito e desigualdade (Urquiza, 2014; Amaral e Simões,



2018). Estudos como os de Rodrigues, Nganga e Moreira (2023) evidenciam que sentimentos ligados à síndrome do impostor são comuns entre esses grupos, afetando a autoconfiança e a vivência acadêmica. Da mesma forma, pesquisas de Ribeiro et al. (2020) e Assis, Carvalho e Saraiva (2018) demonstram que a discriminação e as barreiras institucionais se refletem no mercado de trabalho, limitando oportunidades e trajetórias profissionais. Assim, compreender o perfil das minorias sociais no ensino contábil é fundamental não apenas para dar visibilidade a essas realidades, mas também para subsidiar ações que promovam inclusão, equidade e uma formação acadêmica mais justa e representativa no campo da contabilidade.

2 Referencial Teórico

2.1 Minorias sociais no curso de Ciências Contábeis

Rodrigues, Nganga e Moreira (2023) considera que os estereótipos que circundam a área da Contabilidade apontam para o perfil do profissional contábil sendo homem, branco e heterossexual. Tal preceito se faz presente de forma dominante no ambiente contábil, porém quando se nota as características de preconceito dos contadores, estão mais ligadas a ser comunicativo, trabalho em equipe, pensamento crítico, empatia, liderança e dentre outros atributos que devem fazer parte do perfil de um contador o que independe do seu gênero, sexualidade e cor.

Como pontuado por Rodrigues, Nganga e Moreira (2023) pode-se entender melhor sobre os desafios enfrentados pelos grupos minoritários. Segundo Ferreira (2007), sabe-se que os grupos minoritários estão inseridos em todas as áreas profissionais, porém, a discriminação em ambientes conservadores pode ser forte e decisiva na carreira desses



sujeitos. Diante disso é notório as dificuldades que eles passam para obter visibilidade no meio contábeis e por conta da discriminação enraizada na sociedade não tem possibilidade de crescimento profissional, visto que o mercado de trabalho se fecha para eles, impossibilitando dos mesmos trabalharem mesmo possuindo formação e conhecimento para isso.

Conforme o exposto, surge a necessidade de entender e estudar a existência de minorias sociais no curso de ciências contábeis. Analisado o estudo de Rodrigues, Nganga e Moreira (2023) percebe-se que existem grupos minoritários de raça, gênero e sexualidade que se sentem rebaixados ao serem julgados por suas características, o que, visa estudar o tema, uma vez que no mercado de trabalho essas pessoas podem ter sua excelência e efetividade afetada pelos sentimentos impostores.

No presente momento, visando melhorar a vivência dessas minorias no curso de ciências contábeis é interessante o estudo de Machado (2021) onde cita a luta das minorias sociais na sociedade. De volta ao estudo de Rodrigues, Nganga e Moreira (2023) é proposto que docentes das universidades executem medidas de inclusão dessas minorias no curso de ciências contábeis. Outra medida que pode ser aplicada é realizada pelos discentes, isto é, desenvolver a conscientização e acolhimento de seus colegas presentes nas minorias, é preciso a luta conjunta para acabar com os sentimentos impostores para a formação de profissionais capacitados independente de suas características.

2.2 Estudos anteriores

Neste tópico, optou-se por apresentar os estudos anteriores acerca da temática de pesquisa, a busca foi realizada no dia 14/10/2024 por meio da base de dados do



Periódico CAPES utilizando Minorias AND Contabilidade e Minorias AND Ensino, como palavras-chave. Dessa forma, apresenta-se no Quadro 01 os resultados obtidos com a pesquisa.

Quadro 01: Estudos anteriores acerca da temática

TÍTULO	OBJETIVO	AUTORES E ANO
Minorias sociais no curso de ciências contábeis: uma análise do perfil dos estudantes de graduação.	Identificar e analisar a influência de sentimentos impostores e estereótipos em relação à gênero, raça e sexualidade nas experiências acadêmicas de estudantes de Ciências Contábeis pertencentes a grupos minoritários.	Rodrigues, Nganga e Moreira (2023).
Direitos humanos e educação intercultural: as fronteiras da exclusão e as minorias sub-representadas – os indígenas no ensino superior.	Tem como objetivo traçar algumas reflexões acerca da temática da diversidade e sua interface com a educação intercultural, a partir dos direitos das minorias sub-representadas, os indígenas.	Urquiza (2014).
Como entender e atender aos direitos das minorias?	O objetivo é auxiliar na construção da hermenêutica dos direitos das minorias.	Ávila (2014).
Desafios institucionais à inclusão de estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior.	Analisar as concepções e atitudes dos docentes face à inclusão dos estudantes com NEE no Ensino Superior.	Borges et al. (2017).
Direitos humanos: síntese histórica dos direitos das minorias.	Abordar o tema Direitos Humanos: Síntese Histórica dos Direitos das Minorias.	Machado (2021)
Organizational policies for inclusion: practices of respect towards sexual and gender minorities.	Apresentar e analisar propostas de políticas organizacionais para a inserção e permanência de minorias sexuais e de gênero no mercado de trabalho.	Ribeiro, et al. (2020).
A relação entre a escolaridade e a pobreza: uma análise das políticas para democratização do acesso ao ensino superior no Brasil.	Analisar as políticas para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil	Amaral e Simões (2018).
Perspectiva inclusiva no contexto do ensino de engenharia e tecnologia	O objetivo foi verificar quais as possíveis discussões sobre inclusão na área da Engenharia, considerada, por alguns, como “ciência dura”.	Silva e Zanata (2021).



Igualdade formal e discriminação efetiva de mulheres no ambiente de trabalho bancário	O objetivo é problematizar a existência de práticas discriminatórias contra as minorias nas organizações, em particular as mulheres.	Assis, Carvalho e Saraiva (2018).
O não-lugar de mulheres-mães na educação: ingresso à docência e a permanência no ensino superior	Este artigo tem como objetivo estudar e analisar o não-lugar de mulheres-mães no campo da educação.	Pizolati (2023).

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Conforme apresentado no quadro 01, o estudo de Rodrigues, Nganga e Moreira (2023) objetivou identificar e analisar a influência de sentimentos impostores e estereótipos nas relações acadêmicas de estudantes do curso de Ciências Contábeis, como contribuições o estudo destaca que os discentes pertencentes a grupos minoritários podem, de certa forma, se sentirem segregados e oprimidos no âmbito contábil, devido aos moderados e frequentes níveis de sentimentos impostores resultantes do estudo.

No estudo de Urquiza (2014) objetivou traçar reflexões acerca da temática da diversidade e sua interface com a educação intercultural, a partir dos direitos dos povos indígenas. Como contribuições o estudo destaca a realidade dos povos indígenas no estado de Mato Grosso do Sul e a permanência deles nas Universidades como um direito à diversidade cultural.

A pesquisa de Ávila (2014) discorre acerca da proteção dos direitos das minorias nas democracias, abordando aspectos como identidade cultural, práticas sociais, consciência individual e atividades religiosas. O estudo ressalta os desafios enfrentados pelos governos, como a ausência de associações protetivas, as limitações nos debates e a dificuldade em garantir soluções efetivas para essas questões.

O estudo de Borges *et al.* (2017) tem como principais objetivos analisar as dificuldades enfrentadas por alunos com necessidades educativas especiais (NEE) no Ensino



Superior (ES), como a falta de equipamentos e ausência de apoio pedagógico adequado para os alunos, além de sugerir estratégias e propostas de políticas públicas que garantam a inclusão acadêmica e social dos estudantes com NEE nas instituições de ensino superior. Como principais contribuições, os autores evidenciam que a inclusão de alunos com NEE no Ensino Superior depende mais da “boa vontade” das instituições do que de políticas formais de inclusão, bem como propõe a criação e implementação de legislação nacional que promova a inclusão, como o Desenho Universal para a Aprendizagem, que visa acessibilidade e inclusão aos estudantes.

Machado (2021) analisou a história dos direitos das minorias, ressaltando a relevância de protegê-los para enfrentar a discriminação. O estudo destaca que o resgate histórico é necessário para construção de um futuro mais justo e reforça o princípio de igualdade previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal.

Ribeiro *et al.* (2020) estudaram as políticas de inclusão de minorias sexuais e de gênero e mostraram que ações simples e baixo custo já podem trazer avanços para a igualdade no trabalho. Os autores ressaltam, porém, que ainda é preciso investigar se essas iniciativas realmente acontecem no dia a dia das organizações.

O estudo de Amaral e Simões (2018) apresenta uma análise a democratização do acesso ao Ensino Superior no Brasil enquanto mecanismo de inclusão social das minorias e superação da pobreza, como contribuições o estudo destaca que as atuais políticas educacionais analisadas no artigo, podem ser consideradas políticas de redistribuição de oportunidades e de inclusão social, contudo enquanto política de enfrentamento à pobreza ainda se faz necessário combiná-las com políticas de crescimento econômico e de



redistribuição de renda. Além disso, o estudo mostra para reduzir a pobreza no Brasil é necessário definir uma estratégia ancorada em políticas redistributivas tanto de renda quanto de oportunidades que priorizem a redução das desigualdades.

Assis, Carvalho e Saraiva (2018) analisaram a problematização sobre a existência de práticas discriminatórias contra as minorias nas organizações, em particular as mulheres, do Banco da Pátria, destacando a hierarquização e a cultura organizacional. Embora a instituição promova a igualdade formal ao permitir a entrada de mulheres e minorias, na prática, esses grupos enfrentam barreiras significativas, como preconceitos que dificultam seu crescimento dentro da área de trabalho. As mulheres dentro desse contexto, são constantemente discriminadas, sendo objeto de piadas, sofrendo discriminação por serem quem são. Uma das causas a qual dificultam as mulheres dentro do ambiente de trabalho são os casos de situações simultâneas de gravidez. Que esse tema possui bastante relação com o curso de Ciências Contábeis é evidente, pois mulheres e minorias, que frequentemente representam uma minoria em áreas como finanças e contabilidade, podem vivenciar desafios semelhantes ao tentar avançar em suas carreiras. No banco, a predominância de homens e a resistência à mudança, como destacado pela atitude de Maruta, refletem um ambiente que ainda carece requer de verdadeira inclusão. Essa situação ressalta a necessidade de ações proativas, como políticas de diversidade e inclusão, para garantir que a igualdade formal se torne em oportunidades efetivas e reconhecimento no campo profissional, especialmente para aquelas que pertencem a grupos historicamente marginalizados.

Na pesquisa de Silva e Zanata (2021) destaca-se a inclusão de diversidades nas Engenharias, tanto no âmbito



acadêmico quanto nas práticas formativas. A atenção dada a questões inclusivas mostra que a área está acolhendo populações anteriormente excluídas. No entanto, a presença de grupos como pessoas com necessidades especiais, minorias e mulheres ainda é limitada. O estudo reflete a necessidade de adotar uma abordagem inclusiva ampla, em consonância com os princípios da Declaração de Salamanca. As autoras reforçam que em tempos de pandemia e desafios sociais, é fundamental fortalecer a equidade, solidariedade e inclusão em todos os aspectos da sociedade para superar as fragilidades.

O estudo de Pizolati (2023) destaca o impacto do trabalho doméstico exclusivo das mulheres, que as limita a viver para os outros, privando-as de serem elas mesmas. Um estudo sobre mulheres-mães no ensino superior noturno revela diversos desafios enfrentados, como levar os filhos para a sala de aula, denunciando a exclusão nas instituições de ensino. Como contribuições a pesquisa denuncia a exclusão de mulheres-mães no ambiente de ensino superior, mostrando as dificuldades enfrentadas por elas, bem como chama atenção para a necessidade de novas análises sobre políticas educacionais para enfrentar as barreiras impostas a esse grupo minoritário.

3 Método

Esta pesquisa possui caráter descritiva, pois possibilita compreender fenômenos sociais a partir da descrição de suas variáveis e elementos, oferecendo subsídios para análises e interpretações mais amplas (Raupp e Beuren, 2006).

Quanto aos procedimentos técnicos, optou-se pelo levantamento (*survey*), que se mostrou adequado diante do objetivo de identificar o perfil das minorias sociais e compreender suas experiências acadêmicas. Essa técnica possibilita coletar informações diretamente junto aos



respondentes por meio de questionários estruturados, permitindo a análise de um número significativo de variáveis em um período reduzido. Em relação a abordagem do problema o estudo adota a abordagem quantitativa (Beuren, 2009).

A pesquisa teve como universo os discentes do curso de Ciências Contábeis de uma universidade pública, sendo a amostra final composta por 54 estudantes. A escolha desse grupo se justifica pela necessidade de compreender como questões de diversidade e inclusão se manifestam em cursos tradicionalmente associados a uma identidade homogênea, ainda marcada por estereótipos sociais e profissionais (Rodrigues, Nganga e Moreira, 2023).

O instrumento de coleta de dados consistiu em um questionário, elaborado a partir de adaptação do estudo de Rodrigues, Nganga e Moreira (2023), que investigou sentimentos impostores e estereótipos no ambiente acadêmico. O questionário foi organizado com em dois blocos, sendo o primeiro com informações acerca do perfil dos respondentes, seguido por cinco questionamentos fechado e um questionamento aberto acerca da percepção dos estudantes sobre a existência de padrões de perfis, estereótipos e barreiras no curso de Ciências Contábeis.

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva (médias, frequências e porcentagens), além disto, foi aplicada a análise de conteúdo na questão aberta, resultando em uma nuvem de palavras acerca da percepção dos estudantes sobre estereótipos e barreiras no curso.

4 Resultados e discussões

Neste tópico, são apresentados os resultados e discussões da pesquisa, onde inicialmente destaca-se o perfil sociodemográfico dos estudantes do curso de Ciências Contábeis, enfatizando informações acerca da idade, gênero,



cor, sexualidade e renda familiar dos respondentes (Tabela 1)

Tabela 1: Perfil dos respondentes

Perfil	Opções	Frequência	Porcentagem (%)
Idade	18 a 24 anos	47	87.04
	25 a 39 anos	6	11.11
	40 a 59 anos	1	1.85
Gênero	Feminino	30	55.56
	Masculino	24	44.44
Cor	Branco	30	55.56
	Pardo	23	42.59
	Preto	1	1.85
Sexualidade	Heterossexual	47	87.04
	Homossexual	4	7.41
	Prefiro não responder.	2	3.7
	Bissexual	1	1.85
Renda Familiar	De 1 a 3 salários mínimos	24	44.44
	Até 1 salário mínimo	13	24.07
	De 3 a 5 salários mínimos	11	20.37
	Acima de 5 salários mínimos	6	11.11

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Por meio dos dados apresentados, observa-se uma predominância de jovens, sendo que 87,04% possuem entre 18 e 24 anos, perfil compatível com o ingresso recente no ensino superior. Essa característica evidencia que a maioria dos estudantes se encontra no início de sua trajetória acadêmica.

No recorte de gênero, destaca-se uma maior participação de mulheres (55,56%), o que representa uma leve quebra no estereótipo tradicional de que a área contábil seria predominantemente masculina, conforme discutido por Rodrigues, Nganga e Moreira (2023), que mencionam o perfil histórico do contador como homem, branco e heterossexual.

Quanto à cor/raça, nota-se uma predominância de brancos (55,56%) e pardos (42,59%), enquanto a presença de estudantes pretos é mínima (1,85%). Esse dado reforça a reflexão sobre a sub-representação de pessoas negras no ensino superior, especialmente em cursos historicamente marcados por certa homogeneidade, como aponta Urquiza (2014) e Amaral e Simões



(2018), que destacam os desafios para a inclusão efetiva de grupos racializados.

Em relação à sexualidade, a maioria se identifica como heterossexual (87,04%), enquanto pessoas homoafetivas, bissexuais e aquelas que preferiram não responder somam 12,96%. Este dado revela que, embora haja a presença de diversidade sexual no curso, ela ainda é pouco expressiva, o que se alinha com os achados de Ribeiro *et al.* (2020) sobre os desafios enfrentados por minorias sexuais em ambientes acadêmicos e profissionais.

O recorte socioeconômico demonstra que 68,51% dos estudantes possuem renda familiar de até 3 salários-mínimos, evidenciando a realidade de estudantes de classes populares. Este fator dialoga diretamente com os estudos de Amaral e Simões (2018), que discutem como as políticas públicas de acesso ao ensino superior permitiram maior inclusão social, mas também ressaltam os desafios enfrentados por esses grupos para se manterem na universidade. Portanto, os dados da pesquisa reforçam a necessidade de políticas afirmativas e de acolhimento que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso desses estudantes, especialmente daqueles pertencentes a minorias sociais.

Em seguida, apresentam-se as informações acadêmicas dos discentes de ciências contábeis, enfatizando a instituição que cursou o ensino médio e o tempo de ingresso no curso (Tabela 2).

Tabela 2: Informações acadêmicas

Informações acadêmicas	Opções	Frequência	Porcentagem (%)
Instituição que cursou Ensino médio	Pública	38	70.37
	Privada	16	29.63
Tempo de ingresso no curso de ciências contábeis	Menos de 1 ano	49	90.74
	De 3 a 5 anos	3	5.56
	De 1 a 2 anos	2	3.7

Fonte: Dados da pesquisa (2025).



Os dados indicam que a maioria dos estudantes (70,37%) cursou o ensino médio em escolas públicas, enquanto 29,63% vieram da rede privada, refletindo a presença de alunos da rede pública no ensino superior, possivelmente favorecida por políticas de acesso, como cotas e programas de financiamento. Quanto ao tempo de ingresso no curso, observa-se que 90,74% dos respondentes estão há menos de 1 ano na graduação, enquanto apenas 3,70% estão entre 1 e 2 anos e 5,56% estão há 3 a 5 anos. Em seguida, são apresentadas informações acerca da experiência profissional (Tabela 3).

Tabela 3: Informações acerca da experiência profissional

Experiência	Opções	Frequência	Porcentagem (%)
Experiência Profissional	Não	31	57.41
	Sim	23	42.59
Experiência Contábil	Não	50	92.59
	Sim	4	7.41

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De acordo com os resultados, observa-se que 57,41% dos estudantes declararam não possuir qualquer experiência profissional, o que pode estar fortemente relacionado ao fato de que 90,74% dos respondentes estão no primeiro ano do curso, conforme demonstrado anteriormente na Tabela 2. Por outro lado, 42,59% dos participantes afirmaram já ter tido algum tipo de experiência profissional, o que sugere uma tentativa de inserção no mercado, aspecto que dialoga com a realidade de estudantes de baixa renda, tal como discutido por Amaral e Simões (2018).

Em contrapartida, no que se refere à atuação específica na área contábil, apenas 7,41% relataram ter experiência, enquanto 92,59% nunca atuaram na profissão. Essa discrepância entre teoria e prática é preocupante, pois pode afetar a formação técnica dos alunos e, conseqüentemente, aumentar os sentimentos de insegurança e inadequação. Além disso, essa percepção é ainda mais sensível para estudantes pertencentes a minorias sociais, os quais enfrentam



obstáculos adicionais para acessar o mercado, como apontado por Ferreira (2007) e Ribeiro et al. (2020). Ademais, essa ausência de prática contribui para o surgimento de sentimentos Impostores, especialmente entre minorias sociais, como mostram Rodrigues, Nganga e Moreira (2023). Diante desse cenário, torna-se urgente promover ações que articulem teoria e prática desde os primeiros períodos do curso, garantindo formação mais equitativa e fortalecendo a autoconfiança dos futuros profissionais.

Na sequência, apresentam-se resultados da pesquisa referente a sentimentos subjetivos relacionados à autoconfiança, autoestima e percepção de competência dos discentes de ciências contábeis (Tabela 4).

Tabela 4: Dificuldades em aceitar elogios sobre sua inteligência ou realizações

Costuma sentir dificuldades em aceitar elogios sobre sua inteligência ou realizações?	Frequência	Porcentagem (%)
Às vezes	21	38.89
Não é verdade	14	25.93
Frequentemente	10	18.52
Raramente	7	12.96
Muito verdadeiro	2	3.7

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A Tabela 4 demonstra as dificuldades que os participantes enfrentam ao receber elogios relacionados à sua inteligência ou realizações, revelando aspectos relevantes sobre autoestima e autopercepção. O maior grupo de respondentes (38,89%) afirmou que "às vezes" sente dificuldade em aceitar elogios, o que indica um desconforto moderado e não constante. Já 25,93% relataram que essa afirmação "não é verdadeira", o que demonstra que uma parte significativa da amostra lida bem com o reconhecimento de suas qualidades e conquistas, revelando maior segurança emocional e autoconfiança.

Por outro lado, os dados mais detalhados mostram que 18,52% dos participantes relataram sentir essa dificuldade



com frequência, enquanto 12,96% afirmaram que ela ocorre raramente. Um grupo menor, de 3,7%, considerou "muito verdadeiro" que tem dificuldade em aceitar elogios, indicando um nível elevado de resistência ao reconhecimento positivo. Esses dados sugerem que, embora nem todos enfrentem essa dificuldade de forma intensa, uma parte da amostra pode estar vivenciando sentimento de insegurança, autocrítica excessiva ou até sintomas da síndrome do impostor, uma condição em que a pessoa sente que não merece o sucesso que alcançou. Esse resultado demonstra a necessidade de ações que fortaleçam a autoconfiança e incentivem o reconhecimento das próprias conquistas.

Em continuidade aos achados da pesquisa, destaca-se na Tabela 5 o sucesso nas realizações ou projetos são apenas graças a sorte/acaso.

Tabela 5: Sucesso nas realizações ou projetos são apenas graças a sorte/acaso

Costuma sentir que o sucesso em suas realizações ou projetos são apenas graças a sorte/acaso, e não de seu real esforço ou inteligência?	Frequência	Porcentagem (%)
Raramente	18	33.33
Não é verdade	14	25.93
Às vezes	12	22.22
Frequentemente	8	14.81
Muito verdadeiro	2	3.7

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A luz dos dados apresentados e os estudos precursores sobre o sentimento de impostor, nota-se que muitos indivíduos apresentam dificuldade em reconhecer o próprio mérito, atribuindo suas realizações a fatores externos como sorte ou acaso (Clance e Imes, 1978). Na pesquisa realizada com estudantes de Ciências Contábeis, observa-se a predominância das categorias de discordância em relação a afirmação sobre a atribuição do sucesso à sorte ou acaso. A categoria "Raramente" possui 33,33% das respostas e a categoria "Não é verdade" com 25,93%. Isso indica que os estudantes, em sua



maioria, conseguem perceber e validar seus próprios esforços como os responsáveis por suas conquistas.

Por outro lado, a categoria “Às vezes” possui 22,22% de respostas, demonstrando que, em alguns momentos, ainda existe insegurança quanto ao próprio mérito. Ressalta-se que o ambiente acadêmico pode ser extremamente exigente, moldando o estudante a atingir ou até mesmo superar as expectativas. Por fim, as categorias que representam maior concordância com a ideia que o sucesso decorre de sorte ou acaso são as de “Frequentemente” e “Muito verdadeiro”, possuindo respectivamente 14,81% e 3,7%. Isso representa um grupo menor diante todas as categorias, mas necessita de atenção. Nesse sentido, quando tais pensamentos se tornam recorrentes o ambiente acadêmico e o futuro profissional desse indivíduo se tornam menos proveitoso (Meurer e Costa, 2020). Isso resulta em uma autossabotagem e declínio da aprendizagem dos estudantes.

Tabela 6: Lembrança das ocasiões em que não fez seu melhor quando possível

Costuma lembrar de ocasiões em que não fez seu melhor quando possível?	Frequência	Porcentagem (%)
Frequentemente	21	38.89
Às vezes	14	25.93
Muito verdadeiro	14	25.93
Raramente	4	7.41
Não é verdade	1	1.85

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Na pesquisa realizada com estudantes de Ciências Contábeis, observa-se que 38,89% responderam “Frequentemente” e 25,93% “Às vezes” à pergunta sobre recordar ocasiões em que não agiram da melhor forma possível. Isso mostra que a maioria dos estudantes lida constantemente com esse tipo de lembrança, o que pode indicar não apenas um desejo de evolução pessoal, mas também uma inclinação à autocrítica que, quando exagerada, se torna um obstáculo ao bem-estar emocional e acadêmico. Segundo Beck (1979), pensamentos disfuncionais e autocríticos tendem a surgir de



crenças negativas sobre si mesmo, podendo impactar diretamente a motivação e o desempenho.

Por outro lado, os 25,93% que consideraram “Muito verdadeiro” reforçam o impacto dessas lembranças, apontando que, para uma parte significativa dos respondentes, essa autorreflexão é intensa e pode se manifestar de forma constante. Embora refletir sobre os próprios erros possa ser positivo no processo de amadurecimento, a permanência desses pensamentos, sem ressignificação, pode gerar ansiedade, desmotivação e até comportamentos de autossabotagem. De acordo com Meurer e Costa (2020), quando o estudante se prende a falhas passadas sem transformá-las em aprendizado, há um risco elevado de comprometer o seu progresso acadêmico e emocional.

Já as respostas “Raramente” (7,41%) e “Não é verdade” (1,85%) demonstram que uma minoria dos participantes não se identifica com essa postura de cobrança interna. Isso pode indicar maior equilíbrio emocional ou estratégias mais eficazes de enfrentamento e aprendizado diante das falhas. Segundo Neenan e Dryden (2007), o desenvolvimento da resiliência cognitiva permite ao indivíduo enfrentar desafios sem se deixar paralisar por erros anteriores, promovendo maior estabilidade emocional.

Muitos estudantes sentem que poderiam ter feito mais, o que é natural, mas precisa ser acolhido com cuidado. Segundo Beck (1979) e Meurer e Costa (2020), superar esse tipo de pensamento envolve reconhecer os próprios acertos e valorizar a trajetória pessoal.

Tabela 7: Sentimento de que as pessoas ao redor são mais inteligentes ou capazes

Já sentiu que as pessoas ao seu redor são mais inteligentes ou capazes que você?	Frequência	Porcentagem (%)
Às vezes	19	35.19
Muito verdadeiro	16	29.63
Frequentemente	11	20.37



Raramente	5	9.26
Não é verdade	3	5.56

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Mediante análise dos dados apresentados, observa-se que as categorias “Às vezes”, “Muito verdadeiro” e “Frequentemente” somam 85,19% das respostas, evidenciando a forte presença dos sentimentos impostores entre os estudantes do curso de Ciências Contábeis. Tal resultado sugere que a maioria dos estudantes, em algum grau, questiona sua própria capacidade intelectual ou competência em relação aos colegas, que segundo Meurer e Costa (2020), pode impactar negativamente na autoestima e desempenho acadêmico fazendo-os menos proveitosos no ambiente acadêmico, além de acarretar, futuramente, limitações no desempenho profissional em ambientes corporativos.

Em contrapartida, as categorias “Raramente” e “Não é verdade” obtiveram 9,26% e 5,56%, respectivamente, isso representa que uma pequena parcela dos respondentes não sofre com sentimentos de incapacidade intelectual dentre as pessoas ao seu redor. Esses dados contrastam com a maioria das respostas que demonstra, em diferentes graus, o que Clance e Imes (1978) definiram como Fenômeno do impostor (FI), caracterizado pela dificuldade em internalizar conquistas e pelo medo constante de ser exposto como uma fraude, mesmo diante de evidências de sucesso. Diante disso, os dados analisados reforçam a necessidade de abordar questões emocionais e psicológicas no ambiente acadêmico, promovendo ações que favoreçam no desenvolvimento da autoconfiança e o reconhecimento das próprias capacidades pelos estudantes, fazendo com que esses futuros profissionais não carreguem limitações emocionais e intelectuais para o mercado de trabalho.

Na sequência, apresentam-se os dados acerca da hesitação em contar sobre os feitos a outros até que estes estejam consumados (Tabela 8).



Tabela 8: Hesitar em contar sobre feitos a outros até que estes estejam consumados

Costuma hesitar em contar sobre seus feitos a outros até que estes estejam consumados?	Frequência	Porcentagem (%)
Frequentemente	18	33.33
Às vezes	15	27.78
Muito verdadeiro	10	18.52
Raramente	9	16.67
Não é verdade	2	3.7

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A análise das respostas evidencia um padrão preocupante de insegurança acadêmica entre os estudantes. Um terço dos participantes (33,3%) afirma hesitar com frequência em compartilhar conquistas antes de concluí-las, o que demonstra a internalização de dúvidas quanto à própria capacidade. Tal comportamento pode refletir o medo de julgamento ou fracasso, especialmente entre minorias, que enfrentam pressões adicionais por validação e representatividade, conforme apontado por Rodrigues, Nganga e Moreira (2023).

Além disso, 28% dos estudantes relataram hesitar ocasionalmente, o que revela uma ambivalência emocional: embora reconheçam seus esforços, nem sempre se sentem seguros para expor suas realizações. Essa resposta pode estar associada a experiências de julgamento ou exclusão no ambiente acadêmico, reforçando a tese de Assis, Carvalho e Saraiva (2018), segundo a qual a autoconfiança de minorias sociais é oscilante, influenciada pelo contexto e pela receptividade do grupo.

Destaca-se ainda que 18,5% dos respondentes evitam compartilhar seus feitos até que estejam totalmente concluídos, demonstrando mecanismos de autocensura e à síndrome do impostor, marcada pelo medo de falhar publicamente. Como sugerem Ribeiro *et al.* (2020), tal fenômeno tende a se intensificar em ambientes conservadores, onde há maior rigidez quanto às expectativas de desempenho.



A análise da nuvem de palavras revela que os termos mais destacados estão relacionados tanto ao contexto acadêmico quanto social. Palavras como "curso", "ciências contábeis", "sociedade", "grupos", "pessoas" e "mercado" indicam que os estudantes fazem conexões claras entre suas experiências acadêmicas e o ambiente profissional, refletindo preocupações que extrapolam os muros da universidade.

Os termos "estereótipos", "barreiras" e "perfis" evidenciam a consciência de parte dos respondentes sobre as dificuldades enfrentadas por grupos minoritários, corroborando os estudos de Rodrigues, Nganga e Moreira (2023), que destacam a presença de sentimentos impostores e a dificuldade de inserção desses grupos no campo contábil.

Por outro lado, palavras como "inclusão", "diferenças", "igualdade" e "respeito" sugerem que há um movimento inicial de reflexão e busca por ambientes mais inclusivos no curso, em sintonia com as discussões trazidas por Ribeiro et al. (2020) e Silva e Zanata (2021), que defendem práticas inclusivas tanto no ensino quanto no mercado de trabalho. A forte presença das palavras "sim" e "não" na nuvem reflete uma divisão perceptível entre os estudantes. Isso indica que, embora uma parte reconheça a existência dos estereótipos e barreiras, outra parcela talvez não perceba ou não vivencie essas dificuldades da mesma forma, o que pode estar relacionado a privilégios sociais, raciais, de gênero ou orientação sexual.

Esse contexto dialoga com a análise de Assis, Carvalho e Saraiva (2018), que discutem como as desigualdades estruturais se manifestam tanto no ambiente acadêmico quanto no mercado de trabalho, especialmente para mulheres e minorias.



5 Considerações finais

A pesquisa alcançou o objetivo de identificar o perfil das minorias sociais no curso de Ciências Contábeis e compreender como a condição de pertencimento a esses grupos influencia a trajetória acadêmica dos estudantes. Os resultados revelaram que, embora existam avanços em termos de acesso, persistem desigualdades relacionadas a gênero, raça, sexualidade e condição socioeconômica, que repercutem diretamente na experiência acadêmica. A presença de sentimentos ligados à síndrome do impostor, como a dificuldade em aceitar elogios, a insegurança diante de conquistas e a percepção de inferioridade frente aos colegas, reforça a necessidade de atenção especial a esse público.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui com a lacuna de pesquisa, acerca das temáticas de diversidade e inclusão no ensino superior, sendo este, um campo ainda pouco explorado na área da contabilidade.

No âmbito prático, os achados oferecem informações relevantes para que instituições de ensino possam estruturar políticas de permanência, programas de apoio psicopedagógico e estratégias pedagógicas que reduzam a evasão e promovam maior acolhimento às minorias sociais, permitindo que concluam sua formação.

Sob a perspectiva social, a pesquisa contribui para dar visibilidade às experiências de grupos historicamente marginalizados, reforçando a relevância da universidade como espaço de transformação social. Ao reconhecer as barreiras enfrentadas por esses estudantes, abre-se caminho para práticas mais inclusivas que possam repercutir tanto na formação de profissionais mais preparados quanto na construção de uma sociedade mais justa e plural.

Apesar das contribuições apresentadas o estudo limita-se considerando que foi realizado com uma amostra restrita



a uma única instituição, fato este que não podem ser generalizados os seus resultados. Dessa forma, recomenda-se que futuras pesquisas ampliem o escopo para diferentes contextos e adotem metodologias mistas, combinando análises quantitativas e qualitativas, permitindo compreender com maior profundidade as vivências de minorias sociais no ensino contábil.

Referências

AMARAL, S. SIMÕES, C. A relação entre a escolaridade e a pobreza: uma análise das políticas para democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. **PlumX Metrics**. 2018. Disponível em: <https://plu.mx/plum/a/?doi=10.18256/2447-3944.2018.v4i2.2392>. Acesso em: 14. out. 2024.

ASSIS, C.; CARVALHO, R. G.; SARAIVA, L. Igualdade formal e discriminação efetiva de mulheres no ambiente de trabalho bancário. **Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração**, pág. c11-c11, 15 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/gvcasos/article/view/76912>. Acesso em: 14 out. 2024.

ÁVILA, M. C. COMO ENTENDER E ATENDER AOS DIREITOS DAS MINORIAS. **Amazon's Research and Environmental Law**, v. 2, n. 2, 28 maio 2014. Disponível em: <https://www.faar.edu.br/portal/revistas/ojs/index.php/arelfaar/article/view/130> Acesso em: 14 out. 2024.

BEUREN, I. M (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

BORGES, M. L.; MARTINS, M. H.; LUCIO-VILLEGAS, E.; GONÇALVES, T. Desafios institucionais à inclusão de estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior. **Revista Portuguesa de Educação**, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 7-31, 2017. DOI: 10.21814/rpe.10766.

FERREIRA, R. C. **O gay no ambiente de trabalho: uma análise dos efeitos em ser gay nas organizações contemporâneas**. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007 Disponível em: <https://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/3329>. Acesso em: 11 nov. 2024.



FREITAS, G. C. da S.; MAIELLARO, V. R.; DE CARVALHO, B. V. L. Responsabilidade social corporativa: a inclusão dos portadores de deficiência nas organizações / Corporate social responsibility: the inclusion of people with disabilities in associations. **Brazilian Journal of Business**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 2393-2404, 2021. DOI: 10.34140/bjbv3n3-027

MACHADO, J. R. F. Direitos humanos: síntese histórica dos direitos das minorias. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, 04, 03, p. 130-147, 2021.

Disponível em:

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/sintese-historica>. Acesso em: 14 out. 2024.

PIZOLATI, A. R. da C. O não-lugar de mulheres-mães na educação: ingresso à docência e a permanência no ensino superior. **Revista de Iniciação à Docência**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2023. DOI: 10.22481/riduesb.v8i1.11498.

RAUPP, F. M., BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais**. In I. M. BEUREN. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática, 3rd ed., p. 76-97, São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIRO, L. P.; ZANIN, H. da S.; SILVA, I. P. da; DIAS, A. F. M. Organizational policies for inclusion: practices of respect towards sexual and gender minorities. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. e176911894, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i1.1894.

RODRIGUES, A. O.; NGANGA, C. S. N.; MOREIRA, J. C. C. Minorias sociais no curso de ciências contábeis: uma análise do perfil dos estudantes de graduação. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 249-273, 2023. DOI: 10.21680/2176-9036.2023v15n2ID30427.

URQUIZA, A. H. A. Direitos humanos e educação intercultural: as fronteiras da exclusão e as minorias sub-representadas - os indígenas no ensino superior. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [S. l.], n. 37, p. 141-154, 2014. DOI: 10.20435/serie-estudos.v0i37.774.

ZANATA, E. M.; SILVA, S. R. V. da. Perspectiva inclusiva no contexto do ensino de engenharia e tecnologia. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 34, p. e72/1-22, 2021. DOI: 10.5902/1984686X67646.



MEURER, S. T.; COSTA, L. F. Pensamentos automáticos, motivação e desempenho acadêmico: uma análise cognitivo-comportamental. **Revista Psicologia e Saúde**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 45-59, 2020. Disponível em: <https://www.revistapsicologiaesaude.com>.





Capítulo 05

INFLUÊNCIA DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Júlio Chagas Medeiros de Melo

Graduação em Ciências Contábeis pela UERN

E-mail: juliochagashh@gmail.com

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Doutorado em Geografia

E-mail: sergiopedrosa@uern.br

Camila Karen Alves Pedrosa

Mestra em Administração

E-mail: cmilakarenn21@gmail.com

Wênkyka Preston Leite Batista da Costa

Pós-doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: wenykaleite@uern.br

Jandeson Dantas da Silva

Doutorado em Ciências Contábeis

E-mail: jandesondantas@uern.br

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorado em Administração e Controladoria

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorado em Administração e Controladoria

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar a influência da contabilidade na gestão e no desempenho das Micro e Pequenas Empresas (MPes) de Mossoró/RN, destacando o papel das informações contábeis como instrumento estratégico de apoio à tomada de decisão. A pesquisa, de natureza quantitativa e descritiva, utilizou um questionário estruturado e aplicado a 80 gestores de MPes, abrangendo seis dimensões analíticas relacionadas à utilização da contabilidade gerencial. Os resultados evidenciaram concordância quanto à relevância da contabilidade para o planejamento e o controle, com destaque para a dimensão Instrumento de Gestão (média 4,6) e para a correlação forte entre contabilidade estratégica e desempenho organizacional ($\rho = 0,61$). Observou-se, ainda, que as empresas que utilizam



relatórios contábeis de forma sistemática apresentam desempenho financeiro superior, confiança decisória e sustentabilidade operacional, embora persistam desafios, como o baixo nível de capacitação técnica dos gestores e o distanciamento entre contador e empresário. Conclui-se que a contabilidade, quando aplicada estrategicamente, atua como elo entre o conhecimento e a ação, consolidando-se como ferramenta essencial para a eficiência, a transparência e a competitividade das MPEs. O estudo contribui ao preencher lacunas sobre o uso prático da contabilidade gerencial em pequenas empresas e sua influência nos resultados organizacionais.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial; Desempenho Empresarial; Micro e Pequenas Empresas.

1 Introdução

A contabilidade desempenha papel estratégico na gestão de microempreendedores individuais (MEIs), microempresas (MEs) e pequenas empresas (MPEs), ao fornecer informações que possibilitam a interpretação e a explicação do desempenho econômico-financeiro dos negócios. Por meio da análise do faturamento, dos lucros, das despesas e do fluxo de caixa, a contabilidade subsidia os gestores na formulação de estratégias voltadas ao crescimento e à sustentabilidade organizacional (Carvalho, 2019). Assim, os dados contábeis configuram-se como instrumentos de gestão, permitindo decisões baseadas em evidências nas dimensões da atividade empresarial.

Conforme Bertoni et al. (2023), a contabilidade, ao disponibilizar informações financeiras precisas e atualizadas, viabiliza decisões relacionadas a investimentos, expansão, financiamentos e mitigação de riscos. Dessa forma, pequenos empreendedores podem identificar oportunidades e fragilidades, elaborando estratégias voltadas à eficiência e à redução de incertezas. Entretanto, diversos negócios ainda operam sem planejamento estruturado, o que dificulta a gestão de custos, a otimização



de recursos e a adaptação a ambientes competitivos (Marcelino *et al.*, 2021).

Esse desafio torna-se expressivo diante da baixa taxa de sobrevivência das empresas no Brasil. Segundo o IBGE (2022), mais de 20% encerram suas atividades no primeiro ano de funcionamento, e apenas 37,9% das fundadas em 2017 permaneceram ativas após cinco anos, o que evidencia vulnerabilidade estrutural do segmento. Nesse contexto, a contabilidade assume função estratégica ao fornecer informações que auxiliam na gestão financeira, no equilíbrio organizacional e na promoção de práticas inovadoras (Rodrigues *et al.*, 2025).

Estudos empíricos reforçam essa constatação. Vacari *et al.* (2023), ao investigarem MPes da Serra Gaúcha/RS, observaram que 90% dos gestores reconhecem o valor das informações contábeis para a administração de seus negócios. Em contrapartida, Silva (2018), em pesquisa conduzida em Porto Alegre/RS, verificou que 65,2% dos empresários não recebem de seus contadores informações contábeis para apoio à tomada de decisão, o que demonstra a subutilização desse instrumento gerencial.

De modo semelhante, Silva *et al.* (2019), em estudo realizado em Venda Nova do Imigrante/ES, constataram que, embora os gestores reconheçam a utilidade da contabilidade, ela ainda é procurada apenas para resolver problemas pontuais, e não como apoio contínuo à gestão. Witt *et al.* (2019) identificaram tendência semelhante no Vale do Itajaí/SC, onde a maioria das empresas utiliza informações contábeis apenas para fins fiscais, em detrimento de sua função gerencial. Já Pires (2024) evidenciou que os gestores começam a reconhecer a necessidade de integrar ferramentas contábeis avançadas para fortalecer o desempenho financeiro de suas organizações.



Apesar dos avanços, a literatura ainda apresenta lacunas quanto à análise da aplicação prática da contabilidade como ferramenta gerencial em contextos regionais e descentralizados. A maioria dos estudos concentra-se em grandes centros econômicos, o que limita a compreensão da realidade de municípios de porte médio, como Mossoró/RN, caracterizados por negócios familiares e baixo nível de profissionalização administrativa (Silva, 2018; Witt *et al.*, 2019). Além disso, os resultados empíricos apontam contradições: embora parte dos gestores reconheça a utilidade das informações contábeis, outros ainda as utilizam exclusivamente para fins fiscais, o que confirma o uso restrito de seu potencial estratégico (Pires, 2024; Vacari *et al.*, 2023).

Essa lacuna evidencia a necessidade de estudos que aprofundem a compreensão sobre o papel da contabilidade como instrumento de gestão em MPes localizadas fora dos grandes centros urbanos, sobretudo em regiões economicamente dependentes do comércio e dos serviços, como Mossoró/RN. Investigar essa realidade pode gerar evidências úteis à prática gerencial e subsidiar políticas públicas voltadas à sobrevivência e competitividade das pequenas empresas.

Diante desse cenário, formula-se a seguinte questão de pesquisa: de que maneira a contabilidade pode influenciar a gestão de micro e pequenas empresas? Para respondê-la, este estudo tem como objetivo geral analisar como a contabilidade impacta a gestão financeira das MPes e contribui para o processo decisório dos gestores.

Identificam-se duas contribuições potenciais deste estudo. No campo prático, a pesquisa oferece subsídios para que gestores compreendam a contabilidade como ferramenta estratégica, capaz de reduzir riscos e fortalecer a sustentabilidade das operações. No campo acadêmico, contribui para preencher lacunas na literatura ao focalizar



uma realidade descentralizada, ampliando a compreensão sobre o uso da contabilidade gerencial em MPes brasileiras e fornecendo evidências empíricas que enriquecem o debate sobre competitividade, sobrevivência empresarial e formulação de políticas públicas voltadas ao setor.

2 Referencial teórico

2.1 Contabilidade como instrumento de gestão em MPes

A contabilidade desempenha papel estratégico na gestão das MPes, ultrapassando a função de mero registro de transações financeiras. Atua como um sistema de informação, responsável por coletar, mensurar, registrar e organizar dados econômicos que, ao serem transformados em relatórios por profissionais especializados, subsidiam decisões gerenciais embasadas em evidências (Gularte, 2024). Nessa perspectiva, a contabilidade apoia o controle do fluxo de caixa e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), contribuindo para análises abrangentes, como o monitoramento de indicadores de desempenho, a avaliação de custos e a identificação de gargalos operacionais (Adriano, 2021).

Os instrumentos da contabilidade gerencial, como o balanço patrimonial, a DRE, as análises horizontal e vertical e os índices econômico-financeiros, constituem base para decisões de curto e longo prazo (Carvalho, 2019). O detalhamento dos custos fixos, variáveis, diretos e indiretos possibilita avaliar seu impacto sobre os resultados, favorecendo a eficiência operacional e o aprimoramento da produtividade (Adriano, 2021).

Outro componente central é o planejamento tributário, que contribui para a redução da carga fiscal e assegura transparência e credibilidade às organizações. De acordo com Steinthaler (2023), a contabilidade é essencial não apenas



para o cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas, mas também para otimizar a gestão tributária e fortalecer a sustentabilidade empresarial. Rodrigues (2023) complementa que sua função reside em oferecer informações que orientem a escolha de estratégias adequadas à realidade organizacional, prevenindo, inclusive, o encerramento prematuro das atividades empresariais.

Nesse contexto, diferentes autores convergem ao reconhecer que a contabilidade gerencial deve ser compreendida como um processo contínuo de monitoramento e avaliação do desempenho empresarial. Enquanto Carvalho (2019) ressalta o papel dos relatórios contábeis na organização e clareza das informações, Adriano (2021) enfatiza que a mensuração detalhada dos custos proporciona racionalidade nas decisões estratégicas. Já Gularte (2024) amplia essa concepção ao defender que a contabilidade deve ser entendida como um instrumento de inteligência organizacional, que apoia a inovação e a busca por vantagem competitiva. Assim, embora as abordagens variem quanto ao foco, verifica-se consenso de que a contabilidade constitui um pilar central da gestão das MPEs.

Por outro lado, a efetividade da contabilidade como ferramenta de gestão depende da capacidade dos gestores em interpretar e aplicar os dados produzidos. Steinhailer (2023) e Rodrigues (2023) destacam que relatórios e indicadores só geram impacto positivo quando incorporados ao processo decisório, exigindo preparo técnico e visão estratégica dos empresários. Dessa forma, a contabilidade não se limita à geração de informações, mas depende da integração entre profissionais contábeis qualificados e gestores comprometidos com o uso dessas informações para aprimorar a performance organizacional. O valor agregado pela contabilidade está, portanto, associado ao nível de engajamento e profissionalização da gestão.



Em síntese, a contabilidade deve ser compreendida como uma ferramenta gerencial estratégica, essencial ao crescimento, à permanência e à competitividade das MPes, por ampliar a capacidade analítica e inovadora dos gestores e mitigar os riscos inerentes à dinâmica do ambiente de negócios brasileiro.

2.2 Desafios estruturais e gerenciais das MPes no Brasil

As MPes ocupam posição estratégica na economia brasileira, uma vez que são responsáveis pela geração de empregos, pelo estímulo à inovação e pela dinamização da renda nacional. Segundo Xavier e Bertaci (2018), os pequenos negócios superam médias e grandes empresas na criação de postos de trabalho e respondem por cerca de 27% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Entretanto, apesar dessa expressiva contribuição econômica e social, a sobrevivência das MPes permanece ameaçada por entraves estruturais e gerenciais que limitam sua competitividade e comprometem a continuidade das operações (de Freitas *et al.*, 2023).

Entre os principais desafios, destaca-se a gestão financeira deficiente, decorrente da falta de profissionalização administrativa e da ausência de informações gerenciais adequadas que subsidiem a tomada de decisão (Rodrigues, 2023). A maioria dos empresários ainda percebe a contabilidade como mera obrigação fiscal, deixando de utilizá-la como ferramenta estratégica de apoio à gestão, o que contribui para falhas no controle de custos e dificulta a alocação eficiente de recursos (IBGE, 2022).

A insuficiência de capital de giro também constitui um obstáculo recorrente, comprometendo o fluxo de caixa e o cumprimento de obrigações imediatas. Conforme Pires (2024), as MPes operam com reservas financeiras limitadas e baixo acesso ao crédito, o que restringe investimentos em inovação



e expansão. A escassez de mão de obra qualificada agrava esse quadro, sendo identificada por Guerra (2024) como um fator crítico que reduz a capacidade de crescimento e a competitividade das empresas em setores estratégicos.

A complexidade tributária brasileira representa outro desafio relevante. De acordo com de Freitas *et al.* (2023), o planejamento tributário é um instrumento indispensável para que as empresas evitem atrasos, penalidades e inconsistências no cumprimento das obrigações fiscais. Diante desse cenário, a resiliência das MPEs depende da integração entre práticas gerenciais qualificadas, acesso ao crédito e utilização estratégica da contabilidade como suporte à tomada de decisão.

Os autores convergem ao apontar que os desafios enfrentados pelas MPEs não se limitam ao ambiente externo, mas envolvem também limitações internas de gestão. Rodrigues (2023) argumenta que a ausência de planejamento compromete a sustentabilidade empresarial, enquanto Pires (2024) complementa que a carência de conhecimento técnico-financeiro dos gestores intensifica essa fragilidade. Em consonância, Guerra (2024) alertam para a escassez de mão de obra qualificada como fator estrutural que amplifica a vulnerabilidade das empresas.

Esse conjunto de evidências demonstra que a sobrevivência das MPEs depende tanto de condições macroeconômicas quanto da capacidade interna de gestão. Além disso, de Freitas *et al.* (2023) reforçam que o sistema tributário nacional, caracterizado por elevada carga fiscal e constantes alterações legislativas, exige das empresas não apenas conformidade, mas também estratégias eficazes de planejamento tributário.

Por fim, Steinthaler (2023) amplia essa discussão ao enfatizar que a contabilidade, quando utilizada de forma adequada, constitui uma aliada na superação desses desafios,



oferecendo instrumentos de transparência, credibilidade e apoio à gestão. Assim, embora os obstáculos enfrentados pelas MPEs sejam expressivos, podem ser mitigados por meio da integração entre práticas gerenciais eficientes, uso estratégico da contabilidade e políticas institucionais de apoio ao setor.

2.3 Evidências empíricas e lacunas na utilização da contabilidade

A literatura científica tem buscado compreender como a contabilidade influencia a gestão das MPEs, embora os resultados ainda revelem contradições. Em alguns contextos, os gestores reconhecem a utilidade das informações contábeis para orientar decisões estratégicas e fortalecer a competitividade organizacional (Vacari et al., 2023). Em outros, contudo, a contabilidade permanece utilizada de forma restrita, voltada principalmente ao cumprimento de exigências fiscais e burocráticas (Witt et al., 2019).

Em estudo conduzido com empresários de Porto Alegre/RS, Silva (2018) constatou que 65,2% dos gestores não recebem de seus contadores informações aplicáveis à tomada de decisão, o que evidencia a subutilização das demonstrações contábeis. De modo semelhante, Silva et al. (2019), ao analisarem empresas de Venda Nova do Imigrante/ES, verificaram que, embora os contadores sejam reconhecidos como profissionais essenciais, são acionados majoritariamente para resolver questões pontuais, sem participação contínua no processo gerencial.

Por outro lado, pesquisas recentes indicam sinais de mudança gradual. Pires (2024) identificou aumento da conscientização entre gestores quanto à necessidade de integrar ferramentas contábeis sofisticadas às práticas administrativas, como parte das estratégias de enfrentamento



das dificuldades financeiras. Esses resultados sugerem que, embora haja um reconhecimento crescente da contabilidade como instrumento de gestão, ainda persiste uma lacuna no uso efetivo das informações contábeis como apoio às decisões empresariais.

O conjunto dessas evidências revela um descompasso entre teoria e prática, configurando um ponto de tensão recorrente na literatura. Enquanto Vacari *et al.* (2023) e Pires (2024) demonstram avanços na percepção dos gestores quanto ao papel estratégico da contabilidade, Witt *et al.* (2019) e Silva (2018) indicam que, em diversos casos, essa função ainda não se concretiza no cotidiano das MPEs. Tal divergência reforça a necessidade de investigações que examinem os contextos em que a contabilidade é efetivamente utilizada como ferramenta estratégica e aqueles em que permanece restrita ao atendimento de obrigações fiscais.

Além disso, Steinthaler (2023) e Rodrigues (2023) sustentam que o potencial transformador da contabilidade depende da capacidade dos gestores de compreender e aplicar as informações disponibilizadas. Essa perspectiva converge com Silva *et al.* (2019), que observaram a busca por serviços contábeis apenas em momentos de crise, o que evidencia a ausência de uma cultura gerencial consolidada. Dessa forma, as evidências empíricas existentes apontam avanços e limitações simultâneos, constituindo uma base teórica consistente para justificar o presente estudo, cujo propósito é analisar como a contabilidade pode influenciar a gestão das MPEs em contextos regionais descentralizados.

2.4 Estudos Anteriores Relacionados com o Tema

Diversos estudos têm buscado compreender como a contabilidade influencia a gestão das MPEs, revelando avanços conceituais e práticos, mas também contradições que exigem análise crítica. Vacari *et al.* (2023), ao investigarem



MPEs da Serra Gaúcha/RS, constataram que a maioria dos gestores reconhece a relevância das informações contábeis e as utiliza de modo ativo na gestão, embora parte dos empresários ainda não perceba o impacto dessas informações no processo decisório. Essa heterogeneidade dialoga com os achados de Silva (2018), que evidenciou que a maioria dos empresários de Porto Alegre/RS não recebe dos contadores dados voltados à tomada de decisão, reforçando a predominância de uma contabilidade com foco fiscal e declaratório.

Silva et al. (2019) complementam essa perspectiva ao observar que, em Venda Nova do Imigrante/ES, a atuação dos contadores permanece restrita a momentos de crise, com baixa participação na gestão estratégica. Essa limitação converge com as análises de Witt et al. (2019), realizadas no Vale do Itajaí/SC, que apontaram prevalência do uso fiscal da contabilidade (45,2%) em detrimento de sua aplicação gerencial (19,2%). Em contraposição, Pires (2024) e Vacari et al. (2023) identificam tendência de mudança, marcada pelo aumento da conscientização entre gestores jovens e tecnicamente qualificados sobre o potencial das ferramentas contábeis para aprimorar o controle financeiro e fortalecer a sustentabilidade das empresas.

Nesse contexto, Costa et al. (2022) ampliam o debate ao demonstrar que a gestão de custos constitui fator determinante para o desempenho e a sustentabilidade financeira das MPEs no Rio Grande do Norte, evidenciando o papel estratégico da contabilidade gerencial. Em linha semelhante, Pessoa et al. (2022) observaram que, durante a pandemia de COVID-19, as empresas que mantiveram controles contábeis regulares apresentaram capacidade de resiliência e tomada de decisão em meio à crise. Por outro lado, Rodrigues et al. (2025) destacam um aspecto estrutural do problema ao identificarem, entre microempreendedores do



interior potiguar, que a informalidade e o baixo nível de capacitação técnica limitam o uso das informações contábeis, comprometendo a formalização e o desenvolvimento sustentável dos negócios.

A comparação entre os estudos evidencia que o avanço no uso da contabilidade gerencial está diretamente relacionado à maturidade administrativa e à integração tecnológica das MPEs. Enquanto Costa *et al.* (2022) e Pessoa *et al.* (2022) demonstram que a adoção de práticas de controle e análise financeira favorece decisões assertivas e sustentáveis, Rodrigues *et al.* (2025) e Silva *et al.* (2019) revelam que a ausência de capacitação gerencial e a dependência de rotinas tradicionais ainda limitam o potencial da contabilidade como ferramenta estratégica. Essa assimetria sugere que o fortalecimento da educação empreendedora e da cultura contábil constitui condição indispensável para transformar o papel do contador de mero registrador fiscal para agente ativo de inovação e gestão nas MPEs.

Os estudos analisados indicam que, embora o reconhecimento da contabilidade gerencial tenha crescido, persiste uma ampla distância entre seu potencial informativo e sua aplicação prática. Aspectos como qualificação dos gestores, interação com contadores, cultura organizacional e contexto regional influenciam diretamente seu uso. Essas evidências reforçam a necessidade de pesquisas aplicadas em diferentes contextos, visando reduzir essa lacuna e consolidar a contabilidade como ferramenta estratégica de gestão nas MPEs brasileiras.

3 Método

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem quantitativa, adequada quando o objetivo é mensurar dados, identificar padrões e analisar relações entre variáveis.



Segundo Gil (2008), esse tipo de abordagem permite precisão na coleta e interpretação das informações, reduzindo a subjetividade e ampliando a possibilidade de generalização dos resultados. Quanto à natureza, trata-se de um estudo descritivo, que busca caracterizar fenômenos e identificar relações entre variáveis sem manipulá-las. De acordo com Marconi e Lakatos (2017), as pesquisas descritivas têm como finalidade identificar, registrar e analisar fatos ou situações, estabelecendo conexões explicativas entre eles.

O delineamento adotado é do tipo transversal-longitudinal, uma vez que a primeira etapa (T1) realiza o diagnóstico inicial, enquanto a segunda (T2), conduzida em intervalo de seis a doze meses, busca capturar variações no uso da contabilidade e nos indicadores de desempenho, possibilitando avaliar a direcionalidade dos efeitos observados. A estratégia metodológica utilizada é o método misto sequencial, em que o survey quantitativo constitui a etapa central da análise.

A pesquisa teve como público-alvo micro e pequenas empresas de Mossoró/RN e da região Oeste Potiguar. Utilizou-se amostragem probabilística estratificada, considerando setores econômicos e porte empresarial. O tamanho amostral previsto foi de pelo menos 120 empresas, com 80 respostas válidas obtidas. Foram incluídas apenas empresas com no mínimo 24 meses de operação e gestor formal responsável pela administração financeira do negócio.

O instrumento de coleta foi um questionário estruturado, baseado em seis dimensões: gestão, controle financeiro, planejamento, desafios, impacto gerencial e transparência. Utilizou-se escala Likert de cinco pontos, de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). O questionário passou por pré-teste com quinze participantes para avaliar clareza, tempo de resposta e consistência dos itens antes da aplicação final. O questionário final foi



estruturado de modo a abranger os principais aspectos da prática contábil nas micro e pequenas empresas, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 - Estrutura do Questionário Aplicado às MPEs de Mossoró/RN

Bloco	Dimensão Avaliada	Exemplo de Item (Escala Likert 1-5)
1	Uso da Contabilidade na Gestão	As informações contábeis são utilizadas regularmente para apoiar decisões.
2	Controle Financeiro e Desempenho	As demonstrações contábeis são consultadas para avaliar o desempenho.
3	Planejamento e Sustentabilidade	O planejamento tributário baseado na contabilidade reduz custos fiscais.
4	Desafios na Utilização da Contabilidade	A falta de conhecimento técnico dificulta o uso da contabilidade.
5	Impacto Gerencial e Transparência	As informações contábeis aumentam a credibilidade junto a investidores.
6	Efeitos Ampliados da Contabilidade	A contabilidade contribui para a sustentabilidade e inovação do negócio.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A validação psicométrica do instrumento seguirá critérios rigorosos de confiabilidade e validade. A consistência interna será avaliada pelo alfa de Cronbach e pela confiabilidade composta ($CR \geq 0,70$). A validade convergente será verificada pela $AVE \geq 0,50$ e a discriminante pelos critérios de Fornell-Larcker e razão HTMT $< 0,85$. Testes de adequação fatorial incluirão KMO $\geq 0,70$ e Bartlett ($p < 0,05$), seguidos de Análise Fatorial Confirmatória. Também será testada a invariância de medida conforme a formação do gestor e o porte da empresa, segundo Hair *et al.* (2018).

Os dados obtidos serão organizados em planilhas eletrônicas e analisados com o auxílio de softwares estatísticos especializados. Inicialmente, proceder-se-á à análise descritiva das variáveis, com cálculo de frequências, medidas de tendência central e dispersão, e



tratamento de dados ausentes por meio da imputação múltipla (MICE), desde que o percentual de não resposta seja inferior a 5%. Em seguida, serão conduzidas análises de correlação de Spearman (ρ) entre as dimensões da contabilidade e os indicadores de desempenho das empresas.

A modelagem multivariada incluirá regressão múltipla e modelagem de equações estruturais baseada em mínimos quadrados parciais (PLS-SEM), considerando o uso estratégico da contabilidade como variável preditora principal e o desempenho empresarial como variável dependente. Serão avaliados também os efeitos moderadores da formação do gestor e do tipo de contabilidade adotado (interna ou terceirizada), além das diferenças entre grupos por meio dos testes não paramétricos de Mann-Whitney e Kruskal-Wallis (Hair et al., 2018).

A coleta de dados ocorrerá de forma presencial e online, por meio de questionário eletrônico autenticado. Para reduzir vieses de método comum, serão aplicadas medidas como aleatorização das perguntas, anonimato e uso de escalas mistas, além do teste de Harman e da variável marcador. Entrevistas semiestruturadas também serão realizadas, com amostragem teórica de casos típicos e extremos, para aprofundar a compreensão dos desafios do uso gerencial da contabilidade (Gil, 2008).

Os resultados serão testados quanto à robustez estatística, aplicando-se bootstrapping com 5.000 reamostragens para cálculo de intervalos de confiança, verificação de multicolinearidade pelo fator de inflação da variância (VIF) e análises de sensibilidade com exclusão de outliers influentes, conforme Hair et al. (2018).

O estudo observa integralmente os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. A participação dos respondentes será voluntária, mediante assinatura do Termo de Consentimento



Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo anonimato e confidencialidade das informações. Para assegurar transparência e reprodutibilidade científica, serão disponibilizados, como materiais suplementares, o protocolo da pesquisa, o questionário aplicado, o dicionário de variáveis, a base de dados anonimizada e os scripts de análise utilizados nos softwares R.

Mesmo com o aumento da amostra e a abordagem longitudinal, reconhecem-se limitações quanto à generalização regional e ao uso de autorrelatos. Contudo, a inclusão de indicadores objetivos e a triangulação metodológica reduzem essas restrições, fortalecendo a validade dos resultados. Assim, a metodologia demonstra rigor estatístico e coerência teórica, sustentando as análises e ampliando a compreensão do papel da contabilidade na gestão das MPEs de Mossoró/RN.

4 Resultados e discussões

4.1 Caracterização da Amostra

A pesquisa abrangeu 80 MPEs situadas em Mossoró/RN, pertencentes a diferentes segmentos econômicos, refletindo a diversidade do tecido empresarial local. As informações coletadas possibilitaram identificar o perfil organizacional e gerencial dos participantes, oferecendo um panorama representativo do contexto regional em que a contabilidade atua como instrumento de apoio à gestão. A caracterização da amostra, apresentada na Tabela 1, contempla aspectos relacionados ao setor de atividade, tempo de funcionamento, porte empresarial, número de funcionários, cargo dos respondentes e formação profissional, permitindo compreender a composição e a heterogeneidade das empresas investigadas.

A amostra revela que os setores de comércio e serviços representam 65% das empresas, refletindo a base econômica de



Mossoró, sustentada predominantemente por negócios familiares de pequeno porte, essa configuração confirma os achados de Xavier e Bertaci (2018), que identificam as MPes como principais geradoras de emprego e renda em cidades médias do Nordeste. O tempo médio de funcionamento entre seis e dez anos indica que a maioria das empresas já superou o período inicial de vulnerabilidade, demonstrando níveis de estabilidade e consolidação, embora ainda operem com estrutura administrativa enxuta e processos gerenciais simplificados.

Tabela 1 - Perfil da Amostra das Micro e Pequenas Empresas Pesquisadas (n = 80)

Variável	Categoria	Frequência (n)	Percentual (%)
Setor de Atuação	Comércio	28	35,0
	Serviços	24	30,0
	Alimentação	16	20,0
	Tecnologia	8	10,0
	Outros	4	5,0
Tempo de Existência	2 a 5 anos	22	27,5
	6 a 10 anos	36	45,0
	11 a 15 anos	22	27,5
Porte Empresarial	Microempresa	58	72,5
	Pequena Empresa	22	27,5
Número de Funcionários	Até 5 colaboradores	50	62,5
	6 a 15 colaboradores	20	25,0
	Acima de 15 colaboradores	10	12,5
	Proprietário	32	40,0
Cargo do Respondente	Gerente	26	32,5
	Diretor	14	17,5
	Administrativo	8	10,0
	Outros (contador, consultor)	8	10,0
Formação em Contabilidade/Gestão	Sim	30	37,5
	Não	50	62,5

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A predominância de microempresas (72,5%) e de estabelecimentos com até cinco funcionários (62%) confirma a representatividade do perfil local, caracterizado por gestão centralizada e baixo grau de formalização de processos



internos. Esses resultados convergem com as observações de Marcelino *et al.* (2021) e de Freitas *et al.* (2023), que apontam a limitação de recursos humanos e financeiros como um dos principais entraves à adoção de práticas contábeis sistematizadas nas MPEs. Assim, o cenário descrito evidencia tanto o potencial econômico do segmento quanto as restrições estruturais que condicionam sua eficiência gerencial.

A análise do perfil dos respondentes revela que a gestão é concentrada nas figuras do proprietário e do gerente (72%), indicando a prevalência de uma lógica decisória pessoal e intuitiva, típica de empresas de pequeno porte. Essa estrutura reduzida, embora proporcione agilidade operacional, pode limitar a capacidade de planejamento e análise estratégica, o que reforça o papel do contador como parceiro técnico essencial. Nesse sentido, Rodrigues (2023) e Gularte (2024) argumentam que a integração da contabilidade ao processo decisório amplia a racionalidade administrativa e reduz riscos de descontinuidade operacional.

Verificou-se que apenas 38% dos gestores possuem formação em contabilidade ou administração, o que evidencia carência de qualificação técnica na área financeira. Esse resultado confirma as observações de Rodrigues *et al.* (2025), que defendem o fortalecimento da relação entre formação prática e aplicação profissional para o desenvolvimento de competências gerenciais. Nas MPEs de Mossoró, a insuficiência de preparo técnico compromete a eficiência no uso das informações contábeis, reforçando a necessidade de capacitação continuada e integração entre contadores e gestores para aprimorar a gestão e o processo decisório.

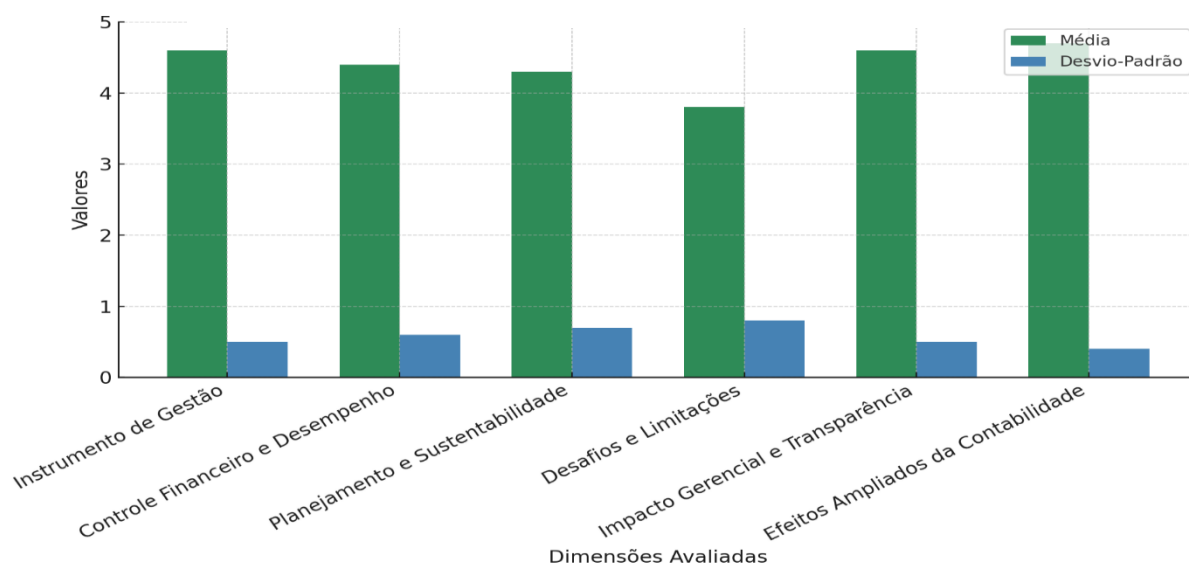
4.2 Estrutura das Dimensões Avaliadas

O questionário aplicado foi estruturado em seis dimensões analíticas, elaboradas com base na escala Likert,



conforme o modelo metodológico. Essa estrutura permitiu mensurar a percepção dos gestores das MPEs quanto à relevância da contabilidade como ferramenta de apoio à gestão e ao desempenho empresarial. A seguir, são apresentados as médias e os desvios padrão obtidos para cada dimensão, sintetizadas no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Médias e Desvios Padrão das Dimensões Avaliadas (n = 80)



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Os resultados do Gráfico 1 indicam alto nível de concordância entre os respondentes, evidenciando o reconhecimento da contabilidade como instrumento essencial de gestão. A média de 4,6 na dimensão Instrumento de Gestão demonstra consenso sobre a relevância dos relatórios contábeis para decisões estratégicas. Tais informações contribuem para o controle, previsão e monitoramento de resultados, confirmando Carvalho (2019), que a considera base do processo decisório, e Gularte (2024), que a define como sistema de inteligência organizacional.

A segunda dimensão, Controle Financeiro e Desempenho, obteve média de 4,4, indicando que os gestores utilizam informações contábeis para monitorar o fluxo de caixa, mensurar custos e avaliar o desempenho econômico-financeiro



de suas empresas. Esse resultado confirma as conclusões de Adriano (2021), que destaca os relatórios contábeis como instrumentos de avaliação contínua da eficiência operacional, e de Steinthaler (2023), que relaciona o uso sistemático das demonstrações financeiras à sustentabilidade das pequenas empresas. Assim, o uso ativo da contabilidade traduz-se em controle interno e fortalecimento de uma cultura de gestão orientada por dados.

A dimensão Planejamento e Sustentabilidade apresentou média de 4,3, refletindo a percepção de que a contabilidade fornece subsídios para decisões de investimento, planejamento tributário e estratégias de crescimento. Essa evidência dialoga com Rodrigues (2023), ao afirmar que a contabilidade gerencial exerce papel preventivo e estratégico na mitigação de riscos fiscais e financeiros. De forma complementar, Pires (2024) demonstra que as pequenas empresas que incorporam práticas contábeis ao planejamento estratégico tendem a alcançar competitividade e longevidade, reforçando a relevância dessa dimensão para a sustentabilidade organizacional em contextos regionais como o de Mossoró/RN.

A quarta dimensão, Desafios e Limitações, registrou média de 3,8, ainda positiva, mas inferior às demais, indicando obstáculos moderados à plena utilização da contabilidade como ferramenta gerencial. Entre os fatores mencionados estão o custo dos serviços contábeis, a falta de conhecimento técnico dos gestores e a sobrecarga tributária, aspectos também observados de Freitas *et al.* (2023) em estudo sobre a tributação das MPEs. Freitas *et al.* (2023) complementam que a carência de mão de obra qualificada e o distanciamento entre contadores e empreendedores reduzem a efetividade da contabilidade no processo decisório, reforçando a necessidade de capacitação continuada e aproximação profissional.



Por fim, as dimensões Impacto Gerencial e Transparência (média 4,6) e Efeitos Ampliados da Contabilidade (média 4,7) demonstram alto grau de reconhecimento da contabilidade como fator de credibilidade, confiança e resiliência empresarial. As médias elevadas evidenciam que os gestores associam as informações contábeis à transparência nas relações com bancos, fornecedores e investidores, além de compreenderem seu papel na prevenção de crises e na manutenção da reputação organizacional.

Esses resultados corroboram Vacari *et al.* (2023), que identificam a contabilidade como diferencial competitivo das MPes, e dialogam com o modelo proposto por Rodrigues *et al.* (2025), que demonstrou correlação positiva entre a prática contábil aplicada e o desempenho organizacional. Assim, o uso efetivo da contabilidade consolida-se como fator determinante para a profissionalização e a sustentabilidade das pequenas empresas.

4.3 Interpretação Integrada dos Resultados

A análise integrada dos resultados confirma altos níveis de concordância entre os respondentes, com médias superiores a 4,0 em cinco das seis dimensões avaliadas. Essa predominância demonstra que os gestores reconhecem a contabilidade como instrumento estratégico essencial à sustentabilidade das MPes. A convergência dos dados evidencia uma percepção consolidada de que a contabilidade transcende a função burocrática, assumindo papel ativo na tomada de decisão e no controle de desempenho organizacional.

A dimensão Instrumento de Gestão, com média de 4,6, apresenta resultados expressivos, confirmando a compreensão dos gestores de que a contabilidade constitui base para o planejamento, o controle e o monitoramento dos resultados. Tal percepção alinha-se às conclusões de Carvalho (2019),



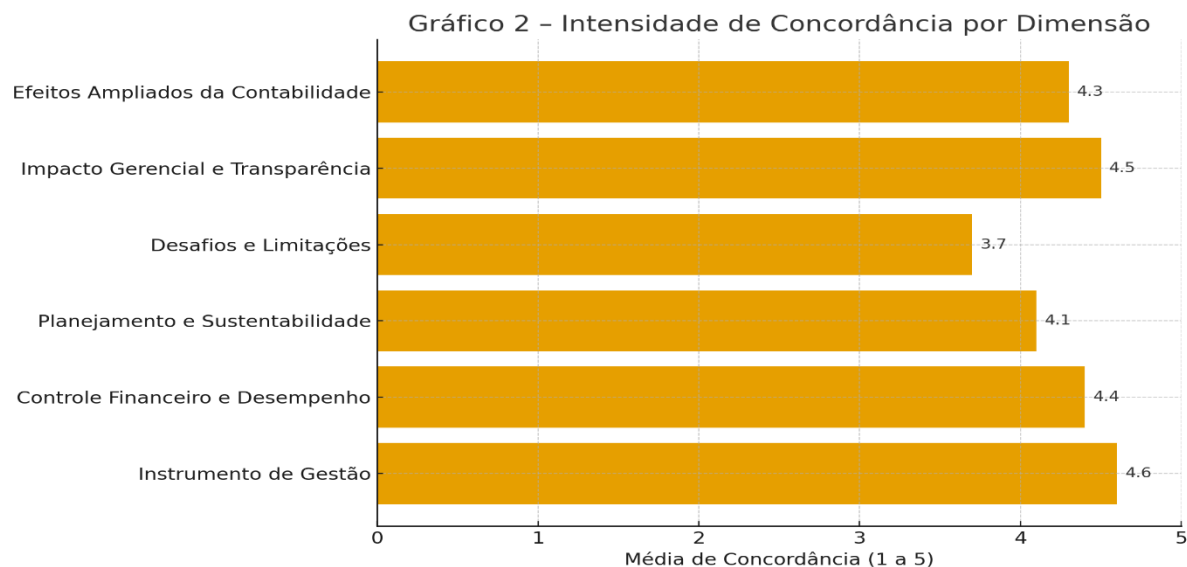
que descreve a contabilidade como elemento estruturante da racionalização administrativa, e de Gularte (2024), que a define como 'sistema de informação gerencial que transforma registros em inteligência organizacional'. Assim, a contabilidade, quando utilizada de forma estratégica, reflete o desempenho empresarial e orienta decisões pautadas em evidências, favorecendo a sustentabilidade financeira e operacional das MPEs.

A dimensão Controle Financeiro e Desempenho, cuja média atingiu 4,4, reforça que os relatórios contábeis são empregados para análise de custos, formação de preços e avaliação de margens de lucro. Esse resultado corrobora as conclusões de Steinthaler (2023), segundo o qual o uso sistemático das demonstrações financeiras permite às pequenas empresas ampliarem a previsibilidade dos resultados e reduzir riscos de endividamento. De modo complementar, Rodrigues (2023) destaca que o controle contábil eficaz funciona como instrumento de mensuração da performance empresarial e indicador de maturidade gerencial, contribuindo para a obtenção de resultados consistentes e sustentáveis.

A dimensão Planejamento e Sustentabilidade, com média de 4,3, evidencia a ampliação do uso das informações contábeis para o planejamento tributário, a alocação de recursos e a definição de investimentos. Contudo, persistem barreiras operacionais, relacionadas ao custo dos serviços contábeis e à dificuldade de interpretação dos relatórios. Em ambos os casos, as limitações associam-se à falta de integração entre conhecimento técnico e aplicação prática, o que reforça a necessidade de aproximação entre teoria, prática e suporte profissional, conforme observado no Gráfico 2.



Gráfico 2 - Intensidade de Concordância por dimensão



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Em contraste, a dimensão Desafios e Limitações (média 3,8) indica que, embora a percepção sobre a contabilidade seja majoritariamente positiva, persistem entraves estruturais e cognitivos que dificultam seu uso pleno nas MPEs. Fatores como baixa escolaridade gerencial, sobrecarga fiscal e carência de apoio consultivo especializado reduzem a capacidade das empresas de transformar informações contábeis em decisões estratégicas. Essa constatação converge com as observações de Freitas *et al.* (2023), que discutem as barreiras culturais e técnicas enfrentadas pelas pequenas empresas na adoção de ferramentas contábeis, e de Souza e Arruda (2021), que destacam o distanciamento entre a formação contábil e as demandas práticas do mercado.

As dimensões Impacto Gerencial e Transparência (média 4,6) e Efeitos Ampliados da Contabilidade (média 4,7) evidenciam que os gestores percebem a contabilidade como pilar de credibilidade e resiliência empresarial. As altas médias indicam que as práticas contábeis fortalecem a imagem institucional e facilitam o acesso a crédito, contribuindo para a competitividade. Esses achados convergem com Vacari

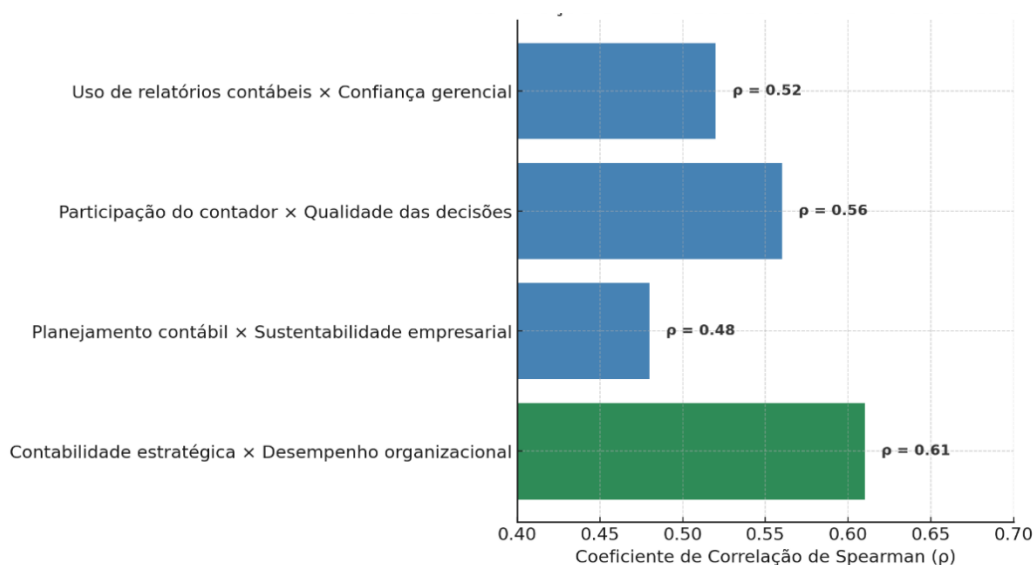


et al. (2023), que destacam a contabilidade como diferencial em cenários de incerteza. No contexto das MPEs de Mossoró/RN, confirma-se seu papel como elo entre conhecimento técnico e desempenho operacional, promovendo profissionalização, inovação e sustentabilidade.

4.4 Correlações e Relações Observadas

A etapa de análise de correlação teve como objetivo identificar relações estatísticas entre o uso da contabilidade e os principais indicadores de desempenho e sustentabilidade das MPEs. Por meio do coeficiente de Spearman (ρ), foi possível mensurar o grau e a direção das associações entre as variáveis analisadas, permitindo compreender como a prática contábil se relaciona com a eficiência operacional, a qualidade das decisões e o nível de confiança gerencial. O Gráfico 3 apresenta as correlações observadas entre os fatores estudados, evidenciando os vínculos empíricos entre a aplicação contábil e o desempenho organizacional.

Gráfico 3 – Correlação entre o Uso Contábil e Indicadores Organizacionais



Fonte: Dados da pesquisa (2025)



Os resultados apresentados no Gráfico 3 revelam uma correlação positiva forte ($\rho = 0,61$) entre contabilidade estratégica e desempenho organizacional, indicando que as empresas que utilizam a contabilidade como instrumento de planejamento e controle tendem a obter resultados financeiros e operacionais superiores. Esse achado reforça as perspectivas de Carvalho (2019), que compreende a contabilidade como base da racionalidade empresarial, e de Steinthaler (2023), segundo o qual a integração entre registros contábeis e análise de desempenho constitui elemento central da competitividade das pequenas empresas. Dessa forma, a prática contábil estratégica demonstra associação direta com a eficiência e a estabilidade das MPEs.

A segunda correlação significativa foi observada entre participação do contador e qualidade das decisões ($\rho = 0,56$), configurando uma relação positiva consistente. Esse resultado evidencia que o envolvimento ativo do contador nos processos de gestão aprimora a precisão das decisões e fortalece o controle financeiro. Conforme Gularte (2024), a atuação do contador como consultor gerencial e não apenas executor de rotinas fiscais, favorece a adoção de práticas transparentes e sustentáveis. Em consonância, Freitas *et al.* (2023) afirmam que a cooperação entre contador e gestor é determinante para traduzir dados técnicos em estratégias viáveis, conferindo racionalidade e fundamentação ao processo decisório.

A correlação entre planejamento contábil e sustentabilidade empresarial ($\rho = 0,48$) indica relação moderada e significativa, evidenciando a contabilidade para a estabilidade e longevidade das empresas. O uso das informações contábeis em investimentos, gestão de riscos e controle de fluxo de caixa mostra-se essencial ao equilíbrio financeiro. Conforme Rodrigues (2023), o planejamento contábil previne crises, e Pires (2024) destaca sua



contribuição para a sustentabilidade e competitividade. Mesmo subutilizada em algumas MPes, a contabilidade consolida-se como instrumento de gestão responsável e baseada em evidências.

Por sua vez, a correlação entre uso de relatórios contábeis e confiança gerencial ($\rho = 0,52$) sugere que a frequência e a qualidade das informações contábeis aumentam a segurança e a autonomia dos gestores. A confiança está associada à percepção de controle, previsibilidade e clareza informacional, fatores que fortalecem a governança e reduzem incertezas. Segundo Souza e Arruda (2021), a contabilidade atua como instrumento de legitimidade institucional, conferindo credibilidade às práticas empresariais, enquanto Vacari *et al.* (2023) destacam que a confiabilidade gerencial depende diretamente da qualidade e utilidade dos dados contábeis para a formulação de estratégias e o monitoramento de resultados.

As correlações identificadas demonstram que o uso estratégico da contabilidade está positivamente relacionado ao desempenho e à maturidade gerencial das MPes. O uso sistemático das informações contábeis amplia a eficiência administrativa e a sustentabilidade econômica, promovendo decisões baseadas em evidências (Marcelino *et al.*, 2021). Nesse sentido, Gularte (2024) destaca a contabilidade como mediadora entre conhecimento técnico e ação prática, consolidando-a como elo entre dados, decisões e resultados no modelo integrado de gestão das MPes.

4.5 Síntese e Interpretação Final

A análise geral dos resultados confirma o papel decisivo da contabilidade no desempenho e na sustentabilidade das MPes. As evidências empíricas demonstram que o uso estratégico das informações contábeis fortalece a gestão, o



controle financeiro e a qualidade das decisões. Com médias superiores a 4,0 em quase todas as dimensões, os gestores reconhecem a contabilidade como ferramenta essencial ao planejamento e à eficiência operacional. Esses resultados evidenciam a consolidação de uma cultura gerencial técnica, sistematizada e orientada por dados.

Tabela 4 – Síntese dos Principais Resultados Obtidos

Aspecto Avaliado	Estudo Atual (MPEs – 2025)
Contexto de aplicação	Gestão empresarial
Núcleo de análise	Uso da contabilidade
Efeito central	Desempenho e sustentabilidade
Dimensão alta	Instrumento de gestão (4,6)
Menor média	Desafios e limitações (3,8)
Correlação-chave	$\rho = 0,61$ (contabilidade $\times$ desempenho)
Conclusão geral	Contabilidade como ponte entre gestão e resultado

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Os resultados mostram que a contabilidade aplicada atua como sistema de suporte à decisão, superando o papel de mera obrigação legal. A dimensão Instrumento de Gestão (média 4,6) foi a mais bem avaliada, revelando o uso efetivo de relatórios e demonstrações contábeis no planejamento e controle. Esses achados confirmam Carvalho (2019) e Rodrigues (2023), que apontam a contabilidade como base da racionalização administrativa e estratégica. Assim, o uso eficiente da informação contábil amplia a capacidade analítica, a competitividade e a sustentabilidade das MPEs.

A correlação positiva forte ($\rho = 0,61$) entre contabilidade estratégica e desempenho organizacional indica que o uso integrado das informações contábeis aprimora os resultados empresariais. Empresas que utilizam a contabilidade no processo decisório demonstram controle de custos, gestão eficiente do caixa e definição clara de metas. Para Steinhailer (2023), o domínio da informação contábil transforma o gestor em agente analítico e preventivo. Gularte (2024) complementa ao afirmar que a contabilidade atua como



sistema de inteligência organizacional, gerando conhecimento, vantagem competitiva e estabilidade operacional.

Apesar do reconhecimento expressivo da contabilidade, a dimensão Desafios e Limitações (média 3,8) demonstra que persistem barreiras estruturais e cognitivas que dificultam sua aplicação plena nas MPEs. Entre os fatores recorrentes estão o custo dos serviços especializados, a carência de formação técnica dos gestores e o distanciamento entre o contador e o processo decisório. Conforme observam Freitas *et al.* (2023) e Souza e Arruda (2021), essas limitações evidenciam a necessidade de fortalecer a educação gerencial e ampliar a atuação consultiva dos profissionais contábeis, de modo que o conhecimento técnico seja efetivamente incorporado às práticas empresariais.

De forma integrada, os resultados permitem concluir que a contabilidade constitui um instrumento de transformação organizacional, capaz de converter dados financeiros em ações estratégicas. Sua aplicação no contexto das micro e pequenas empresas revela um processo de amadurecimento gerencial e fortalecimento da governança, confirmando que o contador contemporâneo transcende o papel de executor de rotinas fiscais para assumir a função de parceiro estratégico da gestão. Assim, a contabilidade moderna consolida-se como ponte entre o conhecimento e a ação, entre o planejamento e o resultado, contribuindo diretamente para a inovação, a sustentabilidade e a longevidade das MPEs.

5 Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a influência da contabilidade na gestão e no desempenho das MPEs de Mossoró/RN, buscando compreender de que maneira a utilização das informações contábeis contribui para o processo decisório, o controle financeiro e a



sustentabilidade organizacional. Com base nos resultados obtidos, conclui-se que o objetivo geral foi plenamente alcançado, uma vez que as evidências empíricas demonstraram que a contabilidade, quando aplicada de forma estratégica, atua como ferramenta de gestão, promove o desempenho e fortalece a estrutura decisória das MPEs.

A pesquisa preenche uma lacuna na literatura contábil brasileira, ao direcionar o foco para o uso prático da contabilidade em MPEs, segmento que constitui a base da economia nacional, mas ainda carece de estudos empíricos sobre o impacto das práticas contábeis na gestão e na sustentabilidade organizacional. Enquanto a maioria das investigações se concentra em médias e grandes empresas, este estudo amplia o escopo analítico ao abordar a realidade operacional das MPEs, evidenciando desafios, avanços e limitações na adoção de instrumentos contábeis como suporte à gestão. Dessa forma, contribui para reduzir o distanciamento entre o conhecimento técnico e sua aplicação nas rotinas empresariais, promovendo uma integração efetiva entre teoria e prática.

Entre os principais achados, destaca-se o elevado nível de concordância dos gestores quanto ao papel estratégico da contabilidade, com médias superiores a 4,0 em cinco das seis dimensões analisadas. A dimensão Instrumento de Gestão apresentou a maior média (4,6), confirmando que as MPEs reconhecem a contabilidade como elemento central para o planejamento, o controle e a tomada de decisão. Ademais, a correlação positiva forte ($\rho = 0,61$) entre contabilidade estratégica e desempenho organizacional reforça a relação direta entre o uso de informações contábeis e a eficiência empresarial. Por outro lado, a dimensão Desafios e Limitações (média 3,8) evidenciou entraves relacionados à falta de conhecimento técnico, ao custo dos serviços especializados e à ausência de integração entre contador e gestor, fatores



que restringem o uso pleno da contabilidade gerencial nas MPEs.

As contribuições do estudo manifestam-se em duas dimensões complementares. No campo teórico, o trabalho fortalece o entendimento da contabilidade como ciência aplicada e instrumento de apoio à gestão, confirmando sua relevância para a competitividade e sustentabilidade das MPEs. No campo prático, oferece subsídios para empresários, contadores e formuladores de políticas públicas, estimulando investimentos em capacitação gerencial, aproximação entre contador e gestor e valorização da contabilidade consultiva. Além disso, evidencia a necessidade de transformar a contabilidade de instrumento de conformidade legal em mecanismo permanente de governança, inovação e suporte estratégico à decisão, contribuindo para a perenidade e o desenvolvimento organizacional.

Como recomendações para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da análise para outras regiões do país, de modo a comparar diferentes realidades econômicas e verificar a consistência dos padrões observados. Também se recomenda a realização de estudos longitudinais, capazes de acompanhar a evolução das práticas contábeis ao longo do tempo, bem como a aplicação de modelos estatísticos multivariados, como regressão múltipla e análise fatorial confirmatória, a fim de mensurar o impacto direto das variáveis contábeis sobre indicadores de desempenho e sustentabilidade.

Em síntese, o estudo confirma que a contabilidade ultrapassa sua função de registro e se consolida como sistema de inteligência e orientação estratégica, capaz de transformar dados em conhecimento e conhecimento em resultado. Quando incorporada de forma reflexiva ao processo decisório, a contabilidade contribui para a eficiência administrativa, a transparência e a sustentabilidade financeira das empresas, consolidando-se como elo entre



informação e ação, entre gestão e desempenho. Assim, as evidências apresentadas reforçam que o fortalecimento da cultura contábil nas MPEs é condição essencial para a sobrevivência organizacional e para a construção de um ambiente empresarial moderno, competitivo e sustentável.

Referências

ADRIANO, E. V. H. Contabilidade de custos: relevância e influência na gestão das empresas e auxílio na tomada de decisão empresarial. **Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia - REIVA**, v. 4, n. 01, p. 15, 2021. Disponível em: <https://reiva.unifaj.edu.br/reiva/article/view/167>. Acesso em: 19 mai. 2025.

BERTONI, A. et al. **A importância da contabilidade nas micro e pequenas empresas**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Etec Philadelpho Gouvêa Netto), São José do Rio Preto. Disponível em: https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/14386?locale=pt_BR. Acesso em: 23 abr. 2025.

CARVALHO, B. B. **Contabilidade como ferramenta para gestão de microempresas e empresas de pequeno porte**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Centro Universitário Unifacvest, Lages. Disponível em: https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/c1000-tcc-bruna-boch-carvalho.pdf?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 23 abr. 2025.

COSTA, W. P. L. B. et al. Determinantes da gestão de custos nas Micro e Pequenas Empresas. **Revista Brasileira de Contabilidade e Gestão (REAVI)**, v. 11, n. 21, p. 038-059, 2022. <https://DOI:10.5965/2764747111212022038>.

DE FREITAS, R. M. et al. O Código Tributário Nacional: A Tributação nas Micro e Pequenas Empresas. **Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação**, v. 8, n. 1, p. 49-67, 2023. <https://DOI.10.36942/reni.v8i1.756>

GIL, A C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIOTTI, I. X. P.; COSTA, A. de J. B.; BOTELHO, D. R. **Gestão de riscos em entidades fechadas de previdência complementar no Brasil: legislações, teorias e práticas**



de mercado. 2020. Disponível em:
<http://www.rlbea.unb.br/jspui/handle/10482/39303>.
 Acesso em: 23 abr. 2025.

GUERRA, J. R. M. **O impacto do envelhecimento demográfico na escassez de mão-de-obra agrícola no Alentejo.** 2024. 71 f. Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora, Portugal, 2024. Disponível em:
[https://www.rdpce.uevora.pt/bitstream/10174/37096/1/Mestrado-Modelacao Estatistica e Analise de Dados-Joao Ricardo Martins Guerra.pdf?utm_source=chatgpt.com](https://www.rdpce.uevora.pt/bitstream/10174/37096/1/Mestrado-Modelacao%20Estatistica%20e%20Analise%20de%20Dados-Joao%20Ricardo%20Martins%20Guerra.pdf?utm_source=chatgpt.com)
 Acesso em: 12 ago. 2025.

GULARTE, C. Qual o objetivo da contabilidade? Entenda tudo sobre a contabilidade e importância para as empresas. **Contabilizei**, 2024. Disponível em:
<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/objetivo-da-contabilidade/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

HAIR JUNIOR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E. **Análise multivariada de dados.** 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas: 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102039.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MARCELINO, J. A. et al. Contabilidade gerencial como ferramenta de apoio à gestão de pequenas empresas. **Revista Controladoria e Gestão - RCG**, v. 2, n. 2, p. 469-485, jul./dez. 2021. Disponível em:
<https://revistacontroller.com.br/rcg/article/view/253>.
 Acesso em: 5 out. 2025.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PESSOA, M. L. J. et al. A contabilidade gerencial na gestão de empresas durante a pandemia da COVID-19. **Desafio Online**, v. 10, n. 1, Jan./Abr. 2022.
<https://DOI:10.55028/don.v10i1.13210>.

PIRES, P. S. Um estudo sobre a gestão financeira em micro e pequenas empresas na Quarta Colônia. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**, v. 1,



n. 1, p. 394-421, 2024.
<https://DOI.10.18815/sh.2024v1n1.685>.

RODRIGUES, P. H. A. O Contabilidade Gerencial: um instrumento de apoio à gestão nas microempresas e empresas de pequeno porte. **Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia - REIVA**, v. 6, n. 2, p. 16, 2023. Disponível em:
<https://reiva.unifaj.edu.br/reiva/article/view/339>.
 Acesso em: 19 maio 2025.

RODRIGUES, G. da C. et al.. Os fatores determinantes da informalidade dos microempreendedores. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo (RELISE)**, v. 10, n. 5, p. 35-70, 2025. <https://DOI:10.5281/zenodo.17214497>

SILVA, F. P. da. **A contabilidade na tomada de decisões nas micro e pequenas empresas**: uma análise comparativa entre a visão de contadores e de micro e pequenos empresários da cidade de Porto Alegre. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/197640/001098344.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 mai. 2025.

SILVA, K. B. et al. Empreendedorismo e contabilidade: o contador como influência direta no sucesso de micro e pequenas empresas do município de Venda Nova do Imigrante - ES. **Anais do Seminário Científico do UNIFACIG**, v. 5, 2019. Disponível em:
<https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/semiariorientifico/article/view/1322>. Acesso em: 21 mai. 2025.

SOUZA, F. A.; ARRUDA, P. H. T. Competências e habilidades demandadas em um profissional contábil atuante em escritório de contabilidade e como elas se relacionam às Diretrizes Curriculares Nacionais propostas para o curso superior. **Pensar Acadêmico**, Manhuaçu, v. 19, n. 3, p. 800-831, set./dez. 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.21576/pa.2021v19i3.1968>

STEINTHALER, C. S. **A importância da contabilidade para a gestão das empresas**. Fenacon, 2023. Disponível em:
<https://fenacon.org.br/noticias/a-importancia-da-contabilidade-para-a-gestao-das-empresas/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

VACARI, S. S. et al. A contabilidade como ferramenta de gestão e incremento da competitividade para Micro e pequenas empresas. **Revista Conhecimento Contábil**, v. 13,



n. 2, p. 71-92, 2023. <https://DOI:10.31864/2447-2921.2023.5302>.

WITT, C.; PLETSCHE, C.; HEIN, N.; KROENKE, A. Utilização de informações contábeis e gerenciais por parte dos empresários de micros e pequenas empresas. **Ágora: Revista de Divulgação Científica**, v. 23, n. 2, p. 73-94, 2019. <http://dx.doi.org/10.24302/agora.v23i2.1931>.

XAVIER, V. F.; BERTACI, M. J. A importância das micro e pequenas Empresas para o crescimento do país. **Revista Interface Tecnológica**, Taquaritinga, SP, v. 15, n. 2, p. 161-173, 2018. <https://DOI:10.31510/infa.v15i2.392>



ISBN: 978-65-80565-23-8

CDL



9 786580 565238



UNICATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

MOSSORÓ/RN

2026